

HISTÓRIA DO BRASIL

COLÔNIA	1
<i>O SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS NA AMÉRICA</i>	1
<i>A UNIÃO IBÉRICA (1580-1640)</i>	10
<i>A REORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL</i>	16
IMPÉRIO	20
<i>O PERÍODO JOANINO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL</i>	20
<i>O IMPÉRIO DO BRASIL</i>	24
REPÚBLICA	29
<i>PRIMEIRA REPÚBLICA (REPÚBLICA VELHA)</i>	29
<i>REPÚBLICA NOVA</i>	36
<i>POPULISMO</i>	39
<i>REGIME MILITAR</i>	40
<i>NOVA REPÚBLICA</i>	42





O período Pré-Colonial brasileiro

No ano de 1500, com a missão de dar continuidade ao trabalho de Vasco da Gama, a frota comandada por Pedro Álvares Cabral partiu de Portugal em direção às Índias. Em razão dos ventos e das correntes marítimas, seguiu uma rota que se afastava da costa africana, o que fez a frota atingir a terra que viria ser o Brasil, na altura do estado da **Bahia**.

ANTIGOS NOMES DO BRASIL

O Brasil, já teve oito nomes antes do atual:

Pindorama (dado pelos indígenas).

Ilha de Vera Cruz, em 1500.

Terra Nova, em 1501.

Terra dos Papagaios, 1501.

Terra de Vera Cruz, 1503.

Terra de Santa Cruz, em 1503.

Terra Santa Cruz do Brasil, em 1505.

Terra do Brasil, em 1505.

Brasil, desde 1527. Recebeu este nome porque nos primeiros anos de sua colonização era extraída das matas na costa brasileira a madeira chamada PAU-BRASIL. Dessa madeira era extraída uma tinta usada para tingirem tecidos e a cor que produzia era a cor da brasa.

O período do descobrimento até a primeira expedição de Martim Afonso (1530) é chamado de pré-colonial. Entre 1501 e 1502, Portugal enviou algumas expedições com a finalidade de explorar e reconhecer o litoral brasileiro. Porém, inicialmente, a Coroa Lusitana apresentou um descaso com relação à nova terra, pois o comércio com as Índias era mais vantajoso e menos dispendioso. Enquanto o povo das Índias já possuía uma tradição comercial, baseada em especiarias já acabadas enquanto produtos, o índio no Brasil realizava suas atividades econômicas apenas para sua subsistência. Portanto, toda a mercadoria no Brasil exigia trabalho do português em sua extração.

As primeiras atividades econômicas concentraram-se na extração do pau-brasil. Para isso, utilizou-se a mão-de-obra indígena para o corte e transporte da madeira, num sistema conhecido por escambo (*troca sem uso de moeda*). A notícia da atividade portuguesa nas águas do Atlântico Sul espalhou-se pelos mercadores europeus que buscavam, no oriente, produtos semelhantes para serem utilizados no tingimento de tecido. Os franceses foram os principais frequentadores do litoral brasileiro e provocaram a reação do Estado português que enviou, por duas vezes, expedições guarda - costeira, ambas comandadas por Cristóvão Jacques (1516-1519 e 1529-1528).

Aos poucos, Portugal foi amadurecendo a ideia de adotar medidas mais efetivas para garantir a posse sobre a colônia. Em 1531, com Portugal sob o reinado de D. João III, a política colonialista portuguesa em relação ao Brasil passou a tomar novos rumos: a expedição de Martim Afonso de Sousa manteve **os objetivos das expedições anteriores**, porém acrescentando-se a tais objetivos a efetivação da ocupação portuguesa em solo brasileiro.

Objetivos das expedições anteriores

1. Percorrer o litoral e, quando necessário, interiorizar a expedição em busca de metais preciosos.
2. Expulsar os invasores europeus; e expandir o domínio português até a foz do Rio da Prata.

Portanto, a expedição de Martim Afonso de Sousa é tomada como o marco do início do processo de colonização portuguesa no Brasil. Uma nova mentalidade econômica que se afirmara a partir do século XV fora substituída nos territórios das nações europeias unificados por um poder centralizado. À orientação econômica geral que estas nações passaram a seguir em sua busca por terras que oferecessem vantagens comerciais é resumida no conceito de mercantilismo. Essa orientação que na verdade nunca obtivera como origem uma formula-

ção científica, baseava-se em preceitos como: o acúmulo de riquezas através da detenção de metais preciosos, o que garantiria o poder econômico do Estado; o desenvolvimento manufatureiro como exclusividade da metrópole; a garantia dos domínios comerciais no exterior; o superávit da balança comercial, que originou políticas protecionistas e intervencionistas por parte dos estados. O conceito mercantilista teve projeção no processo de colonização da América, onde foram aplicadas na plenitude as relações do **Pacto Colonial**, paralela e contraditoriamente à projeção de certas características do mundo feudal em extinção, como pode ser observado na futura organização da colônia em capitanias.

Pacto Colonial

Indica uma relação de dominação política e econômica de uma potência sobre um país ou região, geralmente mais pobre e menos desenvolvido. Essa dominação é de tal ordem que a produção da região dominada (colônia) deve ser complementar em relação à economia da potência dominante (metrópole). Desse modo, ela deve fornecer matérias-primas para as manufaturas ou indústrias da metrópole, ou produtos que esta possa comercializar. Além disso, a colônia deve servir de mercado consumidor dos produtos fabricados na metrópole.

Capitanias Hereditárias e Governo-Geral

Entre os anos de 1534 e 1536, o rei de Portugal D. João III resolveu dividir a terra brasileira em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Estas enormes faixas de terras, conhecidas como Capitanias Hereditárias, foram doadas para nobres e pessoas de confiança do rei. Dois documentos regiam o sistema: as cartas de doação e os forais. O primeiro realizava a doação do lote ao donatário e especificava quais os poderes de que estava investido. O segundo determinava os direitos e os deveres dos donatários. A capitania não podia ser vendida e o Estado português, em casos especiais, tinha o direito de retomá-la, mediante indenização ou confisco. O donatário (capitão-mor) podia fundar vilas e doar sesmarias. Este último direito era-lhe garantido pelo foral, que também permitia a livre exploração das minas, salvo o pagamento o quinto real. Estes que recebiam as terras, chamados de donatários, tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver a região. Cabia também aos donatários combater os índios de tribos que tentavam resistir à ocupação do território. Em troca destes serviços, além das terras, os donatários recebiam algumas regalias, como a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais da região. Estes territórios seriam transmitidos de forma hereditária.

As dificuldades de administração das capitanias eram inúmeras. A distância de Portugal, os ataques indígenas, a falta de recursos e a extensão territorial dificultaram muito a implantação do sistema.

As capitanias iniciais eram (de norte para sul):

Capitania	Limites aproximados	Donatário
Capitania do Maranhão (primeira seção)	Extremo leste da Ilha de Marajó (PA) à foz do rio Gurupi (PA/MA)	João de Barros e Aires da Cunha
Capitania do Maranhão (segunda seção)	Foz do rio Gurupi (PA/MA) a Parnaíba (PI)	Fernão Álvares da Cunha
Capitania do Ceará	Parnaíba (PI) a Fortaleza (CE)	Antônio Cardoso de Barros
Capitania do Rio Grande	Fortaleza (CE) à Baía da Traição (PB)	João de Barros e Aires da Cunha
Capitania de Itamaracá	Baía da Traição (PB) a Igarauçu (PE)	Pero Lopes de Sousa
Capitania de Pernambuco	Igarauçu (PE) à foz do Rio São Francisco (AL/SE)	Duarte Coelho Pereira
Capitania da Baía de Todos os Santos	Foz do Rio São Francisco (AL/SE) a Itaparica (BA)	Francisco Pereira Coutinho
Capitania de Ilhéus	Itaparica (BA) a Comandatuba (BA)	Jorge de Figueiredo Correia
Capitania de Porto Seguro	Comandatuba (BA) a Mucuri (BA)	Pero do Campo Tourinho
Capitania do Espírito Santo	Mucuri (BA) a Cachoeiro de Itapemirim (ES)	Vasco Fernandes Coutinho
Capitania de São Tomé	Cachoeiro de Itapemirim (ES) a Macaé (RJ)	Pero de Góis da Silveira
Capitania de São Vicente (primeira seção)	Macaé (RJ) a Caraguatatuba (SP)	Martim Afonso de Sousa
Capitania de Santo Amaro	Caraguatatuba (SP) a Bertioga (SP)	Pero Lopes de Sousa
Capitania de São Vicente (segunda seção)	Bertioga (SP) a Cananéia/Ilha do Mel (PR)	Martim Afonso de Sousa
Capitania de Santana	Ilha do Mel/Cananéia (SP) a Laguna (SC)	Pero Lopes de Sousa

É costume afirmar-se que o sistema de capitanias hereditárias fracassou no Brasil, diante da constatação de que apenas a Capitania de Pernambuco e a de São Vicente lograram alcançar relativa prosperidade nas décadas seguintes. Em ambas, havia prosperado a lavoura de cana-de-açúcar e, apesar dos problemas comuns às demais capitanias, os respectivos donatários, Duarte Coelho e os representantes de Martim Afonso de Sousa, conseguiram manter os seus colonos e estabelecer alianças com os indígenas. O insucesso das demais certamente atrasou o desenvolvimento da terra. As dificuldades eram maiores do que os donatários podiam calcular. Muitos donatários nem chegaram a tomar posse das suas terras.

Entre as causas para tal, relacionam-se:

- A difícil adaptação às condições climáticas e a um tipo de vida diferente do da Europa;
- O alto custo do investimento, que não trazia um retorno imediato;
- A falta de recursos humanos, por parte dos donatários, para desenvolver os lotes;
- Os ataques das tribos indígenas e de corsários estrangeiros, assim como as disputas internas e dificuldades na aplicação da Justiça;
- A falta de comunicação e de articulação entre as diversas capitanias pelas enormes distâncias entre si, e entre elas e a metrópole;
- A ausência de uma autoridade central (governo) que amparasse, a nível local, as Capitanias, a nível de economia, justiça e de segurança.

A falsa ideia de que os índios praticavam antropofagia (canibalismo).

Embora tenha vigorado por pouco tempo, o sistema das Capitanias Hereditárias deixou marcas profundas na divisão de terra do Brasil. A distribuição desigual das terras gerou posteriormente os latifúndios, causando uma desigualdade no campo. Mesmo assim, o sistema de capitanias cumpriu os objetivos ao preservar a posse da terra para Portugal, lançando os fundamentos da colonização, com base no tripé constituído pela grande propriedade rural, pela monocultura de um produto de larga aceitação na Europa e pelo trabalho escravo.

No entanto, estava claro que o povoamento e a valorização econômica da terra por meio da iniciativa particular eram inviáveis. Não só por causa do elevado investimento necessário, mas por conta da cobiça estrangeira estimulada pela falta da presença efetiva do poder lusitano em terras brasileiras.

Desta forma, em 1548, o rei de Portugal decidiu criar um novo sistema administrativo para o Brasil: o Governo-Geral. A base desse sistema era o instrumento jurídico chamado **Regimento de 1548** ou **Regimento Tomé de Sousa** em referência ao primeiro ocupante do cargo.

Tomé de Sousa foi o escolhido para exercer a função de primeiro **governador-geral** em 29 de março, na Baía de Todos os Santos, acompanhado de uma expedição de cerca de 1.000 homens. Ele formou a primeira cidade do Brasil, Salvador, que acabou se tornando a capital do país por sua estratégica posição geográfica entre o sul e o norte do país.

A principal função do governador-geral era impedir que os franceses ocupassem o litoral brasileiro, garantir que as capitanias distribuídas estivessem seguras e cuidar da administração do país. Para auxiliar na tarefa, o governador-geral criou os seguintes cargos:

- **Ouvidor-mor**, que era responsável pela justiça;
- **Provedor-mor**, responsável pela carga tributária;
- **Capitão-mor**, responsável pela defesa.

Durante seu mandato, que durou de 1549 a 1553, Tomé de Sousa cuidou de manter uma relação pacífica com os índios, pois precisava erguer a cidade de Salvador próximo aos territórios indígenas. Nomeou o primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha, para comandar a missão de catequizar os índios com a intenção de obter o consenso entre eles e ampliar o domínio lusitano no território brasileiro.

Mas essa relação pacífica com os indígenas foi desfeita quando Duarte da Costa ocupou o cargo de governador-geral, em 1553, e tentou usá-los como mão-de-obra escrava, mesmo os que já foram catequizados. Esse ato irritou o bispo Fernando Sardinha, que tomou partido pelos índios e decidiu entrar em conflito com os governantes. Duarte da Costa, que permaneceu no cargo até

1558, ainda enfrentou a tentativa de implantação da **França Antártica** no Rio de Janeiro.

França Antártica

Em meados do século XVI, a Europa vivenciou uma forte divergência no campo religioso, com o surgimento de movimentos contestatórios, identificados como a Reforma Protestante. Na França, a agitação desencadeou sangrentos conflitos entre católicos e protestantes. Um dos líderes do grupo protestante, o Almirante Coligny, idealizou a criação de uma colônia francesa em terras da América portuguesa que servisse de refúgio aos adeptos do protestantismo, que eram fortemente perseguidos pelos católicos. Coligny, então, confiou à Villegaignon a organização de uma expedição que, em 1555, atracou na região do atual Estado do Rio de Janeiro. Ao chegar, fundou o Forte Coligny e materializou a fundação da França Antártica. Com o objetivo de garantir sua segurança diante à ameaça indígena, os franceses estabeleceram fortes vínculos com esses grupos e organizaram a Confederação dos Tamoiós. Os portugueses não demoraram a dar sua resposta e empreenderam uma guerra de expulsão dos invasores. Em 1567, Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral Mem de Sá, colocou-se à frente da resistência portuguesa e liderou uma ofensiva contra os franceses. Apesar da morte do chefe português, os invasores foram expulsos do Rio de Janeiro e essa tentativa francesa tornou-se frustrada dos produtos fabricados na metrópole.

Após o desastroso governo de Duarte da Costa, Mem de Sá assumiu em 1556 a difícil tarefa de reassumir a liderança lusitana no Brasil e aliou-se a tribos indígenas para combater a invasão dos franceses na Ilha do Governador, localizado no futuro estado do Rio de Janeiro, que teve sua capital fundada pelo sobrinho do governador-geral, Estácio de Sá.

Com o passar do tempo, as vilas e cidades formaram seus governos, comandados pelos 'homens bons', senhores de engenho que integravam as Câmaras municipais. Eles comandavam as pequenas regiões, enquanto o governo-geral representava o poder central da colônia lusitana no Brasil.

D. Luís Fernandes de Vasconcelos, nomeado sucessor de Mem de Sá foi atacado por piratas franceses que impediram a sua chegada ao Brasil.

Nessa época, a preocupação com a conquista do Norte fez com que o rei de Portugal, D. Sebastião dividisse, em 1572, o Brasil em dois governos. O norte ficou com D. Luís de Brito e Almeida e o sul com Antônio Salema tendo como capitais, respectivamente, a Bahia e o Rio de Janeiro.

Em virtude do tamanho do Brasil, almejava-se com essa divisão maior eficiência administrativa. Entretanto, como esse objetivo não fora alcançado, a administração foi reunificada em 1578. O novo governador nomeado, Lourenço da Veiga, governou de 1578 a 1580. Nesta última data, Portugal foi anexado pela Espanha, dando origem à União Ibérica, que perdurou de 1580 a 1640.

Resta dizer que o sistema de Governo Geral não acabou com as capitanias nem conseguiu impor a centralização política em toda a colônia. As capitanias hereditárias continuaram existindo até a segunda metade do século XVIII, quando o marquês de Pombal transformou as então existentes em Capitanias Reais. Na prática, o poder político continuou descentralizado em todo o período colonial, pois permaneceu concentrado nas mãos da elite latifundiária, classe dominante da qual faziam parte os próprios donatários. Em síntese, a centralização política existiu apenas formalmente. Mesmo assim, o sistema de Governo Geral duraria até 1808, apesar de, a partir de 1720, os governadores passarem a ser chamados de vice-reis.

Titular	Cargo	Início do mandato	Fim do mandato
Tomé de Sousa	Governador	1549	1553
Duarte da Costa	Governador	1553	1558
Mem de Sá	Governador	1558	1572

Território dividido em dois governos-gerais, um ao Norte na Bahia e outro ao Sul no Rio de Janeiro (1572-1578)

Luís Brito e Almeida	Governador na Bahia	1572	1578
Antônio Salema	Governador no Rio de Janeiro	1574	1577

Reunificação do governo-geral na Bahia (1578)

Lourenço da Veiga	Governador-Geral	1578	1581
Cosme Rangel de Macedo	Junta Governativa	1581	1582
Antônio Barreiros			
Manuel Teles Barreto	Governador-Geral	1582	1587
Antônio Barreiros Cristóvão de Barros	Junta Governativa	1587	1592
Antônio Coelho de Aguiar			
Francisco de Sousa (Marquês de Minas)	Governador-Geral	1592	1602
Diogo Botelho	Governador-Geral	1602	1607

Território dividido em dois governos-gerais, um ao Norte na Bahia e outro ao Sul no Rio de Janeiro (1608-1612)

Diogo de Meneses e Sequeira	Governador-Geral na Bahia	1608	1612
Francisco de Sousa (Marquês de Minas)	Governador-Geral no Rio de Janeiro	1608	1612

Reunificação do governo-geral na Bahia (1612)

Gaspar de Sousa	Governador-Geral	1613	1617
Luís de Sousa (Conde do Prado)	Governador-Geral	1617	1621
Diogo de Mendonça Furtado	Governador-Geral	1621	1624
Marcos Teixeira Antón de Mesquita Oliveira	Junta Governativa	1624	1625
Francisco de Moura Rolim			
	Governador-Geral	1625	1626

Autonomização da Capitania do Maranhão, elevada à dignidade de Estado do Maranhão (1621)

Diogo Luís de Oliveira	Governador-Geral	1626	1635
Pedro da Silva (Conde de São Lourenço)	Governador-Geral	1635	1639
Fernando de Mascarenhas (Conde da Torre)	Governador-Geral	1639	1640
Vasco de Mascarenhas (Conde Óbidos)	Governador-Geral	1640	1640
Jorge Mascarenhas (Marquês de Montalvão)			
	Vice-Rei	26 de maio de 1640	16 de abril de 1641
Pedro da Silva Luís Barbalho Bezerra Lourenço de Brito	Junta Governativa Provisória	1641	1642
Antônio Teles da Silva			
Antônio Teles de Meneses (Conde de Vila Pouca de Aguiar)	Governador-Geral	1642	1647
	Governador-Geral	1647	1650
João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (Conde de Castelo Melhor)			
	Governador-Geral	1650	1654
Jerônimo de Ataíde (Conde de Atouguia)			
Francisco Barreto de Meneses	Governador-Geral	1654	1657
	Governador-Geral	1657	1663
Vasco de Mascarenhas (Conde Óbidos)			
	Vice-Rei	21 de julho de 1663	13 de junho de 1667

Alexandre de Sousa Freire	Governador-Geral	1667	1671
Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (Visconde de Barbacena)	Governador-Geral	1671	1675
Agostinho de Azevedo Monteiro Alvaro de Azevedo Antônio Guedes	Junta Governativa Provisória	1675	1676
Roque da Costa Barreto	Governador-Geral	1677	1682
Antônio de Sousa Meneses	Governador-Geral	1682	1684
Antônio Luís de Sousa Telo de Meneses (Marquês das Minas)	Governador-Geral	1684	1687
Matias da Cunha	Governador-Geral	1687	1688
Manuel da Ressurreição (Presidente)	Junta Governativa	1688	1690
Antônio Luís Coutinho da Câmara	Governador-Geral	1690	1694
João de Lencastre	Governador-Geral	22 de maio de 1694	3 de julho de 1702
Rodrigo da Costa	Governador-Geral	3 de julho de 1702	8 de setembro de 1705
Luís César de Meneses	Governador-Geral	8 de setembro de 1705	3 de maio de 1710
Lourenço de Almada	Governador-Geral	3 de maio de 1710	14 de outubro de 1711
Pedro de Vasconcelos e Sousa	Governador-Geral	14 de outubro de 1711	14 de outubro de 1714
Pedro Antônio de Noronha (Marquês de Angeja)	Vice-Rei	14 de outubro de 1714	11 de junho de 1718
Sancho de Faro e Sousa (Conde de Vimieiro)	Governador-Geral	21 de agosto de 1718	13 de outubro de 1719
Sebastião Monteiro de Vide Caetano de Brito e Figueiredo João de Araújo e Azevedo	Junta Governativa Provisória	14 de outubro de 1719	23 de novembro de 1720
Vasco Fernandes César de Meneses (Conde de Sabugosa)	Vice-Rei	23 de novembro de 1720	11 de maio de 1735
André de Melo e Castro (Conde das Galveias)	Vice-Rei	11 de maio de 1735	17 de dezembro de 1749
Luís Pedro Peregrino de Carvalho e Ataíde (Conde de Atouguia)	Vice-Rei	17 de dezembro de 1749	17 de agosto de 1754
José Botelho de Barros Manuel Antônio da Cunha Souto Maior Lourenço Monteiro	Junta Governativa Provisória	17 de agosto de 1754	23 de dezembro de 1755
Marcos José de Noronha e Brito (Conde dos Arcos)	Vice-Rei	23 de dezembro de 1755	9 de janeiro de 1760
Antônio de Almeida Soares Portugal (Marquês do Lavradio)	Vice-Rei	9 de janeiro de 1760	4 de julho de 1760
Tomás Rubi de Barros Barreto José Carvalho de Andrada Barros e Alvim	Junta Governativa Provisória	4 de julho de 1760	27 de junho de 1763

Transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1763).

Antônio Alvares da Cunha (Conde da Cunha)	Vice-Rei	27 de junho de 1763	31 de agosto de 1767
Antônio Rolim de Moura Tavares (Conde de Azambuja)	Vice-Rei	17 de novembro de 1767	4 de novembro de 1769
Luís de Almeida Silva Mascarenhas (Marquês do Lavradio e conde de Avintes)	Vice-Rei	4 de novembro de 1769	30 de abril de 1778

Extinção do Estado do Grão-Pará e Maranhão e sua incorporação no Estado do Brasil (1775)

Luís de Vasconcelos e Sousa, (Conde de Figueiró)	Vice-Rei	30 de abril de 1778	9 de maio de 1790
José Luís de Castro (Conde de Resende)	Vice-Rei	9 de maio de 1790	14 de outubro de 1801
Fernando José de Portugal e Castro (Marquês de Aguiar)	Vice-Rei	14 de outubro de 1801	14 de outubro de 1806
Marcos de Noronha e Brito (Conde dos Arcos)	Vice-Rei	14 de outubro de 1806	22 de janeiro de 1808

As bases econômicas da ocupação portuguesa

Em busca da recuperação econômica, devido à crise do comércio indiano, o governo português tomou a iniciativa de efetivar a colonização de suas terras americanas com a instalação no Brasil de uma empresa açucareira. E nisto Portugal também foi pioneiro. O Brasil teria, portanto, uma colonização de base agrária que se iniciava dentro da estrutura monopolista do sistema colonial. Do ponto de vista do produto explorado, a colonização brasileira, montada em base agrotropical, difere da colonização de base metalífera das colônias espanholas da América. De qualquer maneira, tanto as colônias espanholas como a portuguesa na América tropical eram áreas econômicas periféricas cuja função seria a de complementar a economia central, metropolitana. Eram colônias de exploração. Isto as diferenciava das colônias de povoamento criadas pelos ingleses na América do Norte.

Fatores determinantes do sucesso da empresa agroaçucareira

A escolha da empresa açucareira foi determinada por uma série de fatores. Primeiro, os portugueses já estavam habituados ao plantio da cana e à produção do açúcar desde o século XV, quando transformaram as recém-conquistadas ilhas atlânticas em centros açucareiros. Essa experiência possibilitou-lhes desenvolver o conhecimento sobre a produção do açúcar e o fabrico de equipamentos para os engenhos, provocando a queda de preço do produto, pois quebrou o monopólio veneziano na produção e comercialização do açúcar.

Por sua vez, o açúcar despontava, no início do século XVI, como uma mercadoria de alta aceitação nos mercados consumidores europeus. Crescia o consumo de um produto que já fora considerado de alto luxo e de tal maneira raro que chegara a figurar como dote nos casamentos de rainhas. Naquele momento já era intensa a comercialização com a região de Flandres do açúcar português produzido na África. Devido à ampliação do mercado consumidor, o açúcar tomou-se um produto altamente rentável e atraente para aqueles que pretendessem investir na instalação de engenhos no Brasil. O clima quente e úmido e o rico solo de massapê do litoral, especialmente em Pernambuco e na Bahia, tomaram a Nordeste a área por excelência para o cultivo da cana-de-açúcar.

Além disso, dada a rentabilidade da empresa açucareira, os **holandeses** investiram substancialmente seus capitais no financiamento da refinação, distribuição, importação da mão-de-obra escrava e, em especial, na instalação de engenhos no Brasil, o que lhes garantia maior porcentagem da renda gerada pela empresa açucareira brasileira. Pelo exposto fica claro que a alta rentabilidade do açúcar facilitou a aquisição de financiamentos portugueses ou estrangeiros para a montagem da empresa agromanufatureira do açúcar no Brasil. De resto, havia o problema da mão-de-obra. Transportar para o Brasil uma quantidade de mão-de-obra livre compatível com as necessidades da empresa que se iniciava era demasiado caro e antieconômico. Além disso, havia escassez de mão-de-obra em Portugal. Portanto, o trabalho assalariado era inviável. E mesmo que fosse possível pagar salários, isto não estimularia a vinda de portugueses para a colônia. Não devemos esquecer que o colono português não vinha à América para ser mão-de-obra e sim para ser senhor. O que o estimulava era a ideia de ter na colônia uma projeção social e econômica superior à que tinha na metrópole, ser proprietário, enriquecer rapidamente e, se possível, voltar para gozar a vida na Corte.

Holandeses

A contribuição dos flamengos, sobretudo os holandeses, para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI, constitui fator fundamental para o êxito da colonização portuguesa na América.

(Adaptado de Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*)

Ora, como a produção se devia organizar de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos ampla margem de lucratividade, impunha-se a utilização do trabalho obrigatório, isto é, da mão-de-obra escrava. Sem embargo, também neste caso uma circunstância veio facilitar enormemente a solução do problema. Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável.

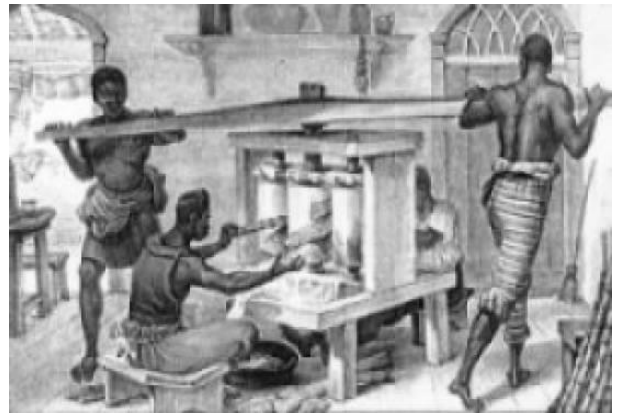
Estrutura de produção

A empresa agrocolonial brasileira se estruturou na plantation, grande propriedade monocultura escravista. Em concordância com o sistema colonial que lhe deu vida, essa empresa teria de viabilizar a colonização e gerar fortunas para o Estado e o grupo mercantil metropolitano. Inserida nos quadros da política mercantilista, a empresa agrícola recém-instalada no Brasil só seria economicamente viável se fosse suficientemente grande para produzir em larga escala para os crescentes mercados internacionais.

A produção em grande escala, por sua vez, exigia a utilização de vasta área territorial e o emprego de uma grande quantidade de mão-de-obra. Em síntese, para que houvesse o rápido retorno do capital aplicado em sua instalação, a empresa tinha de ser de grande porte. Daí a grande propriedade monocultura escravista ter sido a célula fundamental da exploração agrária colonial.

Como já vimos, a concessão de grandes propriedades (sesmarias) no Brasil já era uma atribuição legal dos donatários e depois do governador geral. A concessão de sesmarias foi a fórmula encontrada pelo governo português para atrair colonos e investimentos para o Brasil. O colono recebia a sesmaria e em troca se obrigava a utilizar a terra, sob pena de perdê-la. Deveria cultivá-la e torná-la produtiva com capital próprio ou emprestado.

O engenho



Engenho colonial brasileiro, operado por escravos, em ilustração do século XIX

O engenho era a unidade de produção onde se localizavam os canaviais, as plantações de subsistência, a fábrica do açúcar com sua moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar -, a casa-grande, a senzala, a capela, a escola e as habitações dos trabalhadores livres - como o feitor, o mestre do açúcar, os lavradores contratados etc. Havia alguns engenhos que produziam exclusivamente cachaça, um dos produtos utilizados no escambo de negros africanos.

Na moenda a cana era prensada para a extração da garapa. Na casa das caldeiras fazia-se a apuração e a purificação do caldo. Na casa de purgar, o caldo era colocado em formas especiais de barro para esfriar, até o mestre "dá o ponto". Depois desse processo, o açúcar era encaixotado e transportado para a metrópole. Daí, seguia para a Holanda, onde era refinado. O transporte do açúcar, inclusive parte do transporte do Brasil para Portugal, era controlado pelos holandeses, o que contribuía para transformá-los nos principais interessados nos negócios açucareiros.

A casa-grande era a residência do senhor do engenho e sua família, e centro irradiador e autoridade e de toda a atividade econômica e social da propriedade. A senzala era a habitação reservada aos negros. O número de negros numa unidade de produção açucareira dependia da capacidade produtiva do engenho. Podia chegar a algumas centenas. A capela era ao mesmo tempo centro religioso e social, onde se reuniam os homens livres do local e das proximidades.

O primeiro engenho brasileiro foi instalado por Martim Afonso de Sousa na Capitania de São Vicente. A capitania foi, durante algum tempo, um importante centro produtor de açúcar, mas perdeu posição para a empresa nordestina de Pernambuco e Bahia, que se transformaram, ainda no século XVI, nos principais centros açucareiros do Brasil Colônia. A produção açucareira pernambucana e baiana superou a vicentina devido tanto ao predomínio do solo de massapê, apropriado para o cultivo da cana, quanto pela localização geográfica do Nordeste, mais próximo dos mercados consumidores europeus, o que tomava a sua empresa mais lucrativa.

Na zona açucareira havia também os fazendeiros obrigados. Eram arrendatários que não possuíam engenhos. Plantavam cana nas terras que arrendavam de outros fazendeiros e eram obrigados a moê-la no engenho do dono da terra, que lhes cobrava 50% do açúcar produzido, além de uma outra porcentagem pelo uso da terra.

Havia também fazendeiros que não possuíam engenho, mas eram os donos da terra onde se cultivava a cana. Apesar de serem "obrigados" a moer a cana no engenho de outro senhor, a quem pagavam metade do açúcar produzido, não tinham outras obrigações. Atividades econômicas complementares Mandioca, tabaco e algodão.

Paralelamente ao crescimento da lavoura cavadeira e da produção açucareira, principal atividade exportadora, desenvolveu-se na colônia um **setor de subsistência** responsável pela produção de gêneros que vinham atender às necessidades básicas dos colonos e escravos. Nesse particular, a produção de subsistência contribuiu fortemente para o perfeito funcionamento da economia colonial centrada no açúcar.

Setor de Subsistência

Nos engenhos e nas fazendas, os mantimentos eram cultivados pelos próprios escravos, nos espaços entre os canaviais ou, então, os proprietários destinavam lotes de terra para esse fim, permitindo que os escravos os cultivassem aos domingos.

Isso quer dizer que, além da cana, desenvolveram-se na colônia algumas atividades econômicas complementares como a pecuária e o cultivo agrícola do tabaco, do algodão, da mandioca, do milho, do feijão e outros.

O principal produto agrícola de subsistência para o consumo interno era a mandioca, pois com ela se fazia a farinha, elemento básico da alimentação do brasileiro. Apesar disso, muitos senhores não admitiam plantar mandioca em suas terras, já que estavam mais interessados em ampliar as áreas para o plantio da cana. Este fato gerou, muitas vezes, a carência do produto nos mercados locais.

O fumo passou a ocupar o segundo lugar na economia colonial como produto de exportação. Sua importância consistiu no fato de ter se transformado, juntamente com a cachaça, num dos produtos básicos para aquisição de escravos no mercado africano. A produção do fumo na época colonial se concentrou em zonas restritas da Bahia e Alagoas.

Planta nativa do Brasil, o algodão já era conhecido pelo índio pré-cabralino. Com a colonização, passou a ser usado no fabrico de tecidos de baixa qualidade destinados à confecção de roupas para os mais pobres, especialmente para os escravos. O algodão se tornou o terceiro produto de exportação no século XVIII, devido à Revolução Industrial iniciada na Inglaterra.

Pecuária Bovina no Nordeste

A pecuária bovina foi introduzida no Brasil em meados do século XVI e se desenvolveu inicialmente em Pernambuco e na Bahia, de onde penetrou para os sertões consumidores desse produto brasileiros. Apesar da sua importância como elemento de penetração e de povoamento de várias regiões, a pecuária bovina foi sempre uma atividade secundária, complementar portanto às atividades econômicas principais como a lavoura cavadeira e mais tarde a mineração. Importante como fornecedora de força de tração animal e meio de transporte para os engenhos, além de ser fonte de alimento e de couro, a pecuária não exigia, como o engenho, muito capital para seu desenvolvimento. Por isso mesmo, era muito mais fácil instalar uma fazenda de gado do que um engenho de açúcar. Para formar uma fazenda de gado, o eventual fazendeiro não precisava de mão-de-obra abundante nem de importar equipamentos caros. O fundamental era a terra, em grande extensão e aberta ao desbravamento no interior da colônia.

Disso conclui-se que, além da maior complexidade social, a própria economia encontrava-se em processo de diversificação e de articulação, abrindo espaço para a constituição de um mercado interno do tipo pré-capitalista. O conjunto desses traços, que se reforçava em fins do século XVIII, era, no fundo, incompatível com a situação colonial. Portanto, as condições que levariam ao rompimento dos laços coloniais estavam amadurecendo no Brasil. (Adaptado de Luiz Koshiha & Denise M.F. Pereira. *História do Brasil no Contexto da História Ocidental*, 2003).

Aos senhores de engenho não interessava criar gado. Pelo contrário, para eles as terras deveriam ser usadas para o plantio da cana e não para pastagens. Além disso, devido à ausência de cercas, o gado estragava as plantações. Por essa razão o gado foi afastado do litoral e penetrou para o interior em busca de novas pastagens e outros alimentos naturais.

O sertão nordestino seria, finalmente, povoado. Nas margens do Rio São Francisco nasceram e cresceram muitas fazendas de gado no decorrer do século XVII. A pecuária era o vínculo de ligação do senão do Nordeste com o litoral açucareiro. As fazendas nordestinas do senão abasteciam a zona do açúcar, ao mesmo tempo que se tornavam área de atração para as pessoas pobres e marginalizadas daquela região, que viam na pecuária uma possibilidade de melhorar sua condição de vida.

Geralmente a fazenda de gado exigia pouca mão-de-obra. Os trabalhadores (vaqueiros) eram livres e só excepcionalmente se encontrava um negro numa fazenda do senão nordestino. Os vaqueiros eram brancos, mestiços, poucos negros livres e alguns índios.

Além de um pequeno salário, o vaqueiro era pago com um quarto das crias, que ele recebia após cinco anos de trabalho. Essa forma de pagamento era um grande estímulo para o vaqueiro que sonhava em ser fazendeiro e se instalar por conta própria, passados os cinco anos.

A pecuária foi responsável pelo povoamento do sertão nordestino da Bahia ao Maranhão. Foi um excelente instrumento de expansão e colonização do interior do Brasil. Com ela surgiram muitas feiras que deram origem a importantes centros urbanos, como por exemplo Feira de Santana, na Bahia. No século XVIII, com a mineração, a pecuária nordestina ganhou novo impulso econômico. A necessidade de abastecimento das zonas mineradoras elevou o preço da carne bovina e, conseqüentemente, estimulou os criadores nordestinos a expandir suas atividades.

Diversificação da produção

Apesar do destacado papel que a mineração desempenhou durante a primeira metade do século XVIII, em nenhum momento os valores correspondentes à exportação do açúcar foram superados pela exportação do ouro. Este fato demonstra a importância da agricultura na economia colonial, estimulada por fatores internos e externos. Porém, os lucros obtidos pelos produtores de cana-de-açúcar eram baixos se comparados à margem de ganho que obtinham os diversos atravessadores do produto, conforme demonstram os dados da tabela abaixo:

Praça	Preço (em réis)
Brasil	625
Portugal	1.210
Londres	1.610
Demais países europeus	1.800

Fonte: C. Meb. Os dados econômicos do Brasil. RJ: Laemmert, 1969

O crescimento demográfico na colônia e na Europa e o início da Revolução Industrial foram fatores importantes para a expansão agrícola, assentada principalmente na produção de açúcar e de algodão, esse último destinado à indústria têxtil inglesa. O cultivo de arroz e de anil também ganhou destaque, promovendo uma diversificação da exportação. No sul, a produção de charque se ampliou, mas destinava-se basicamente ao mercado interno. Quanto à região amazônica, verificaram-se um crescimento das atividades extrativistas, especialmente as drogas do sertão, tais como, cacau, guaraná, castanha-do-pará, baunilha e outras, também destinadas ao mercado europeu.

A Sociedade Colonial

A sociedade colonial como um todo era o reflexo da estrutura econômica escravista e, portanto, foi estruturada para atender aos interesses mercantilistas da metrópole. Mesclada por elementos feudais e capitalistas importados de Portugal, a sociedade colonial apresentou características próprias. Apesar do absoluto domínio do senhor de engenho em suas propriedades e até fora delas, a sociedade colonial não era feudal e sim escravista.

Na sociedade feudal os servos não eram propriedade dos senhores; no modo de produção colonial, os escravos o eram. No sistema feudal os servos eram donos da matéria-prima e dos instrumentos de trabalho; no sistema escravista o escravo não era dono de nada, nem mesmo da sua força de trabalho. De resto, vale frisar que o escravismo moderno difere do modelo escravista greco-romano, pois, iniciado no século XVI, ele foi estruturado como elemento de acumulação capitalista em conjunção com a política mercantilista.

Na sociedade colonial açucareira a mobilidade social era praticamente inexistente. A vida social se restringia aos limites da grande propriedade açucareira (o engenho). Havia basicamente duas classes sociais (bipolaridade social), opostas e conflitantes: a do branco senhor e a do negro escravo. Não havia ainda classes médias no Brasil, e as camadas intermediárias eram extremamente heterogêneas em sua composição. De forma geral, a sociedade colonial brasileira era:

- Escravista.
- Rural.
- Bipolar.
- Aristocrata.
- Patriarcal.

A Classe Senhorial

A elite dominante (classe senhorial) era formada pelos grandes proprietários rurais que formavam a aristocracia brasileira. Dona de terras e de escravos, essa elite era senhora de amplos poderes sobre todas as pessoas que viviam na fazenda - familiares ou não. Seu domínio muitas vezes extrapolava as fronteiras de sua propriedade. Sua palavra tinha força de lei, e contestá-la era um abuso imperdoável. O poder político da elite senhorial pode ser simbolizado no controle que ela tinha sobre as Câmaras Municipais.

O regime familiar era patriarcal. Neste regime, todos, familiares, escravos, agregados, deviam se submeter ao pátrio poder, isto é, ao poder do patriarca, que, não raro, decidia sobre a vida e a morte daqueles que estavam a ele subordinados. Nesse regime o herdeiro de todos os bens era o filho mais velho primogênito), a quem todos deveriam obedecer quando se tomasse senhor.

Mão de obra escrava

O negro foi trazido para o Brasil para atender a uma necessidade básica do colono branco: ser utilizado como mão-de-obra na lavoura canavieira. Não sabemos precisar o momento em que desembarcou o primeiro negro no Brasil. Como antecedente, sabemos que a primeira mão-de-obra utilizada em terras brasileiras pelo homem branco foi a indígena. Vimos também que aos portugueses, inferiorizados numericamente e temerosos a forçar os índios a um trabalho obrigatório, restava usar o índio como trabalhador livre. E o mecanismo usado para alcançar tal objetivo foi a instituição do escambo.

Essa situação se alterou com a montagem da colonização e da empresa agroexportadora. Tomou-se então necessário explorar o índio na lavoura canavieira não como trabalhador livre, mas como trabalhador forçado, escravizado.

O índio foi finalmente submetido, pela força das armas, a um sistema até então desconhecido por ele: o do trabalho escravo. Em algumas capitanias como a de São Vicente, o índio foi escravizado até fins do século XVII, e no Pará e Maranhão, até fins do XVIII. Por é falsa a ideia de que o índio não foi escravizado no Brasil porque reagiu à escravização. É verdade que o índio, assim como o negro, reagiu, mas isso não impediu a escravização de ambos, pois o poder econômico, político e militar do homem branco definiu o dominador e o dominado.

Mercadorias

Dizia o padre Vieira: "Sem negros não há Pernambuco, sem Angola, não há negros".

A partir de meados do século XVI, o número de trabalhadores escravos africanos superou o de indígenas como mão-de-obra escrava explorada nas áreas produtoras de açúcar. A superação não se deu, como afirmaram falsamente alguns autores, pela superioridade da mão-de-obra negra em relação à indígena nem porque o índio não aceitou a condição de trabalhador escravo na lavoura. Puro falseamento ideológico, pois o negro e o índio não tinham condições de escolher o tipo de trabalho. Na falsa afirmação desses autores está implícita também a ideia de que o negro foi escravo porque não reagiu à escravidão. Ora, nada mais falso, preconceituoso e racista.

A superação se deu por um complexo de razões, a saber: as dificuldades para abastecer regularmente as zonas canavieiras de mão-de-obra indígena - dada a dispersão do índio pelo território -, a defesa do índio pelos jesuítas e as guerras indígenas em reação à escravidão e ao roubo de suas terras. Estas razões dificultavam a organização da empresa agromanufatureira do açúcar, uma empresa que tinha de produzir em larga escala em atendimento aos interesses mercantilistas.

Tráfico negroiro

Iniciado pelos portugueses em meados do século XV, o tráfico negroiro mostrou ser uma atividade altamente lucrativa e, portanto, acumuladora de capitais. A metrópole portuguesa regulamentava-o e cobrava imposto sobre essa atividade. A escravidão negra se fazia necessária para a manutenção do tráfico negroiro dada a sua importância como um dos setores mais rentáveis do comércio intencional. A África abastecia de braços o reino e suas possessões ultramarinas. Na época, a Igreja aplaudia e justificava o tráfico como um veículo para a conversão à fé cristã do negro africano. Afinal, a Igreja recebia uma porcentagem do dinheiro arrecadado com o tráfico negroiro.



Imagem do pinto Rugendas retratando o tráfico negroiro no Brasil.

Com a crescente colonização da América, aumentou o tráfico negroiro português, pois, além do Brasil, Portugal passou a suprir de escravos algumas áreas da América espanhola, sobretudo o Caribe, onde o negro também tornou-se necessário para substituir a mão-de-obra indígena devido ao extermínio da população nativa. A viagem da África para a América era feita nos infectos e superlotados porões dos tumbeiros (navios negreiros). A promiscuidade, a sujeira, os maus-tratos, a péssima alimentação, a insalubridade, a superlotação dos porões e o banzo matavam, em geral, a metade dos negros embarcados.

Várias foram as formas usadas pelos portugueses para aprisionar os negros. No início do processo eles invadiam as aldeias, incendiavam-nas, matavam e prendiam quantos podiam.

Espalhava-se o medo pela África. Quando os traficantes se aproximavam de uma aldeia, os negros, impossibilitados de reagir, fugiam desesperados. Procurando escapar a qualquer custo, viam-se "mães abandonando filhos e maridos as mulheres". Era a única maneira de defender a liberdade e preservar a própria vida.

Com o tempo os portugueses passaram a estimular guerras entre as tribos africanas. Os vencedores trocavam os vencidos por panos, alimentos, cavalos, vacas, armas; munições, rapadura, fumo e cachaça. Em algumas tribos os chefes (sobas) faziam o escambo de seus guerreiros com aquelas **mercadorias**.

Assim, mais de 70 milhões de africanos foram assassinados ou escravizados entre os séculos XV e XIX. Os principais grupos étnicos negros trazidos ao Brasil foram:

- Bantos - oriundos principalmente de Angola, Golfo da Guiné e Congo.
- Sudaneses - originários predominantemente da costa setentrional do Golfo da Guiné e Sudão.
- Maleses - sudaneses islamizados. Angola e Costa da Mina (todo o litoral do Golfo da Guiné) foram os principais centros fornecedores de negros para o Brasil.

A presença da Igreja

Entre todos os membros componentes das diferentes ordens religiosas que marcaram presença no Brasil - franciscanos, beneditinos, carmelitas, dominicanos -, destacaram-se os jesuítas.

Privilegiados na Corte portuguesa, os membros da Companhia de Jesus não tiveram dificuldades em se deslocar para o Brasil, onde exerceram o papel de mestres, catequistas, defensores dos índios e organizadores de missões.

Os primeiros jesuítas, entre eles **Manuel da Nóbrega**, chegaram ao Brasil com Tomé de Sousa. Naquele momento, a Igreja buscava a conversão das populações americanas com a finalidade de ampliar a fé católica abalada pela Reforma protestante iniciada por Lutero no continente europeu. Com esse intuito, os jesuítas começaram na colônia o trabalho de catequese e ensino.

Manuel da Nóbrega

Ao lado de Nóbrega, o jesuíta que mais se destacou no período colonial foi o padre José de Anchieta, que veio de Portugal em 1553, na frota de Duarte da Costa, segundo governador-geral do Brasil. Conhecido por suas qualidades de pregador da fé cristã, Anchieta participou de alguns dos mais importantes acontecimentos de nossa história colonial, como a fundação da cidade de São Paulo.

Inúmeros colégios onde se ministrava o ensino gratuito e público foram fundados no Brasil. Para tanto foram auxiliados financeiramente pelo governo português. Nos colégios os cursos eram organizados em classes inferiores e superiores. Havia cinco classes inferiores: uma de retórica, uma de humanidades e três de gramática. Nas classes inferiores o ensino durava de cinco a seis anos. Nas classes superiores faziam-se os estudos de filosofia, que abrangia matemática, moral, física, metafísica e lógica. O ensino superior era proibido na colônia. Quem quisesse uma formação universitária tinha de ir estudar em universidades Europeias.

Cabia também aos jesuítas o papel de guardiões da moral, e o de manter os colonos em permanente obediência à fé católica. Esta ação moralizadora, contudo, não impediu os desmandos e a liberalidade dos colonos.



UNIDADE 1 - COLÔNIA

CAPÍTULO 2 - A UNIÃO IBÉRICA (1580 - 1640)

A União Ibérica

Em 1578, ao morrer em combate com os árabes, **D. Sebastião** rei de Portugal, deixou o trono vago, pois não possuía sucessores. Seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, assumiu a coroa portuguesa. Porém, faleceu em 1580 e, como não deixou herdeiros diretos, extinguiu-se a dinastia de Avis. Após um período de disputa pelo trono, Filipe II, rei da Espanha, superou seus concorrentes e, pela palavra, dinheiro e força, invadiu Portugal e assumiu a coroa lusitana. Assim, o rei espanhol alcançou um antigo objetivo de ver unificadas as coroas ibéricas.

Administração Filipina

Portugal apresentou duas exigências à corte espanhola diante da ascensão de Filipe II:

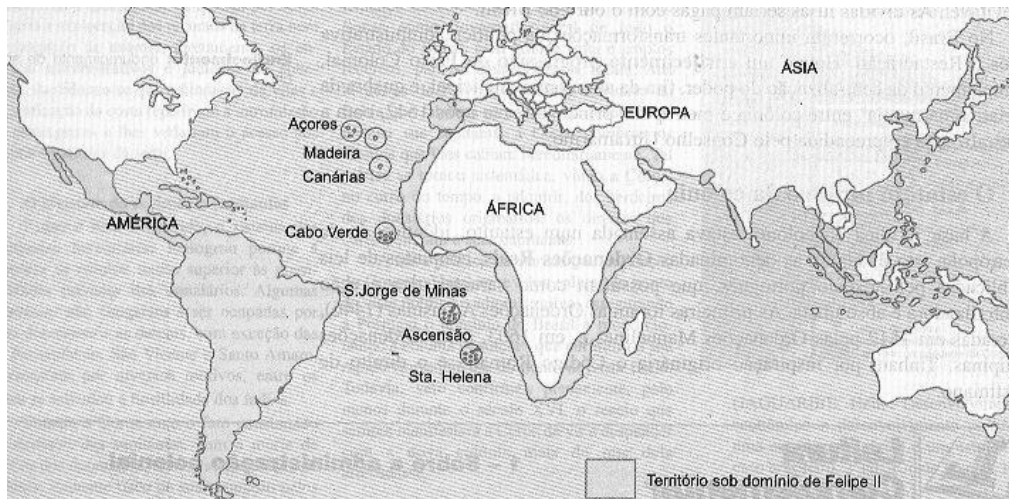
- 1ª - Preservação da estrutura administrativa de Portugal.
- 2ª - Preservação do **exclusivo colonial** português.

Apesar disso, as exigências portuguesas nem sempre foram atendidas pela Espanha. No Brasil, a coroa espanhola adotou três medidas que alteraram o quadro administrativo colonial:

- 1ª - Ampliação dos poderes do provedor-mor (**diminuir a corrupção e os abusos na arrecadação**).
- 2ª - Criação do Tribunal de Relação de Salvador - 1587 (**descentralizar a estrutura jurídica colonial**).
- 3ª - Criação do Estado do Maranhão, com sede em São Luís, separado do governo-geral sediado na Bahia - 1621 (**combater as incursões estrangeiras**).

D. Sebastião

O Exército de D. Sebastião foi massacrado pelos árabes na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. Em meio à luta, o rei desapareceu e mesmo seu corpo nunca mais foi visto. Sua morte e desaparecimento marcariam a vida política de Portugal e do Brasil. Entre a população, surgiria o mito de que dom Sebastião um dia retornaria para se vingar dos oponentes. Essa crença messiânica, conhecida como sebastianismo, acabaria por influenciar o cenário político brasileiro, como no desenrolar da Guerra dos Canudos (1896-1897).



Territórios da Casa de Habsburgo tempo de Filipe II

As Invasões Estrangeiras

Inglaterra - As investidas inglesas contra a colônia portuguesa limitaram-se a saques em portos brasileiros e apresamento de carga de navios que se dirigiam para a Europa. Edward Fenton (1583) e Roberto Withrington (1587) tentaram tomar de assalto o porto de Santos, sendo ambas as tentativas frustradas. No entanto, Thomas Cavendish realizou um ataque surpresa à cidade no Natal de 1591 e obteve absoluto sucesso, saqueando inteiramente os santistas. Um ano depois, o corsário tentou repetir o plano no litoral capixaba, dessa vez fracassando. Em 1595, James Lancaster pilhou a cidade de Recife.

No geral, o objetivo dessas investidas era roubar carga de açúcar brasileiro para revendê-lo nos mercados europeus.

França - Após a tentativa fracassada da França Antártica, os franceses persistiram no empreendimento de uma colônia americana. Diversas regiões do nordeste foram alvos dessas investidas sem, no entanto, obterem sucesso. Porém, em 1612, os franceses organizaram uma ocupação no estado do Maranhão com o objetivo de fundarem a chamada **França Equinocial**. Os invasores ergueram o forte São Luís, que serviu de núcleo da organização da cidade de São Luís. Essa ocupação durou até 1615 quando os franceses foram expulsos do Maranhão. Ainda houve outras tentativas no litoral norte do Brasil, porém a única que logrou êxito foi a realizada na região atual da Guiana Francesa, onde mantém-se, até hoje, um Protetorado do governo francês.

Holanda - Os Países Baixos eram possessões dos Habsburgos e tinham grande autonomia no reinado de Carlos V (pai de Filipe II). Suas tradições

e interesses econômicos locais eram respeitados. Essa situação se alterou profundamente com a ascensão de Filipe II, que herdou do pai o trono espanhol e os Países Baixos. A razão da mudança explica-se por dois motivos básicos: em primeiro lugar, o advento do protestantismo tinha polarizado o mundo cristão no século XVI, provocando intermináveis conflitos entre católicos e protestantes. Nos Países Baixos, em razão do predomínio burguês, difundiu-se rapidamente o calvinismo, ao passo que a Espanha mantinha-se profundamente católica. O rei Filipe II era considerado o mais poderoso e o mais devoto monarca católico. Em segundo lugar, Filipe II era um rei absolutista. Assim, com a sua chegada ao trono terminou a fase de benevolência em relação aos Países Baixos. O novo monarca pôs fim à tolerância religiosa e substituiu os governantes nativos por administradores espanhóis de sua confiança, subordinando os Países Baixos diretamente à Espanha.

Por outro lado, Portugal era parceiro comercial dos Países Baixos desde a Idade Média. Essa relação foi reforçada a partir do processo de expansão marítima europeu no qual a Península Ibérica foi pioneira. Diante da união das coroas ibéricas, e com a perda do domínio sobre os Países Baixos, a Espanha programou algumas represálias aos comerciantes flamengos. Por extensão, Portugal e suas colônias foram incluídos na zona vedada de acesso aos mercados de Amsterdã.

No entanto, desde o surgimento da produção açucareira no Brasil, os holandeses participavam de sua exploração, em financiamentos à instalação de engenhos e no transporte e distribuição do açúcar pelos portos europeus. Assim, as dificuldades de acesso aos portos brasileiros impostas pela Espanha representaram elevado prejuízo aos holandeses.

Em resposta, os Países Baixos constituíram a **Companhia das Índias Orientais** (1602) com a finalidade de atuar diretamente nas rotas de comércio do oceano Índico. Diante do sucesso logo nos primeiros anos, os holandeses foram encorajados a constituírem companhia semelhante para as rotas do Atlântico Sul. Em 1621, foi organizada a **Companhia das Índias Ocidentais** que iniciou suas atividades já com a concessão do monopólio do tráfico de escravos, da navegação e do comércio na América e na África.

Companhia das Índias Orientais

Segundo o historiador Fernando Novais, a existência da companhia de comércio teve um significado mais amplo, que foi o de quebrar o monopólio português com o comércio oriental. Assim, ao retirar dos cofres espanhóis essa fonte de renda, ao mesmo tempo em que ganhava projeção no cenário europeu, a Holanda enfraqueceu o poder econômico da Espanha, que se constituía sua principal rival.

Diante das boas perspectivas de sucesso, os holandeses decidiram retomar seus lucros com o comércio do açúcar e, desta vez, ousaram estabelecer o controle sobre a produção canavieira. Assim, pretendia a Holanda fechar o ciclo produtivo do açúcar sob o poder de um único país, pois, segundo o historiador inglês Charles Boxer, além de já dominar o comércio e a distribuição, havia 29 refinarias de açúcar no norte da Holanda.

A superioridade holandesa, em organização, pessoal e material, era tão acintosa em relação à administração colonial, que os holandeses escolheram a cidade de Salvador, nesse momento capital da colônia, para realizarem sua primeira investida em terras brasileiras. Desse modo, em 1624 sem preocupar-se em dissimular seus objetivos, e diante da não-reação por parte do governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, a invasão efetivou-se em pouco mais de 24 horas. Após superarem o susto da invasão, os colonos iniciaram um movimento de resistência, liderados pelo bispo D. Marcos Teixeira. Um ano depois, a Espanha organizou uma frota para retomar o controle sobre a região e conseguiu derrotar os holandeses que se retiraram a Bahia.

Apesar do fracasso em Salvador, por ironia, os holandeses conseguiram recuperar os recursos perdidos à custa da própria coroa espanhola ao apreenderem, nas Antilhas, um enorme carregamento de prata e ouro extraído das minas americanas. Com o capital desse saque aos espanhóis, os holandeses retomaram seu projeto de estabelecer-se na América do Sul.

Em 1630, com uma esquadra quase três vezes maior que a direcionada à Salvador, os holandeses conquistaram as cidades de Recife e Olinda. Mesmo com os preparativos do governador da capitania Matias de Albuquerque, a invasão teve início com suas consequências mais profundas e seus efeitos mais duradouros para toda a história colonial brasileira. Com o objetivo de alcançarem os melhores resultados comerciais no domínio de todo o ciclo produtivo do açúcar, os invasores conceberam uma administração coerente com os seus interesses colonialistas, sem descuidarem do bom relacionamento com os produtores brasileiros.

Para essa tarefa, foi escolhido o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, que permaneceu à frente dos domínios holandeses no Brasil de 1637 a 1644. Para evitar novos conflitos religiosos, estabeleceu um clima de tolerância entre **calvinos** e **católicos** e concedeu empréstimos aos grandes proprietários para aplicarem na expansão da produção do açúcar, particularmente no incremento do tráfico negreiro e no reaparelhamento dos engenhos. Permitiu também o comércio com os Países Baixos e estabeleceu, nessas transações, impostos mais baixos que os praticados com Portugal. Além disso, permitiu uma relativa participação política dos luso-brasileiros, com a criação das **Câmaras dos Escabinos**, órgão de representação municipal ao estilo holandês.

Diante do tratamento igualitário dispensado tanto aos luso-brasileiros quanto aos holandeses, o governo de Nassau foi gradativamente sofrendo menores resistências dos invadidos. Por volta de 1641, os domínios holandeses estendiam-se de Sergipe ao Maranhão, representando sete das catorze capitanias instaladas no Brasil.

No aspecto cultural, a vida urbana de Recife foi transformada, com a promoção da vinda de diversos estudiosos da flora e da fauna

brasileira, médicos, astrônomos e artistas em geral. Apesar de tudo isso, Nassau não conseguiu evitar as tensões sociais que brotaram do desgaste das relações entre os senhores de engenho e os credores holandeses. Mesmo com o preço do açúcar em alta, os empréstimos não eram totalmente quitados pela produção nordestina e a escalada de inquietações não foi possível mais ser contornada a partir das mudanças no cenário político ibérico, quando Portugal libertou-se da Espanha.

Diante do tratamento igualitário dispensado tanto aos luso-brasileiros quanto aos holandeses, o governo de Nassau foi gradativamente sofrendo menores resistências dos invadidos. Por volta de 1641, os domínios holandeses estendiam-se de Sergipe ao Maranhão, representando sete das catorze capitanias instaladas no Brasil.

No aspecto cultural, a vida urbana de Recife foi transformada, com a promoção da vinda de diversos estudiosos da flora e da fauna brasileira, médicos, astrônomos e artistas em geral. Apesar de tudo isso, Nassau não conseguiu evitar as tensões sociais que brotaram do desgaste das relações entre os senhores de engenho e os credores holandeses. Mesmo com o preço do açúcar em alta, os empréstimos não eram totalmente quitados pela produção nordestina e a escalada de inquietações não foi possível mais ser contornada a partir das mudanças no cenário político ibérico, quando Portugal libertou-se da Espanha.

Com a ascensão de D. João IV (1640-1656) ao trono português, foi estabelecida uma trégua de dez anos com a Holanda, na qual ambos os lados se comprometiam a não ameaçar os respectivos domínios coloniais. Por isso, por parte da Holanda, houve uma redução dos efetivos militares bem como a imediata dispensa de Maurício de Nassau sob a alegação de redução dos gastos no nordeste brasileiro. A nova administração holandesa desconsiderou as recomendações de seu antecessor e mostrou-se extremamente severa com os luso-brasileiros, principalmente em relação às dívidas dos senhores de engenho. Em consequência, houve confisco de propriedades e as tensões aumentaram. A mobilização colonial reuniu senhores, trabalhadores rurais, índios e negros que tentaram expulsar os invasores durante dez anos sem qualquer apoio dos portugueses. Nesse contexto, destacaram-se as lideranças do paraibano **André Vidal de Negreiros**, o senhor de engenho **João Fernandes Vieira** e o negro **Felipe Camarão**, também conhecido como Poti. As batalhas mais importantes foram as de Guararapes e **Campina de Taborda**. Nessa última, os colonos brasileiros obtiveram a rendição dos holandeses. Esse longo período de rebelião ficou conhecido por **Insurreição Pernambucana** (1645-1654).

Campina de Taborda

Também é chamada de Batalha do Monte das Tabocas.

Insurreição Pernambucana

A expulsão dos holandeses – É comum afirmar que os holandeses foram expulsos do Brasil, em 1654, numa guerra valente movida contra ele por índios, negros e portugueses. Só faltou explicar como essa gente armada de espingarda, espada e arco-e-flecha foi capaz de vencer a principal potência econômica e militar do século XVII na Europa. Em O negócio do Brasil-Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669, o historiador Evaldo Cabral de Mello conta sua versão para o que aconteceu. Segundo Mello, Portugal comprou o Nordeste dos holandeses. O historiador não nega a importância da Insurreição Pernambucana, mas afirma que os holandeses só se desinteressaram do Brasil porque, para isso, Portugal pagou à Holanda 4 milhões de cruzados, o equivalente a 63 toneladas de ouro. Entretanto, devemos também levar em conta as disputas entre várias potências no continente europeu. Uma delas foi a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), na qual a França enfrentou a Espanha e o Sacro Império. A Holanda também interveio na luta ao lado dos franceses, mas o resultado da guerra não lhe foi tão favorável, pois a França emergiu dela como a principal potência da Europa. Tudo isso levou os holandeses, derrotados nos campos de batalha de Pernambuco, a aceitarem o preço pago por Portugal para deixarem o território brasileiro.

(Texto adaptado de: VEJA, 11 de novembro de 1998)

A Restauração

Os sessenta anos de união ibérica representaram um período de profundas transformações na colônia portuguesa americana, dentre as quais:

- Favorecimento ao processo de expansão do território brasileiro, diante da ação dos bandeirantes em busca de escravos e minas de metal precioso;
- Ampliação do desbravamento territorial, particularmente nas regiões nordeste e norte, principalmente a partir da criação de gado;
- Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e, posteriormente, do Estado do Maranhão.

No entanto, a herança para a coroa portuguesa dessa união foi extremamente desfavorável. Diante do envolvimento com a política agressiva da Espanha no enfrentamento de seus rivais europeus, Portugal viu-se empobrecido e cada vez mais dependente de sua colônia americana, uma vez que perdera seus domínios na Ásia. Apesar da recuperação das áreas produtoras de açúcar dominadas pelos holandeses no nordeste brasileiro, a crise financeira que envolveu Portugal trouxe-lhe três grandes consequências diretas:

- 1ª - Dependência dos financiamentos britânicos;
- 2ª - Aumento da centralização administrativa,
- 3ª - Fortalecimento do monopólio comercial.

Diante desse quadro, a relação Portugal-Brasil também mudou e o interesse do colonizador mercantil foi, aos poucos, encontrando resistência na ambição do colono agroexportador. Em relação ao seu parceiro preferencial, Portugal concedeu, paulatinamente, uma série de benefícios econômicos aos ingleses.

A partir do século XVII, foram assinados acordos mercantis, tais como em 1642 que concedia à Inglaterra a condição de nação mais favorecida no comércio entre os dois países, e em 1703 (**Tratado de Methuen**) que reduzia o imposto sobre a importação dos vinhos portugueses, e que contribuiu para o desestímulo industrial na metrópole lusitana.

Tratado de Methuen

Dos vários tratados que comprovam a crescente dependência portuguesa em relação à Inglaterra, destaca-se o Tratado de Methuen (Panos e Vinhos) em 1703, pelo qual Portugal é obrigado a adquirir os tecidos da Inglaterra e essa, os vinhos portugueses. Para Portugal, esse acordo liquidou com as manufaturas e agravou o acentuado déficit na balança comercial, onde o valor das importações (tecidos ingleses) irá superar o das exportações (vinhos). É importante notar que o Tratado de Methuen ocorreu alguns anos depois da descoberta das primeiras grandes jazidas de ouro em Minas Gerais, e que bem antes de sua assinatura as importações inglesas já arruinavam as manufaturas portuguesas.

Assim, necessitando cada vez mais da produção colonial brasileira, Portugal impôs maior controle com a criação, em 1642, do **Conselho Ultramarino** que, além do papel fiscalizador, reduziu o poder local dos donatários das capitanias enquanto aumentava a autoridade dos governadores-gerais. As Câmaras Municipais foram reduzidas a executoras das ordens emanadas pelos governadores.

Na presidência das câmaras, os juízes ordinários, eleitos pelos *homens bons*, foram substituídos pelos **juízes de fora** que eram nomeados diretamente pelo rei.

Juízes de Fora

Era um magistrado nomeado pelo rei de Portugal para atuar em comarcas onde era necessária a intervenção de um juiz isento e imparcial. Em inúmeras ocasiões os juízes de fora assumiam também papel político, sendo indicados para presidir câmaras municipais como uma forma de controle do poder central na vida municipal.

Veja como estava estruturada a administração colonial a partir de então, no qual o órgão supremo da administração seria o Conselho Ultramarino, até a extinção do regime colonial:



(Adaptado de Luiz Koshiba & Denise M.F.Pereira. *História do Brasil no contexto da História Ocidental*, 2003).

Em 1649, foi fundada a Companhia Geral do Comércio do Brasil (extinta em 1720) que passava a deter o monopólio comercial no Brasil, do Rio Grande do Norte ao extremo sul. Também foi criada, em 1682, a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão que se beneficiou por três anos com o monopólio do Rio Grande do Norte até o Pará. Essas companhias detinham o monopólio de toda transação comercial entre a metrópole e a colônia, desde a venda da produção colonial até a entrada de produtos europeus, incluindo-se o tráfico negreiro. Por isso, os preços eram impostos pelos seus representantes aumentando o abismo entre os interesses brasileiros e portugueses que não cessaria de agravar-se com o tempo.

Expansão e Ocupação Territorial

O desejo de explorar o território brasileiro, a busca de pedras e metais preciosos, a preocupação do colonizador português em consolidar seu domínio e a vontade de arrebatar mão-de-obra indígena para trabalhar nas lavouras resultaram em incursões pelo interior do país, feitas muitas vezes por milhares de homens, em viagens que duravam meses e até anos. **Entradas e bandeiras** foram os nomes dados às expedições dos colonizadores que resultaram na posse e conquista definitiva do Brasil. As entradas, em geral de cunho oficial, antecederam as bandeiras, de iniciativa de particulares. Tanto naquelas quanto nestas, era evidente a preocupação do europeu em escravizar o índio, e não foi pequeno o morticínio nas verdadeiras caçadas humanas que então ocorreram, como observa o historiador João Ribeiro.

As **bandeiras**, fenômeno tipicamente paulista que data do início do século XVII, não extinguiram as entradas e também não foram iniciativa exclusiva dos mamelucos - filhos de portugueses com índias - do planalto de São Paulo. Elas marcam o início de uma consciência nativista e antilusitana.

Bandeiras

Embora as bandeiras tenham tido três ciclos em sua história -- o da mineração, o da caça ao índio e o do sertanismo -- o bandeirante manteve sempre as suas características, vivendo em condições extremamente difíceis. De modo geral os bandeirantes não levavam provisões, mesmo nas viagens longas. Apenas cabaças de sal, pratos de estanho, cuias, guampas, bruacas e as indispensáveis redes de dormir. Quando lhes faltavam os peixes dos rios, a caça, as frutas silvestres das matas, o mel, o pinhão e o palmito das roças indígenas, alimentavam-se de carne de cobra, lagartos e sapos ou rãs. Se a água faltava, tentavam encontrá-la nas plantas, mascavam folhas, roíam raízes e, em casos extremos, bebiam o sangue de animais. Esses homens estavam tão identificados com a terra "inóspita e grande" que um documento da época assim os define: "Paulistas embrenhados são mais destros que os mesmos bichos." Quando estavam em viagem, só restava aos bandeirantes dois caminhos: seguir as águas de um rio ou abrir trilhas na selva.

Fonte: *Brasil Escola*

Quando os portugueses venceram o obstáculo da serra do Mar, em 1554, São Paulo de Piratininga tornou-se o ponto de irradiação dos caminhos de penetração, ao longo dos rios Tietê e Paraíba, tanto para oeste como para o norte. As primeiras bandeiras foram organizadas pelo governador-geral da capitania de São Vicente, D. Francisco de

Sousa, e distinguem-se das entradas, não só por seu cunho oficial, mas, principalmente, por suas finalidades, mais pacíficas do que guerreiras.

As expedições bandeirantes também possibilitaram a descoberta de riquezas minerais como ouro, prata e diamante, metais preciosos que deram origem a um novo ciclo econômico de exploração colonial. O êxito dos bandeirantes, principalmente na descoberta de metais preciosos, fez com que a Coroa portuguesa passasse a financiar muitas expedições com o objetivo de encontrar essas riquezas minerais e explorá-la como alternativa a crise econômica provocada pelo declínio da produção do açúcar.

Durante o século XVII os paulistas percorreram o sertão goiano e mato-grossense. Em 1676, Bartolomeu Bueno da Silva entrou, pela primeira vez, em terras de Goiás. Verdadeira epopeia viveu Pedro Teixeira na Amazônia. Partindo de Belém do Pará, subiu o rio Amazonas até Quito, no Equador, retornando pelo mesmo caminho até o ponto de partida, entre 1637 e 1639, depois de fincar a bandeira portuguesa na confluência do rio Napo com o Aguarico, no alto sertão, delimitando as terras de Portugal e Espanha, de acordo com a partilha determinada pelo Tratado de Tordesilhas. Esse é o começo do desbravamento da região amazônica.

De todos os feitos, o mais notável, sem dúvida, é o de Antônio Raposo Tavares, português nato, que ao começar sua última aventura, em 1648, tinha cinquenta anos de idade. Partiu à frente de uma bandeira de mais de 200 paulistas e mil índios, realizando uma das maiores jornadas de que há notícia na história universal. Raposo Tavares se internou pelo Paraguai, em 1648, percorreu grande parte da região amazônica e ressurgiu em Gurupá, na foz do Amazonas, em 1652.

As bandeiras dividiram-se em ciclos (períodos), de acordo com a atividade que as motivou em determinado momento. O ciclo de **ouro de lavagem** foi a primeira fase do movimento bandeirante motivada pela procura do ouro que se assentava no leito dos rios.

Fernão Dias Pais comandou a mais importante das bandeiras em busca de ouro. Rico e descendente de tradicional família paulista empregou nessa empreitada toda a sua fortuna, à época a maior de São Paulo. Auxiliado pelo genro Manuel de Borba Gato e pelo filho Garcia Rodrigues Pais, ele explorou uma grande área da região centro-sul do país, das cabeceiras do rio das Velhas, no sertão de Sabarabuçu, até Serro Frio, ao norte.

Durante sete anos, entre 1674 e 1681, Fernão Dias percorreu a região e com sua bandeira nasceram os primeiros arraiais mineiros. Aos 73 anos, sem ter encontrado o ouro e acometido pela febre que já matara muitos de seus homens, o velho bandeirante morreu a caminho do arraial do Sumidouro. Borba Gato e Garcia Pais fixaram-se em Minas Gerais, que continuava a atrair bandeirantes, como Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, e Bartolomeu Bueno de Siqueira, em 1698. O ouro finalmente foi descoberto, no mesmo ano, pelo paulista Antônio Dias de Oliveira. Teve então início a **corrida dos reinóis**.

Glossário

rei.nol - adjm+f(reino+ol¹) **1** Natural ou próprio do reino; reinícola.

2 Designativo do dialeto português de Ceilão e da costa ocidental da Índia.

Fonte: Dicionário Michaelis

Depois da chamada **Guerra dos Emboabas**, as expedições mudaram de rota, na direção de Mato Grosso e Goiás. Iniciou-se um novo período de bandeirismo: o das **monções**, expedições de caráter mais comercial e colonizador, em canoas, através do rio Tietê, de Ararituaba até Cuiabá. Os bandeirantes muitas vezes tinham de carregar as embarcações nos ombros e margear os rios, para evitar as numerosas cachoeiras.

Entre as monções, encerrando o ciclo das entradas e bandeiras, destacou-se a de **Bartolomeu Bueno da Silva**, o Anhangüera, que saiu de São Paulo em 1722, comandando 152 homens, à procura da serra dos Martírios, onde segundo a lenda a natureza esculpira em cristais a coroa, a lança e os cravos da paixão de Jesus Cristo. Depois de três anos de procura, o sertanista localizou ouro, a quatro léguas da atual cidade de Goiás.

Bartolomeu Bueno da Silva

Segundo a tradição, para conseguir dos índios a revelação do exato local onde se achava ouro cobiçado, Bartolomeu Bueno da Silva usou de um estratagema: ateou fogo a um pouco de álcool que transportava em um recipiente, ameaçando-os de fazer o mesmo com os rios e fontes, casose negassem a revelar o que lhes pedia. Os indígenas atenderam-no, atemorizados, e apelidaram-no de Anhangüera, que significa em tupi «diabo velho» ou «espírito mau».

Guerra dos Emboabas

A partir de meados do século XVII, o açúcar (atividade predominante da colônia) sofreu uma forte concorrência e isso fez com que a Coroa portuguesa estimulasse novamente a descoberta de metais. Os paulistas foram os principais exploradores e conheciam bem o sertão, em 1674, Fernão Dias Pais, descobriu o caminho para o interior de Minas e alguns anos depois, Bartolomeu Bueno da Silva abriu passagem para Goiás e Mato Grosso. A corrida do ouro começou, de fato, em 1698 quando Antônio Dias de Oliveira descobriu as minas de Ouro Preto. A notícia correu o país inteiro fazendo com que muitos aventureiros que buscavam um rápido enriquecimento fossem para a região das minas, a boa-nova também chegou a Portugal; e de lá, chegavam mais de 10 mil pessoas a cada ano durante um período de 60 anos.

A população das minas era bastante heterogênea e dividida em dois grupos rivais: paulistas (que queriam o direito de explorar as minas de ouro, pois descobriram o lugar) e emboabas (forasteiros). O nome "Emboabas" significa em Tupi "Pássaro de Pés Emplumados", e é uma ironia aos forasteiros que usavam botas; enquanto que os paulistas, andavam descalços. Nesse tempo, a população paulista era composta de mamelucos e índios que falavam mais a língua tupi do que o português propriamente dito.

Alguns poucos emboabas controlavam o comércio que abastecia as minas, e em razão disso, obtinham muito lucro. Por causa da sua riqueza e a dada a importância da atividade que exerciam, passaram a ter grande influência. O português Manuel Nunes Viana era um desses ricos comerciantes e principal líder dos emboabas, além de ser também dono de fazendas de gado.

A disputa pelas jazidas e vários outros desentendimentos deram origem a Guerra dos Emboabas. Para combater o contrabando do ouro, a Coroa proibiu o comércio (exceto o de gado) entre Bahia e Minas; porém, ele continuou sob a liderança de Nunes Viana. Borba Gato (guarda-mor das minas, logo um representante do poder real e líder dos paulistas) decidiu expulsá-lo das minas, mas Nunes não foi embora e recebeu apoio dos emboabas.

Após serem expulsos do lugar pelos emboabas, os paulistas (que constituíam a minoria) foram embora, mas um grupo deles (a maioria índios) foi cercado pelos emboabas que prometeram deixá-los vivos caso entregassem as armas. Os paulistas aceitaram o acordo, mas foram enganados e massacrados em um local que ficou conhecido como Capão da Traição. Expulsos das minas, os paulistas descobriram novas jazidas em Goiás e Mato Grosso. Nunes Viana foi obrigado pelo governador do Rio de Janeiro a deixar Minas e acabou se retirando para sua fazenda no rio São Francisco.

Como consequência dessa guerra, foi criada em 1709, a capitania de São Paulo e Minas de Ouro (ex-capitania de São Vicente, agora rebatizada). Em 1720, a capitania de Minas foi separada de São Paulo, formando duas capitanias diferentes: a de São Paulo e a de Minas Gerais.

O segundo ciclo foi da **preação ou caça ao índio**. De acordo com Arruda & Piletti, a atividade dos bandeirantes nesse período ganhou grande impulso quando a Holanda conquistou na África os entrepostos fornecedores de escravos. Com isso, o suprimento de africanos à colônia portuguesa ficou comprometido e muitos colonos tiveram de recorrer aos índios, como alternativa de mão-de-obra.

(Adaptado de José Jobson de A. Arruda & Nelson Piletti. *Toda a História-História Geral e História do Brasil*, 2003).

Embora essa fase de expansão bandeirante tenha sido inexpressiva com relação ao povoamento foi, em contrapartida, um período de grande importância para Portugal que desbravou e conquistou vasto território que se encontrava sob o domínio espanhol, com base no Tratado de Tordesilhas. De fato, devemos creditar aos bandeirantes os méritos de terem sido os que mais contribuíram para a **ampliação das fronteiras** lusitanas na América.

Ampliação das fronteiras

Nessa fase é que foi registrada a epopeia de Antônio Raposo Tavares, conforme citada anteriormente.

Com a diminuição do ouro de lavagem e diante do insucesso na busca pela prata, os bandeirantes paulistas dedicaram-se ao **sertanismo de contrato**, que marca o terceiro ciclo do movimento das bandeiras. Os grandes proprietários pecuaristas, senhores de engenho e autoridades coloniais passaram a contratar os bandeirantes para que reprimissem a resistência à colonização por parte de negros quilombolas e de tribos indígenas. Nessa atividade, Domingos Jorge Velho foi o comandante da expedição que dizimou o Quilombo dos Palmares, localizado no atual estado de Alagoas.



O Ouro das Minas Gerais

Como consequência da Guerra dos Emboabas, foi criada em 1709 a capitania de São Paulo e Minas de Ouro (ex-capitania de São Vicente, agora rebatizada). Em 1720, a capitania de Minas foi separada de São Paulo, formando duas capitanias diferentes: a de São Paulo e a de Minas Gerais. Essa divisão era um forte indício de que os administradores coloniais já reconheciam o alvorecer de um novo ciclo de exploração econômica no Brasil. A extração do ouro foi realizada inicialmente por meio da **faiscação** ou **garimpagem**. Ligada ao ciclo do ouro de lavagem, a faiscação se dava de forma rudimentar e utilizava mão-de-obra livre. Nas grandes minas, a extração chamava-se **lavra** e estava baseada na mão-de-obra escrava.

A Coroa portuguesa organizou cuidadosamente o controle sobre a mineração. Com as descobertas feitas em Minas Gerais, na região de Vila Rica (posteriormente Ouro Preto), a antiga lei é substituída pelo **Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados** para a capitania Minas de Ouro. Esse regimento se manteve até o término do período colonial, apenas com algumas modificações. O sistema estabelecido era o seguinte: para fiscalizar, dirigir e cobrar o **quinto** nas áreas de mineração criou-se a Intendência de Minas, sob a direção de um superintendente em cada capitania em que se descobrisse ouro, subordinado diretamente ao poder metropolitano. O descobrimento das jazidas era obrigatoriamente comunicado ao superintendente da capitania que requisitava os funcionários (guardas-mores) para que fosse feita a **demarcação das datas**. O minerador que havia descoberto a jazida tinha o direito de escolher as duas primeiras datas, enquanto que o guarda-mor escolhia uma outra para a Fazenda Real, que depois a vendia em leilão. A distribuição dos lotes era proporcional ao número de escravos que o minerador possuísse. Aqueles que tivessem mais

de 12 escravos recebiam uma "data inteira", que correspondia a cerca de 3 mil metros quadrados. Já os que tinham menos de doze escravos recebiam apenas uma pequena parte de uma data. Os demais lotes eram sorteados entre os interessados que deviam dar início à exploração no prazo de quarenta dias, sob pena de perder a posse da terra. A venda de uma data era somente autorizada na hipótese devidamente comprovada da perda de todos os escravos.

Demarcação das datas

Lotes de terra que seriam posteriormente distribuídos entre os mineradores presentes.

A cobrança do quinto sempre foi vista pelos mineradores como um abuso fiscal, o que resultava em frequentes tentativas de sonegação, fazendo com que a metrópole criasse novas formas de cobrança.

Diante do crescente contrabando de ouro, são criadas as **Casas de Fundição**, estabelecimentos controlados pela Fazenda Real, que recebiam todo ouro extraído, transformando-o em barras timbradas e devidamente quintadas, para somente depois, devolve-las ao proprietário. A tentativa de utilizar o ouro sob outra forma -- em pó, em pepitas ou em barras não marcadas -- era rigorosamente punida, com penas que iam do confisco dos bens do infrator, até seu degredo perpétuo para as colônias portuguesas na África. Como o ouro era facilmente escondido graças ao seu alto valor em pequenos volumes, criou-se a finta, um pagamento anual fixo de 30 arrobas, cerca de 450 quilos de ouro que o quinto deveria necessariamente atingir, sob pena de ser decretada a **derrama**, isto é, o confisco dos bens do devedor para que a soma de 100 arrobas fosse completada. Posteriormente ainda foi criada a **taxa de capitação**, um imposto fixo e cobrado por cada escravo que o minerador possuísse.

Derrama

Para o historiador Caio Prado Júnior, "cada vez que se decretava uma derrama, a capitania, atingida entrava em polvorosa. A força armada se mobilizava, a população vivia sobre o terror; casas particulares eram violadas a qualquer hora do dia ou da noite, as prisões se multiplicavam. Isto durava não raro muitos meses, durante os quais desaparecia toda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder de uma hora para outra, seus bens, sua liberdade, quando não sua vida. Aliás, as derramas tomavam caráter de violência tão grande e subversão tão grave da ordem, que somente nos dias áureos da mineração se lançou mão deles. Quando começa a decadência, eles se tornam cada vez mais espaçados, embora nunca mais depois de 1762 o quinto atingisse as 100 arrobas fixadas. Da última vez que se projetou uma derrama (em 1788), ela teve de ser suspensa à última hora, pois chegaram ao conhecimento das autoridades notícias positivas de um levante geral em Minas Gerais, marcado para o momento em que fosse iniciada a cobrança (conspiração de Tiradentes)".

(Adaptado do site www.historianet.com.br)

Na segunda metade do século XVIII, a mineração entra em decadência com a paralisação das descobertas. Por serem de aluvião, o ouro e diamantes descobertos eram facilmente extraídos, o que levou a uma exploração constante, fazendo com que as jazidas se esgotassem rapidamente. Esse esgotamento deve-se fundamentalmente ao desconhecimento técnico dos mineradores, já que enquanto a extração foi feita apenas nos veios (leitos dos rios), nos tabuleiros (margens) e nas grupiaras (encostas mais profundas) a técnica, apesar de rudimentar, foi suficiente para o sucesso do empreendimento. Numa quarta etapa, porém, quando a extração atinge as rochas matrizes, formadas por um minério extremamente duro (quartzo itabirito), as escavações não conseguem prosseguir, iniciando o declínio da economia mineradora.

Como as outras atividades eram subsidiárias ao ouro e ao diamante, toda economia colonial entrou em declínio. Por conta disso, a primeira metade do século XIX será representada pelo Renascimento Agrícola, fase economicamente transitória, marcada pela diversificação rural (algodão, açúcar, tabaco, cacau e café), que se estenderá até a consolidação da monocultura cafeeira, iniciada por volta de 1870 no Vale do Paraíba.

A suposta riqueza gerada pela mineração não permaneceu no Brasil e nem foi para Portugal. A dependência lusa em relação ao capitalismo inglês era antiga, e nesse sentido, grande parte das dívidas portuguesas acabou sendo paga com ouro brasileiro, o que viabilizou

ainda mais, uma grande acumulação de capital na Inglaterra, indispensável para o seu pioneirismo na Revolução Industrial.

O Novo Mapa do Brasil



Divisão do Brasil em 1709. Fonte. [Http://pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org)

Conforme sabemos, a atual configuração do território brasileiro é bem diferente daquela que foi originalmente estipulada pelo **Tratado de Tordesilhas, em 1494**. A explicação para a ampliação de nossos territórios está atrelada a uma série de acontecimentos de ordem política, econômica e social que, com passar do tempo, não mais poderiam ser suportadas pelo acordo assinado entre Portugal e Espanha no final do século XV.

Um primeiro evento que permitiu a expansão foi a União Ibérica, que entre 1580 e 1640 colocou as possessões lusas e hispânicas sob controle de um mesmo governo. Nesse momento, a necessidade de se respeitar fronteiras acabou sendo praticamente invalidada. Contudo, não podemos pensar que o surgimento de novos focos de colonização se deu somente após esse novo contexto.

Desde muito tempo, personagens do ambiente colonial extrapolaram a Linha do Tratado de Tordesilhas. Os bandeirantes saíram da região paulista em busca de índios, drogas do sertão e pedras preciosas para atender suas demandas econômicas. Ao mesmo tempo, cumprindo seu ideal religioso, padres integrantes da Companhia de Jesus vagaram pelo território formando reduções onde disseminavam o cristianismo entre as populações indígenas.

Por outro lado, a criação de gado também foi de fundamental importância na conquista desses novos territórios. O interesse dos senhores de engenho e da metrópole em não ocupar as terras litorâneas com a pecuária possibilitou que outras regiões fossem alvos dessa crescente atividade econômica. Paralelamente, o próprio desenvolvimento da economia mineradora também fundou áreas de domínio português para fora das fronteiras originais. Para que esses fenômenos espontâneos fossem reconhecidos, autoridades portuguesas e espanholas se reuniram para criar novos acordos fronteiriços.

O primeiro foi firmado pelo **Tratado de Utrecht, em 1713**. Segundo este documento, os espanhóis reconheciam o domínio português na colônia de Sacramento. Insatisfeitos com a medida, os colonos de Buenos Aires fundaram a cidade de Montevidéu. Logo em seguida, os lusitanos criaram o Forte do Rio Grande, para garantir suas posses ao sul.

O **Tratado de Madri, de 1750**, seria criado para oficialmente anular os ditames propostos pelo Tratado de Tordesilhas. Segundo esse documento, o reconhecimento das fronteiras passaria a adotar o princípio de *utis possidetis*. Isso significava que quem ocupasse primeiro uma região teria seu direito de posse. A intenção de Portugal era garantir o controle das regiões da Amazônia e do Mato Grosso. Contudo, os lusitanos abriram mão da colônia de Sacramento pela região dos Sete Povos das Missões.

A medida incomodou os jesuítas e índios que habitavam a região de Sete Povos. Entre 1753 e 1756, estes se voltaram contra a dominação portuguesa em uma série de conflitos que marcaram

as chamadas "*guerras guaraníticas*". Com isso, o Tratado de Madri foi anulado em 1761. Em **1777**, o **Tratado de Santo Idelfonso** estabelecia que a Espanha ficasse com as colônias de Sacramento e os Sete Povos. Em contrapartida, Portugal conquistou a ilha de Santa Catarina e boa parte do Rio Grande do Sul.

Somente em **1801**, a assinatura do **Tratado de Badajós** deu fim aos conflitos e disputas envolvendo as nações ibéricas. De acordo com seu texto, o novo acordo estabelecia que a Espanha abrisse mão do controle sobre os Sete Povos das Missões. Além disso, a região de Sacramento seria definitivamente desocupada pelos lusitanos.

(Adaptado do site www.mundoeducação.com.br, acessado em 2010)



A Reorganização da Administração Colonial

O declínio da mineração no Brasil coincide, no plano internacional, com a crise do Antigo Regime. Fazendo um balanço de toda a exploração colonial do Brasil, chegamos à melancólica conclusão de que Portugal não foi o principal beneficiário da exploração colonial. Os benefícios da colonização haviam se transferido para outros centros europeus em ascensão: França e, em especial, Inglaterra. De fato, o século XVIII teve a Inglaterra como centro da política internacional e pivô das mudanças estruturais que começavam a afetar profundamente o Antigo Regime. Como nação vitoriosa na esfera econômica, a Inglaterra estava prestes a desencadear a Revolução Industrial, convertendo-se na mais avançada nação burguesa do planeta.

A visível transformação econômica foi acompanhada, na segunda metade do século XVIII, por uma ebulição no nível das ideias. Surgiu o Iluminismo e, com essa filosofia, uma nova visão do homem e do mundo. Por trás de todo esse movimento, encontrava-se a burguesia, comandando a crítica ao **Antigo Regime** e, portanto, à nobreza e ao absolutismo.

Antigo Regime

Os filósofos iluministas, como Voltaire e Diderot, seduziram os monarcas absolutistas da Prússia, Áustria, Rússia, Portugal e Espanha. Sem abrir mão do absolutismo, esses monarcas realizaram algumas das reformas recomendadas pelos iluministas, que vieram reforçar o seu poder, uma vez que a modernização empreendida aliviou as tensões sociais. Por se manterem absolutistas e optarem por reformas modernizadoras, aqueles monarcas ficaram conhecidos como déspotas esclarecidos. Esse foi um fenômeno típico da segunda metade do século XVIII.

D. José I (1750-1777) e seu ministro, o marquês de Pombal, foram os representantes do despotismo esclarecido em Portugal. O período de seu governo, em função da sua marcante personalidade, ficou conhecido como "pombalino".

Desde o fim da União Ibérica em 1640, o Brasil era a mais valiosa possessão portuguesa. Com a descoberta e a exploração do ouro em Minas, o Brasil ocupou o lugar indiscutível de retaguarda econômica da metrópole. Porém, no tempo de Pombal, a mineração encontrava-se em franca decadência. A sua preocupação foi então a de reorganizar a administração colonial, fortalecer os laços do exclusivo metropolitano, a fim de garantir o máximo de transferência da riqueza brasileira para Portugal.

Diante da decadência colonial, todo o esforço político do ministro de D. José I concentrou-se na tentativa de modernização do reino. Considerando as suas realizações em conjunto, conclui-se que a política de Pombal tinha em vista, de um lado, o fortalecimento do Estado e, de outro, a autonomia econômica de Portugal. No primeiro caso, Pombal tratou de diminuir a influência da nobreza e, sobretudo dos jesuítas, os quais expulsou de Portugal e de todos os seus domínios em 1759. Quanto à autonomia econômica, o seu objetivo era o de tirar o país da órbita inglesa, na qual ingressara a partir de meados do século XVII.

Em sua política colonial, Pombal tratou de centralizar a administração para maior controle metropolitano. Nesse terreno, o ministro tomou duas medidas importantes. A primeira foi a extinção do regime de capitania hereditárias e, portanto, o fim do poder dos donatários. A segunda foi a reunificação administrativa.

Com essa reunificação ficava abolida a antiga divisão administrativa estabelecida em 1621, quando então o Brasil ficou dividido em dois Estados: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, cada qual com um governador próprio. Pombal reunificou a administração, transferindo, ao mesmo tempo, a capital para o Rio de Janeiro, em 1763, o que mostrou a sua preocupação em manter a cabeça administrativa bem próxima da economia mineira. Mas a sua política não estava concentrada apenas em

Minas. Ela abrangia também a economia açucareira do nordeste e a exploração das "drogas do sertão" da região amazônica.

Em relação a Minas, com a finalidade de assegurar os rendimentos da Coroa, Pombal tomou a iniciativa de converter a exploração diamantífera em monopólio real, com o Regimento da Real Extração e, em relação ao ouro, ele estabeleceu um regime de taxaço que combinava a Casa de Fundição e o sistema de fintas com cotas de 100 arrobas, complementado pela derrama.

Para atuar no Nordeste e na região amazônica, Pombal criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759). Assim, o quadro geral da administração colonial caracterizou-se, no final do século XVIII, pela crescente racionalização da atividade econômica, tendo por objetivo a transferência do máximo de riqueza do Brasil para Portugal. Paralelamente a essa racionalização, aumentava também o grau de opressão colonial. Essa tendência continuou com D. Maria I, que sucedeu a D. José I. No seu reinado, através do Alvará de 1785, proibiu-se a atividade manufatureira no Brasil.

As Rebeliões Nativas

O sistema colonial no Brasil possuía dois eixos contraditórios. De um lado, senhores e escravos; de outro, colônia e metrópole. O sistema ganhou a forma típica de escravismo colonial, e esse caráter simultaneamente escravista e colonial não foi desfeito ao mesmo tempo. Primeiro, romperam-se os laços coloniais e, muito mais tarde, aboliu-se a escravidão. Essa característica levou a um profundo e marcante traço da formação de nossa nacionalidade que até os dias atuais provoca fervorosa discussão entre os cientistas sociais e exige uma participação coletiva na tentativa de apaziguar essa herança.

No entanto, mercê as paixões ideológicas, alguns historiadores não deixam de ter razão ao afirmarem que, no processo de emancipação política, foram deixadas de lado as camadas populares e os escravos, pois não há como desconsiderar que a obra separatista foi, no Brasil, produto das elites. Porém, não se deve esquecer que os menos favorecidos socialmente estavam tão insatisfeitos com o regime colonial quanto com a dominação dos senhores de escravos e seus anseios não foram sequer considerados no processo de independência. A primeira constatação importante é a de que o rompimento dos laços coloniais decorreu do próprio funcionamento do sistema: para explorar a colônia é preciso, antes de tudo, desenvolvê-la. Porém, à medida que a colônia se desenvolve, engendram interesses próprios que passam a divergir dos da metrópole. Esse é o momento em que os próprios colonos tomam consciência da exploração e de si próprios como colonos. Por isso mesmo, serão os integrantes da camada dominante os primeiros a alcançarem de forma aguda essa consciência e, em regra, serão eles os dirigentes desse movimento de emancipação.

As primeiras rebeliões anticolonialistas surgiram nos fins do século XVII e início do seguinte e foram resultado direto da nova política colonial adotada por Portugal depois da Restauração (1640). A opressão colonial começou a ser sentida com a criação das Companhias de Comércio, às quais a metrópole concedeu monopólio do comércio colonial. A própria administração portuguesa ganhou um novo contorno com a criação do Conselho Ultramarino. Nesse contexto, as contradições entre metrópole e colônia se manifestaram de diversas maneiras: de um lado, como protesto ao regime comercial monopolista, como na Revolta de Beckman (1684), no Maranhão; de outro, como uma guerra entre senhores e escravos fugitivos, como em Palmares (1694), em Alagoas; mas também como conflito entre senhores de engenho e mercadores, como na Guerra dos Mascates (1709-1711), em Pernambuco; e, enfim, como reação à opressão fiscal, exemplificada pela Revolta de Vila Rica (1720), em Minas Gerais.

Todas essas rebeliões tiveram por base a contradição metrópole-colônia e, no caso de Palmares, senhores-escravos. Apesar de cada rebelião possuir o seu caráter específico, as rebeliões coloniais até o início do século XVIII não chegaram a propor claramente a emancipação política como solução. Elas só terão

esse caráter com a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana ou dos Alfaiates (1798).

Aclamação de Amador Bueno (1641)

No início do século XVII, as condições econômicas da região de São Vicente eram precárias, sustentando-se basicamente no apresamento de índios. Os jesuítas reagiram contra a escravização dos indígenas efetuadas pelos bandeirantes, exigindo que a metrópole a proibisse. Porém, as autoridades coloniais não permitiram a interdição metropolitana e incentivaram a expulsão dos religiosos, o que foi parcialmente atendido em 1641. No mesmo ano, os colonos tentaram desligar-se de Portugal e aclamaram Amador Bueno como rei do Brasil. O movimento, obviamente, esfriou e a ideia foi abandonada.

Revolta de Beckman (1684)



Zacarias Wagner, *Aldeia Missionária*, século XVII

Em meados do século XVII, o Maranhão estava com problemas devido à dificuldade de escoar a sua produção e de obter gêneros metropolitanos e, sobretudo, escravos. A criação da Companhia do Comércio do Estado do Maranhão em 1682, que tinha por objetivo precisamente resolver tais problemas, veio agravar ainda mais a situação. Em princípio, essa companhia deveria não apenas adquirir a produção açucareira como também fornecer gêneros metropolitanos e escravos. Porém, visto que a ela fora concedido o monopólio tanto da venda de escravos e produtos metropolitanos, como da compra do açúcar, os colonos ficaram sujeitos aos preços arbitrariamente estabelecidos pela companhia, o que já era motivo de insatisfação. Essa insatisfação converteu-se em aberta rebelião porque, além disso, a companhia não cumpriu o seu compromisso de abastecer adequadamente o Maranhão com bens metropolitanos e escravos.

A revolta eclodiu em 1684 liderada por Manuel Beckman, um abastado senhor de engenho. Os revoltosos propunham a abolição do monopólio da companhia e uma relação comercial mais justa. Em sinal de protesto, o governo local foi deposto e os armazéns da companhia saqueados. Além disso, os jesuítas, velhos inimigos dos colonos por impedirem a escravização do índio, foram expulsos. Sob a direção de Manuel Beckman foi composto um governo provisório, e seu irmão, Tomás Beckman, foi enviado a Lisboa para apresentar as reivindicações dos revoltosos. Estas não foram atendidas e Tomás Beckman foi preso e recambiado para o Brasil, na frota em que veio o novo governador, Gomes Freire de Andrade. Este desembarcou no Maranhão, onde foi recebido com obediência, e, em seguida, reconduziu as autoridades depostas. Manuel Beckman fugiu e quando planejava libertar o irmão do cárcere foi traído por um afilhado. Beckman foi preso e executado.

Apesar do fracasso, esse foi o primeiro movimento anticolonial organizado, embora não tivesse ocorrido aos dirigentes do movimento a independência da colônia em relação a Portugal, ou seja, a condição colonial não foi questionada.

(Adaptado do sítio www.culturabrasil.pro.br, acessado em 2010)

Guerra dos Emboabas (1707/09)



A descoberta das minas provocou um intenso fluxo migratório interno e externo para Minas Gerais. Os recém-chegados (forasteiros) eram chamados de *emboabas* pelos paulistas que já habitavam a região desde as primeiras descobertas. A maioria dos emboabas dedicou-se ao comércio, incentivados pelos altos preços das manufaturas, gêneros alimentícios e outros produtos necessários à vida cotidiana dos mineiros. Aos poucos, os mineradores foram assumindo grandes dívidas com os comerciantes e, em garantia de seus credores, hipotecaram suas propriedades. Dessa maneira, alguns comerciantes tornaram-se donos de datas e de fazenda de gado. Isso gerou um descontentamento por parte dos paulistas. Entre 1707 e 1709, paulistas e reinóis travaram violentas lutas nas quais os primeiros sofreram sérias derrotas. A principal delas aconteceu no local que ficou conhecido por Capão da Traição. O governo interveio e, com o objetivo de apaziguar a região, criou a capitania real de São Paulo e de Minas de Ouro. Na tentativa de atender aos anseios dos mineradores, Ribeirão do Carmo, Sabará e Vila Rica foram elevadas à categoria de vila, com a criação das respectivas câmaras municipais. Apesar dos conflitos terem diminuído, as suas causas não foram totalmente suprimidas.

(Adaptado de Luís César Amad Costa & Leonel Itaussu A. Mello. *História do Brasil*, 2006 e *Rugendas, Tropeiros*. Biblioteca Municipal de São Paulo).

Guerra dos Mascates (1710)

A Guerra dos Mascates ocorreu em Pernambuco e, aparentemente, foi um conflito entre senhores de engenho de Olinda e comerciantes do Recife. Estes últimos, denominados "mascates", eram, em sua maioria, portugueses. Antes da ocupação holandesa, Recife era um povoado sem maior expressão. O principal núcleo urbano era Olinda, ao qual Recife encontrava-se subordinado. Porém, depois da expulsão dos holandeses, Recife tornou-se um centro comercial, graças ao seu porto excelente, e recebeu um grande influxo de comerciantes portugueses. Olinda era uma cidade tradicionalmente dominada pelos senhores de engenho. O desenvolvimento de Recife, cidade controlada pelos comerciantes, testemunhava o crescimento do comércio, cuja importância sobrepujou a atividade produtiva açucareira, à qual se dedicavam os senhores de engenho olindenses. O declínio da atividade dos engenhos de açúcar foi agravado pela concorrência antilhana a partir da chegada dos holandeses.



Henry Chamberlain, *O mascate com seus escravos*. Biblioteca Municipal de São Paulo

À medida que Recife cresceu em importância, os mercadores começaram a reivindicar a sua autonomia político-administrativa, procurando libertar-se de Olinda e da autoridade de sua Câmara Municipal. A reivindicação dos recifenses foi parcialmente atendida em 1703, com a conquista do direito de representação na Câmara de Olinda. Entretanto, o forte controle exercido pelos senhores de engenho sobre a Câmara tornou esse direito, na prática, letra morta.

A grande vitória dos recifenses ocorreu com a criação de sua Câmara Municipal em 1709, que libertava, definitivamente, os comerciantes da autoridade política olindense. Inconformados, os senhores de engenho de Olinda, utilizando vários pretextos, entre eles a demarcação dos limites entre os dois municípios, resolveram fazer uso da força para sabotar as pretensões dos recifenses. Depois de muitos conflitos, que contou com a intervenção das autoridades coloniais, finalmente em 1711 o fato se consumou: Recife foi equiparada à categoria de Olinda.

Assim, terminou a Guerra dos Mascates. Com a vitória dos comerciantes, essa guerra apenas reafirmava o predomínio do capital mercantil sobre a produção colonial. E isso já era fato, uma vez que os senhores de engenho eram frequentemente devedores dos mascates. Portanto, a equiparação política das duas cidades tinha fortes razões econômicas e obedeceu à lógica do sistema

colonial.

(Adaptado do sítio www.culturabrasil.pro.br, acessado em 2010)

Revolta de Vila Rica – Revolta de Felipe dos Santos (1720)

A dinâmica de exploração da colonização portuguesa no Brasil assumiu diferentes formas e intensidades ao longo da trajetória do Brasil Colônia. A definição das atividades mineradoras como principal atividade econômica do século XVII deu margem para um sistema de tributação e práticas fiscalizantes nunca outrora observadas em nossa história colonial.

A região de Minas Gerais, na qualidade de maior centro desse tipo de exploração econômica, também foi o local propício para diversos episódios de indignação e revolta contra o controle massivo das autoridades metropolitanas. A própria Guerra dos Emboabas, deflagrada no início das atividades mineradoras, prenunciava que o interesse econômico português seria responsável pela inconformidade de alguns integrantes da sociedade colonial. Observando a ameaça de seus lucros com o contrabando e a livre exploração dos minérios, Portugal resolveu programar uma série de tributações a serem aplicadas sob a região das Minas Gerais. Em 1719, ainda buscando garantir uma ampla margem de lucro, os portugueses instituíram as chamadas **Casas de Fundição**, que funcionariam como centros de cobrança e controle sobre as riquezas extraídas do solo.

Paralelamente à tributação dos minérios, a formação de diversos centros urbanos trouxe outra notável fonte de renda à metrópole. Graças às amarras econômicas estabelecidas pelo pacto colonial, os colonos ainda eram obrigados a pagar os altos valores cobrados sob os gêneros manufaturados oferecidos por Portugal. Mediante essa lógica de exploração e controle é que compreendemos a deflagração da Revolta de Filipe dos Santos, em 1720.

A hostilidade e a desconfiança instaladas na região das minas faziam com que qualquer suspeita de contrabando ou sonegação acionassem a rígida ação das tropas metropolitanas. Durante um desses episódios de averiguação das forças metropolitanas, um grupo de mineiros resolveu atacar a casa do ouvidor-mor, principal autoridade judicial da região. Logo em seguida, dirigiram-se para Vila do Carmo a fim de pressionar o governador da região, D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, e responsável pela criação das Casas de Fundição.

O grupo, liderado pelo tropeiro Filipe dos Santos, reivindicava o fechamento das casas de fundição. Prometendo atender a demanda do grupo, o levante retornou à Vila Rica à espera das ações do governador. No entanto, isso serviu para que as tropas portuguesas se organizassem contra os revoltosos. No dia 14 de julho iniciou-se o conflito que prendeu vários participantes e condenou Filipe dos Santos à morte e ao esquartejamento. A revolta de Vila Rica foi o reflexo do aumento da exploração portuguesa sobre o Brasil. Este movimento foi local e não contestou a dominação portuguesa. Seu objetivo não era fazer a libertação do Brasil e sim acabar com os abusos do monopólio português. A revolta de Felipe dos Santos (1720) antecedeu a Inconfidência Mineira (1789), na mesma Vila Rica (atual Ouro Preto).

A consequência dessa revolta foi a criação da Capitania de Minas Gerais, separada de São Paulo (1720). A Revolta de Vila Rica foi fundamental para o amadurecimento da consciência colonial. Por outro lado, inaugurou um período de sangrentas repressões desfechadas pela Metrópole. O antagonismo entre colônia e metrópole é retratado nas últimas palavras de Felipe dos Santos: "Morro sem me arrepender do que fiz e certo de que o canalha do rei será esmagado". Era o prenúncio das lutas de libertação nacional que se desencadeariam no Brasil a partir do século XVIII. (Adaptado de Rainer Sousa, no site www.brasilescola.com, e de www.mundovestibular.com.br, acessado em 2010)

Movimentos de Emancipação Política

Fatores Gerais

Enquanto a situação internacional, com o advento da Revolução Industrial, foi criando as condições favoráveis para o fim do colonialismo, no Brasil o declínio da mineração correspondeu a uma

ascensão da produção agrícola. O comércio dos produtos coloniais brasileiros encontrou as condições favoráveis para o suprimento das necessidades do mercado interno europeu, principalmente diante da crescente população europeia. No final do século XVIII, a colônia brasileira experimentou um forte impulso de sua produção em favor da exportação. No entanto, diante da crise do sistema mercantilista, a metrópole lusitana aumentou as restrições econômicas sobre o Brasil.

Assim, a luta pelo rompimento dos laços coloniais refletia o avanço da economia brasileira em choque com as barreiras impostas por Portugal. Era um período em que as forças instaladas no Brasil já se encontravam suficientemente maduras para exigir o fim do pacto colonial, além do apoio da conjuntura internacional para tanto.

Inconfidência Mineira (1789)

No século XVIII, a ascensão da economia mineradora trouxe um intenso processo de criação de centros urbanos pela colônia acompanhada pela formação de camadas sociais intermediárias. Os filhos das elites mineradoras, buscando concluir sua formação educacional, eram enviados para os principais centros universitários europeus. Nessa época, os ideais de igualdade e liberdade do **pensamento iluminista** espalhavam-se nos meios intelectuais da Europa.

Pensamento Iluminista

Este movimento surgiu na França do século XVII e defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que dominava a Europa desde a Idade Média. Segundo os filósofos iluministas, esta forma de pensamento tinha o propósito de iluminar as trevas em que se encontrava a sociedade. Os pensadores que defendiam estes ideais acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas e o misticismo, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem. O apogeu deste movimento foi atingido no século XVIII, que passou a ser conhecido como o Século das Luzes. O Iluminismo foi mais intenso na França, onde influenciou a Revolução Francesa através de seu lema: liberdade, igualdade e fraternidade. Também teve influência em outros movimentos sociais como na independência das colônias inglesas na América do Norte e na Inconfidência Mineira, **ocorrida no Brasil**.

Os filósofos iluministas acreditavam que se todos fizessem parte de uma sociedade justa, com direitos iguais a todos, a felicidade comum seria alcançada. Por esta razão, eles mostravam-se contra as imposições de caráter religioso, contra as práticas mercantilistas, contrários ao absolutismo do rei, além dos privilégios dados a nobreza e ao clero.

Na segunda metade do século XVIII, a economia mineradora dava seus primeiros sinais claros de enfraquecimento. O problema do contrabando, o esgotamento das reservas auríferas e a profunda dependência econômica fizeram com que Portugal aumentasse os impostos e a fiscalização sobre as atividades empreendidas na colônia. Entre outras medidas, a fixação das **"cem arrobas de ouro anuais"** configurou uma nova modalidade de cobrança que tentava garantir os lucros lusitanos.

Brasil: produção de ouro no século XVIII			
Ano	Total (kg)	Ano	Total (kg)
1700-1710	5.880	1750-1759	28.376
1711-1720	13.000	1760-1769	20.258
1721-1729	16.100	1770-1779	16.897
1730-1739	23.134	1780-1789	11.195
1740-1749	28.959	1790-1799	8.909

Fonte: Virgílio Noya Pinto. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. SP, Nacional: 1979.

No entanto, com o progressivo desaparecimento das regiões auríferas, os colonos tinham grandes dificuldades em cumprir a exigência estabelecida. Portugal, inconformado com a diminuição dos lucros, resolveu empreender um novo imposto: **a derrama**. Sua cobrança serviria para complementar os valores das dívidas que os mineradores acumulavam junto à Coroa. Sua arrecadação era feita pelo confisco de bens e propriedades que pudessem ser de interesse da Coroa.

Esse imposto era extremamente impopular, pois muitos colonos consideravam sua prática extremamente abusiva. Com isso, as

elites intelectuais e econômicas da sociedade mineradora, influenciadas pelo iluminismo, começaram a se articular em oposição à dominação portuguesa. No ano de 1789, um grupo de poetas, profissionais liberais, mineradores e fazendeiros tramavam tomar controle de Minas Gerais. O plano seria colocado em prática em fevereiro de 1789, data marcada para a cobrança da derrama.

Aproveitando da agitação contra a cobrança do imposto, os inconfindentes contaram com a mobilização popular para alcançarem seus objetivos. Entre os inconfindentes estavam poetas como Claudio Manoel da Costa e Tomas Antonio Gonzaga; os padres Carlos Correia de Toledo, o coronel Joaquim Silvério dos Reis; e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um dos poucos participantes de origem popular dessa rebelião. Eles iriam proclamar a independência e a proclamação de uma república na região de Minas.

Com a aproximação da cobrança metropolitana, as reuniões e expectativas em torno da inconfidência tornavam-se cada vez mais intensas. Nesse meio tempo, uma denúncia sobre a insurreição na região de Minas provocou a suspensão da cobrança do imposto enquanto as autoridades metropolitanas instauravam um inquérito para apuração da denúncia. Através da delação de Joaquim Silvério dos Reis, que apontou seus companheiros em troca a garantia de perdão de suas dívidas, várias pessoas foram presas pelas autoridades de Portugal.

Tratando-se de um movimento composto por influentes integrantes das elites, alguns poucos denunciados foram condenados à prisão e ao degredo na África. O único a assumir as responsabilidades pela trama foi Tiradentes.

Para reprimir outras possíveis revoltas, Portugal decretou o enforcamento e o esquartejamento do inconfindente de origem menos abastada. Seu corpo foi exposto nas vias que davam acesso a Minas Gerais. Era o fim da Inconfidência Mineira. (Adaptado de Rainer Sousa, no sítio www.brasilescola.com)

Conjuração Baiana (1798)

Esse movimento teve uma importante diferença em relação à Inconfidência Mineira que foi, como visto anteriormente, liderada por segmentos da elite mineradora. Na Bahia, a revolta teve um caráter eminentemente social e foi apoiada pela população mais pobre, inconformada com a crescente escassez de alimentos e as péssimas condições de vida na colônia. Assim, a adesão à conjuração encontrou maior efeito entre os artesãos, sapateiros, alfaiates, soldados, negros libertos, mestiços e mesmo entre os escravos.



Henry Chamberlain, *Negros de Ganho*, 1822

Os revoltosos baianos apresentaram objetivos mais claros e bem definidos em relação aos mineiros, como o fim da escravidão e outras propostas de mudança mais radicais. Uma sociedade secreta, denominada *Cavalheiros da Luz*, funcionava em Salvador desde 1797. Ponto de encontro das figuras da elite sotopolitana, o grupo encontrava espaço para que as ideias iluministas difundidas pela Revolução Francesa fossem discutidas e mesmo ajustadas à realidade brasileira. Entre os frequentadores das reuniões, estavam o médico Cipriano Barata e o militar Hermógenes Pantoja, que viriam a ser líderes da conjuração.

O governo metropolitano já havia sido alertado por seus representantes na Bahia de que havia uma preocupação quanto "a difusão de abomináveis princípios revolucionários franceses" entre os colonos. Na manhã de 12 de agosto de 1798, os locais de maior movimento em Salvador amanheceram com cartazes de mobilização para que a população participasse de uma revolta que estava sendo preparada. De um modo geral, os panfletos e manuscritos veiculavam críticas aos impostos, reivindicação de aumento dos salários e pedidos de promoção para os militares,

entre outras palavras de ordem. Ao mesmo tempo, transmitiam claramente ideias inspiradas na Revolução Francesa, como república, liberdade, igualdade e livre-comércio.

Enquanto crescia a distribuição dos panfletos, o governador determinou uma investigação para que fosse identificada a sua autoria. Sem comprovações concretas, as suspeitas recaíram sobre o soldado Luís Gonzaga das Virgens que, com sua prisão, gerou uma mobilização entre os outros conjurados na tentativa de sua libertação. No entanto, antes que seus companheiros conseguissem entrar em ação, um grupo de quase cinquenta pessoas foi preso a partir de delações. O processo envolveu, dentre os rebeldes, uma significativa parcela de alfaiates, o que contribuiu para que o movimento ficasse conhecido como a Conjuração dos Alfaiates.

A condenação dos envolvidos era evidente e as penas foram severas, desde a sentença de morte à imposição ao exílio. Estava desmontada a rebelião.

Embora tanto a Inconfidência Mineira como a Conjuração Baiana não tenham alcançado plenamente seus objetivos, os dois movimentos transformaram-se em símbolo de luta pela emancipação do Brasil. No caso da revolta baiana, pôde-se identificar uma característica adicional, pois o movimento conciliou as aspirações sociais com o desejo de independência, visto pela primeira vez na colônia.

Insurreição Pernambucana (1817)

Desde o início do período colonial, a capitania de Pernambuco foi marcada como um dos pontos onde explodiram com maior força as contradições entre a colônia e a metrópole. A Guerra dos Mascates (1710), já apresentada, foi um exemplo de rebelião nativista contra os privilégios comerciais portugueses. Em 1817, já com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, ocorreu a maior rebelião colonial brasileira.

Segundo *Costa & Mello (2006)*, As discussões filosóficas à luz das propostas iluministas prepararam o terreno ideológico para que a semente da consciência nacional germinasse. Além disso, em 1808, com a vinda da corte de D. João VI para o Brasil, novas e altas despesas oneraram ainda mais a economia colonial. Para fazer frente aos gastos do rei de todo o seu séquito instalado na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, a cobrança de impostos foi incrementada em todas as capitanias e com eles, as tensões coloniais aumentaram. A insatisfação percorreu todas as camadas da sociedade pernambucana encontrando adeptos desde a alta aristocracia até as camadas mais populares da colônia. Buscando a antecipação aos revoltosos, o governador de Pernambuco ordenou a prisão da liderança conspiradora, dentre os quais o major José de Barros Lima, conhecido como o Leão Coroado. O militar resistiu à prisão e matou o enviado do governo. Esse episódio deflagrou a insurreição. Os rebeldes assumiram pontos estratégicos da cidade de Recife e instalaram um governo revolucionário com representantes de várias categorias sociais. Foi hasteada a Bandeira da **República Pernambucana** e extinguiram-se todos os títulos de nobreza. Representantes dos revoltosos partiram em direção às províncias no Norte e Nordeste com a missão de expandir o movimento, mas as tentativas fracassaram rapidamente.

A reação portuguesa foi rápida e enérgica. A cidade de Recife foi atacada por terra e mar. A superioridade das tropas metropolitanas era incontestável e os revolucionários capitularam. Apesar de não ter sido plenamente bem-sucedida, a Insurreição Pernambucana implantou, com raízes profundas, as ideias de emancipação política que abalariam, outra vez, o cenário pernambucano, durante a Confederação do Equador, em 1824.



A bandeira da Revolução Pernambucana de 1817, cujas estrelas representam Paraíba, Ceará e Pernambuco, inspirou a atual bandeira pernambucana.



UNIDADE 2 - IMPÉRIO

CAPÍTULO 1 - O PERÍODO JOANINO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Era das Revoluções

Transplantar o rei de Portugal para o Brasil e fundar aqui um “poderoso império” foi um plano cogitado em momentos de instabilidade política do governo português. Pelo menos uma vez em cada século, desde o Descobrimento, tal hipótese foi imaginada. Em 1580, na época da União Ibérica, um postulante do trono ocupado pelo rei espanhol Felipe II, o prior do Crato, foi encorajado a viajar para o Brasil e constituir um Império. Durante a restauração da independência portuguesa frente à Espanha (1640), o padre Antonio Vieira (1608-1697) também sugeriu a D. João IV a retirada para as colônias da América.

O poderoso exército napoleônico às portas da fronteira. Espreitando o porto de Lisboa, navios ingleses prontos para atacar. Do outro lado do oceano, a enorme e rica colônia brasileira exposta a uma possível invasão. Pressionado por duas potências rivais, a escolha de Portugal era das mais difíceis. Fosse qual fosse a decisão, o castigo do inimigo era certo.

Pois naquele fim de 1807, o que se viu foi uma fuga. Uma fuga em massa de nobres que se apinharam no porto em busca de lugares nas naus que rumariam para o Brasil. Vários atropelos aconteceram: bagagens ficaram em terra, pertences de pessoas que não viajariam foram parar nos navios, parentes foram separados durante a viagem.

Mas a impressão de retirada covarde e atabalhoada não se justifica. Historiadores do século XX demonstram que a transferência da Corte não foi nada improvisada. Cogitada em diversas outras ocasiões, a mudança deve ser entendida de acordo com a política externa lusitana do período. O reino optava pela neutralidade nos conflitos diplomáticos para evitar choques maiores com as duas principais potências políticas e militares da época: França e Inglaterra. A primeira desfrutava de poderio terrestre, enquanto a segunda gozava de supremacia marítima. Muitas vezes, entretanto, era impossível manter a neutralidade - daí a necessidade de eleger uma aliança mais sólida. Havia aqueles que defendiam a opção pela França. Um dos principais expoentes desta ideia era Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817), futuro conde da Barca, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra entre 1804 e 1807. Ele defendia a aproximação com o regime napoleônico, o que se tornou insustentável em 1807, quando se intensificaram as ameaças inglesas e francesas.

A coligação com a Inglaterra é explicada basicamente pelo temor de um ataque às colônias (principalmente o Brasil), diante do forte poderio naval britânico. O receio não era infundado, afinal o primeiro-ministro da Inglaterra, William Pitt (1759-1806), em discurso no Parlamento, defendera que convinha à “Grã-Bretanha fazer assentar o trono do império português” na América, onde d. João reconquistaria seu reino e ditaria “as leis à Europa, e com o cetro de ferro poderia castigar a França dos seus crimes, e a Espanha [aliada da França] da sua perfídia”. O primeiro-ministro inglês defendia abertamente, em hipótese de uma aliança luso-francesa, a invasão do Brasil.

De fato, as grandes transformações econômicas, políticas e sociais abalaram a Europa no final do século XVIII. O panorama europeu alterou-se em função da Revolução Industrial e da Revolução Francesa.

A Revolução Industrial caracterizou-se por um capitalismo apoiado em grandes fábricas, na mecanização, na acentuada divisão do trabalho e na liberdade de iniciativa dos empresários. A Revolução Francesa deu os últimos golpes no Antigo Regime, substituindo o absolutismo monárquico e o privilégios feudais pelos princípios liberais na economia e na política.

O capitalismo industrial estabeleceu-se na Europa, desencadeando tensões e conflitos entre as principais nações do continente. A Inglaterra, a maior potência industrial da Europa na época, e a França, vivendo a era napoleônica, seriam as personagens centrais das guerras que assolariam a Europa do início do século XIX, as quais teriam repercussões sobre os rumos do Brasil colonial.

A conquista da Europa



Portugal: Inglaterra ou França?

Depois de governar cinco anos como cônsul, Napoleão Bonaparte foi coroado imperador da França em 1804. Conquistando grande parte da Europa continental, não conseguiu, contudo, submeter a Inglaterra.

Em 1806, o imperador francês Napoleão Bonaparte assinou em Berlim o decreto do Bloqueio Continental, que proibia, a todos os países do continente europeu, fazer comércio com a Grã-Bretanha (comumente chamada de Inglaterra, embora esta última não corresponda à totalidade do território britânico). O fato de Napoleão ter determinado essa medida em plena capital da Prússia - e não em Paris - nos dá conta da hegemonia que ele alcançara sobre as demais monarquias da Europa.

Incapaz de derrotar a inimiga Inglaterra no mar, devido à inferioridade naval francesa, o imperador pretendia debilitá-la economicamente, forçando o governo de Londres a um entendimento com a França.

Na ocasião, a Inglaterra era o único país do mundo que já se encontrava em plena Revolução Industrial. Como na França esse processo ainda era incipiente, seria impossível preencher o vácuo criado pela falta de produtos britânicos. Estes, portanto, continuaram a entrar na Europa Continental, por meio de contrabando. Na verdade, o Bloqueio Continental prejudicou mais os países que o praticaram do que aquele contra o qual ele fora planejado.

A Holanda recusou-se a acatar as determinações de Napoleão, que mandou invadi-la e impôs seu irmão, Luís Bonaparte, como rei dos holandeses.

O Bloqueio Continental deixou Portugal em uma situação delicada. Desde 1641, ou seja, logo após o final da União Ibérica (1580-1640), o país caíra sob a dominação da Inglaterra. Essa relação se consolidará ao longo dos anos, notadamente após a assinatura do Tratado de Methuen (ou dos Panos e Vinhos, 1703), e foram inúteis os esforços do ministro Marquês de Pombal (1750-77) para alterá-la.

Em 1792, a rainha D. Maria I, atingida por irremediável doença mental, fora afastada da chefia do Estado. Em seu lugar, assumiu

o governo, na qualidade de regente, o príncipe-herdeiro D. João (futuro D. João VI).

Se por um lado Portugal não podia afrontar Napoleão, dada sua vulnerabilidade a um ataque francês (na ocasião, a França era aliada da Espanha, por cujo território as tropas francesas necessariamente teriam de passar), por outro também não podia simplesmente romper com a Inglaterra. Aliás, a indiscutível supremacia marítima britânica inviabilizaria as comunicações entre Portugal e Brasil – principal colônia lusitana, de cuja exploração dependia a própria sobrevivência econômica de Portugal.

Em agosto de 1807, o governo francês enviou um ultimato a Portugal: ou aderiria ao Bloqueio Continental, ou teria seu território invadido. Diante da negativa de D. João, os embaixadores da França e Espanha retiraram-se de Lisboa em 1º de outubro, como prenúncio da invasão.

Nessa situação crítica para o governo português, a Grã-Bretanha interveio por meio de seu embaixador em Portugal, lorde Strangford: o governo britânico oferecia proteção naval para que não só a Família Real, mas toda a Corte Portuguesa (isto é, os nobres que conviviam com a Família Real e seus servidores) e os funcionários do governo se transferissem para o Brasil.

Em contrapartida, Portugal se comprometia – mediante um acordo firmado secretamente – a ceder temporariamente a estratégica Ilha da Madeira aos britânicos e a permitir o comércio direto entre a Grã-Bretanha e o Brasil.

Em 27 de outubro de 1807, França e Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, que destronava a Dinastia de Bragança, reinante em Portugal desde a Restauração de 1640. O território português seria dividido em três partes, a maior das quais caberia pessoalmente a Napoleão. Em 19 de novembro, o general francês Junot penetrou com suas tropas em Portugal, avançando rapidamente para o sul, em direção a Lisboa. Três dias antes, uma frota britânica ancorava no Rio Tejo, colocando-se à disposição do príncipe D. João para trasladá-lo ao Brasil.

O que se seguiu foi um grotesco quadro de atropelo, confusão e desespero, agravado pelas notícias da célere aproximação dos franceses. Ao todo, mais de 10 000 pessoas apinharam-se a bordo de 16 navios de guerra e 20 de transporte – todos portugueses. A frota britânica do almirante Sidney Smith dava-lhes cobertura.

Foram embarcados os arquivos dos ministérios, móveis e pratarias, bem como uma enorme soma de dinheiro, equivalente à metade das moedas que circulavam em Portugal. Parte da guarnição militar de Lisboa também foi para bordo com seu armamento. Em suma: O ESTADO METROPOLITANO PORTUGUÊS TRANSFERIU-SE PARA SUA COLÔNIA BRASILEIRA! Essa completa subversão das regras do pacto colonial traria enormes benefícios para o Brasil.

No dia 29 de novembro de 1807, a frota anglo-portuguesa levantou âncoras. Menos de 24 horas depois, à frente de seus soldados esfalfados, Junot entrava em Lisboa.

O Período Joanino

A transferência do Estado Português para o Brasil foi fundamental para que nosso país pudesse encaminhar seu processo de emancipação política. O primeiro passo nesse sentido foi dado poucos dias após o desembarque de D. João na Bahia (de onde depois se transferiria para o Rio de Janeiro). Trata-se do decreto (na época denominado carta-régia) de abertura dos portos brasileiros “a todas as nações amigas” – que na ocasião se resumiam à Inglaterra, já que até os Estados Unidos mantinham relações preferenciais com a França Napoleônica.

No ano de 1810, os **Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação**, fixaram os interesses britânicos no mercado brasileiro. Foram estabelecidas taxas alfandegárias preferenciais aos produtos ingleses. Os produtos ingleses pagavam taxas de 15%, os portugueses de 16% e as demais nações estrangeiras pagariam uma alíquota de 24%. Além desses valores, o tratado firmava um compromisso em que o tráfico negreiro seria posteriormente extinguido.

Tratado de Aliança e Amizade

Proibição da Santa Inquisição no Brasil e Gradual extinção do tráfico negreiro.

Tratado de Comércio e Navegação

Nomeação de juizes ingleses para julgar os súditos britânicos que vivam no Brasil;
Liberdade religiosa;
Taxa de 15% na importação de mercadorias inglesas;
Porto livre;
(Santa Catarina)

Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, D. João, assessorado por ministros capazes, tomou numerosas iniciativas importantes, que deram ao Brasil um certo arcabouço administrativo e cultural. No plano econômico, foi revogado o alvará de D. Maria I que proibia a instalação de indústrias no Brasil; ainda no econômico, criaram-se a Casa da Moeda e o Banco do Brasil; no militar, fundaram-se as Academias Militar e Naval e foi implantada uma fábrica de munições; no cultural, surgiram a Imprensa Régia, a Biblioteca Real, o Real Teatro de S. João, o Jardim Botânico e as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, além de se contratar a vinda, após a queda de Napoleão, de uma importante Missão Artística Francesa.

O coroamento de todas essas realizações deu-se em 1815, quando foi instituído o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (este último território corresponde ao extremo sul de Portugal). Com isso, o Brasil deixava de ser uma colônia, equiparava-se a Portugal e – mais que isso – tornava-se a sede legalizada do Reino Lusitano.

De um modo geral, a aristocracia rural brasileira aceitou de bom grado a administração joanina. Tal avaliação, porém, não se aplica a Pernambuco, onde o antilusitanismo sempre foi muito forte e havia uma intensa atuação da Maçonaria (uma organização secreta, ideologicamente liberal, e, portanto, oposta ao absolutismo de D. João). Acrescentem-se a esse quadro o aumento de impostos (para sustentar a Corte Portuguesa no Brasil) e a crise nas exportações do açúcar (devido ao consumo do açúcar de beterraba na Europa), e teremos os elementos detonadores da Revolução Pernambucana de 1817. Esta foi duramente reprimida, mas alguns de seus líderes não chegaram a ser executados, graças a um ato de clemência de D. João.

No plano sul-americano, o governo joanino empreendeu duas ações militares. A primeira, como uma retaliação à invasão napoleônica de Portugal, foi a ocupação da Guiana Francesa por tropas portuguesas transportadas em navios britânicos; todavia, com a queda do imperador francês, o território foi restituído ao novo rei, Luís XVIII.

Já a segunda ação militar teve maior importância. Aproveitando a ebulição emancipacionista que agitava a Bacia Platina, D. João determinou a invasão da chamada Banda Oriental (atual Uruguai), que integrava o Vice-Reino do Prata. O líder emancipacionista Artigas foi batido pelas forças luso-brasileiras e a região, com o nome de Província Cisplatina, viu-se incorporada ao Brasil, de quem só se libertaria em 1828.

O Regresso de D. João a Portugal

Se no geral o governo de D. João VI (rei a partir de 1816, quando do falecimento de D. Maria I) foi benéfico para o Brasil, em Portugal ele gerou fortes ressentimentos – sobretudo entre a burguesia, que desde 1808 perdera o lucrativo monopólio do comércio com o Brasil.

Além da crise econômica, Portugal sofrera com as invasões francesas (ao todo, foram três) e com as lutas travadas principalmente por tropas britânicas para repeli-las. Adicionalmente, havia um sentimento de humilhação diante da Inversão Brasileira, que colocara o Brasil no topo do Reino Unido, tanto em termos administrativos como econômicos. Napoleão caíra definitivamente em 1815; mas D. João recusava-se a voltar para Portugal, o que abria a perspectiva de o Rio de Janeiro se tornar a capital permanente da Monarquia Lusa.

Desde fins do século XVIII, as ideias liberais (isto é, antiabsolutistas) vinham penetrando em Portugal. Essa ideologia ganhou maior espaço durante a ausência da Família Real, já que tanto ingleses como franceses – cujas tropas disputavam o território português – representavam tendências contrárias ao Antigo Regime ainda vigente em Portugal: os britânicos, pelo fato de adotarem a monarquia parlamentarista; os franceses, porque ainda personificavam o ímpeto

de sua Revolução, se bem que transmutado no centralismo napoleônico.

Após a expulsão dos invasores franceses, Portugal passou a ser administrado por um general inglês, Beresford. D. João foi estrangido a nomeá-lo lugar-tenente (isto é, substituto imediato) do rei para o território português. Na prática, porém, Beresford atuava como administrador absoluto, subordinado apenas formalmente à autoridade real. Uma humilhação a mais para os portugueses. Em 24 de agosto de 1820, aproveitando a ausência de Beresford, que viajara para o Rio de Janeiro, irrompeu na cidade do Porto uma revolução liberal, conduzida pela burguesia, mas com forte participação popular. O movimento ganhou rapidamente o país e uma Junta Provisória de governo convocou eleições para uma Assembleia Constituinte que poria fim ao absolutismo.

No Brasil, as novas sobre a Revolução do Porto tiveram boa aceitação, tanto entre a aristocracia rural como entre os comerciantes portugueses aqui radicados. D. João VI, confrontado com uma grande manifestação popular, jurou respeitar a Constituição que iria ser feita em Portugal; aceitou ainda que as províncias brasileiras passassem a ser administradas por Juntas Provisórias formadas por figuras locais preeminentes, enquanto não se promulgava uma Constituição para o Reino Unido.

Em janeiro de 1821, a Assembleia Constituinte foi instalada em Lisboa, com o nome de Cortes (denominação de Assembleia s que se reuniam em Portugal e Espanha desde a Idade Média; não confundir com a Corte Portuguesa, que se encontrava no Rio de Janeiro). Deputados brasileiros foram enviados para participar dos debates.

"As notícias repercutiram como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado. Fica claro que as Cortes intentavam reduzir o país à situação colonial e era evidente que os deputados brasileiros pouco ou nada podiam fazer em Lisboa, onde as reivindicações brasileiras eram recebidas pelo público com uma zoadada de vaias. À medida que as decisões das Cortes Portuguesas relativas ao Brasil já não deixavam lugar para dúvidas sobre as suas intenções, crescia o partido da independência. No Rio de Janeiro, já em outubro de 1821, começaram a aparecer pregadas pelas esquinas panfletos persuadindo o príncipe de era melhor ser já Pedro I que esperar para ser Pedro IV. Diziam as proclamações ser inevitável a separação de Portugal e acusavam as Cortes de quererem com as últimas medidas reduzir o país à situação de colônia."

Emília Viotti da Costa. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. Brasil em Perspectiva. São Paulo, DIFEL

Mas as Cortes de Lisboa tinham uma posição ambígua: eram indiscutivelmente liberais em relação a Portugal; mas na atitude para com o Brasil eram reacionárias, pois tinham o projeto de recolonizá-lo, mediante a supressão do Reino Unido declarado em 1815. Para executar esse projeto, porém, era necessário primeiro que o governo português se reinstalasse em Portugal.

Em relação à colônia americana, as atitudes das Cortes exigiram, além do retorno imediato do monarca:

- Criação de um imposto adicional nas alfândegas brasileiras, com a clara intenção de recuperar o monopólio.
- Nomeação de um governador-de-armas para cada província brasileira, independente da autoridade do príncipe regente.
- Envio de novas tropas para o Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.
- Extinção de tribunais e repartições, anulando a autoridade do poder concentrado no Rio de Janeiro.

Como D. João VI não era mais absoluto e as Cortes representavam a máxima autoridade política do Reino Unido, não foi difícil pressioná-lo para voltar. Assim, em 24 de abril de 1821, o monarca embarcou com sua família para Lisboa. Deixou no Rio de Janeiro, porém, com o título de príncipe-regente, seu filho e herdeiro D. Pedro, com 24 anos. E, ao se despedir, deu-lhe o célebre conselho: "Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, toma a coroa para ti, antes que algum aventureiro lance mão dela."

Os protestos se avolumaram. A radicalização das Cortes uniu, no Brasil, aqueles que achavam que o país poderia continuar ligado a

Portugal desde que mantivesse sua autonomia e seu *status* de Reino Unido, e aqueles que defendiam o rompimento total, absoluto e definitivo.

Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro I recebeu uma carta da corte de Lisboa, exigindo seu retorno para Portugal. Há tempos os portugueses insistiam nesta ideia, pois pretendiam recolonizar o Brasil e a presença de D. Pedro impedia este ideal. Porém, D. Pedro respondeu negativamente aos chamados de Portugal e proclamou: *"Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico"*.

Após o Dia do Fico, D. Pedro tomou uma série de medidas que desagradaram a metrópole, pois preparavam caminho para a independência do Brasil. D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte, organizou a Marinha de Guerra, obrigou as tropas de Portugal a voltarem para o reino. Determinou também que nenhuma lei de Portugal seria colocada em vigor sem o "cumpra-se", ou seja, sem a sua aprovação. Além disso, o futuro imperador do Brasil, conclamava o povo a lutar pela independência.

O príncipe fez uma rápida viagem à Minas Gerais e a São Paulo para acalmar setores da sociedade que estavam preocupados com os últimos acontecimentos, pois acreditavam que tudo isto poderia ocasionar uma desestabilização social. Durante a viagem, D. Pedro recebeu uma nova carta de Portugal que anulava a Assembleia Constituinte e exigia a volta imediata dele para a metrópole.

Em 7 de setembro seguinte, com o grito do Ipiranga, o príncipe atendeu à recomendação do pai.

O Processo de Independência

Antes da oficialização de nossa independência, observamos que o governo de Portugal tomou ações que procuravam enfraquecer a autoridade do então príncipe regente D. Pedro I em terras brasileiras. Entre outras medidas, as Cortes de Portugal decidiram enviar Juntas de Governo que controlariam diretamente algumas das províncias brasileiras. Dessa forma, D. Pedro I teria seu mando restringido ao ter parte do território brasileiro livre de sua autoridade.

Assim que a proclamação da independência foi realizada, em 7 de setembro de 1822, os governos provinciais indicados pela Coroa Portuguesa se rebelaram contra o recém-empossado D. Pedro I. Em um país de dimensões continentais, esse tipo de rebelião poderia ameaçar seriamente a manutenção da unidade territorial brasileira. Entre as províncias que se rebelaram, destacamos a Cisplatina (atual Uruguai), Bahia, Piauí, Pará e Maranhão.

Em 12 de outubro de 1822, D. Pedro foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, sendo coroado a 1º de dezembro.

A Guerra da Independência, ocorrida entre 1822 e 1824, representou a luta dos patriotas, aqueles que, imbuídos de um forte nativismo, se contrapunham à recolonização proposta pelas Cortes portuguesas. Oficializada a separação política de Portugal, a Independência não foi aceita imediatamente por todos. Governadores de algumas províncias resistiram em aceitar a separação, apoiados pelas tropas militares portuguesas. Embora o sul permanecesse coeso, nas províncias do Norte - Maranhão e Grão-Pará, na Bahia, no Mato Grosso, e na Cisplatina houve lutas entre partidários de Portugal e os defensores da Independência do Brasil. Essas províncias contavam com grande número de tropas e comerciantes portugueses com interesses muito mais ligados a Portugal do que ao Rio de Janeiro. Além disso, muitos ressentimentos acumulados contra a "nova Lisboa", faziam com que as juntas governativas permanecessem ligadas às Cortes de Lisboa.

Como as forças militares brasileiras não formassem ainda uma tropa bem treinada, era necessário organizá-las. Providenciou-se a compra de armas, de navios e foram recrutados militares estrangeiros, franceses e ingleses, que atuaram como mercenários. A ajuda das milícias populares, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, foi muito importante na luta contra os portugueses.

Na Bahia, em inícios de 1822, a população se rebelou contra as tropas portuguesas comandadas por Madeira de Melo, cercando a cidade de Salvador.

Apesar do envio de tropas do Rio de Janeiro, lideradas pelo brigadeiro francês Labatut, os rebeldes não conseguiram vencer os portugueses, que, por seu lado, também receberam reforços, mas ficaram isolados em Salvador. Nessa ocasião, os soldados portugueses invadiram o convento da Lapa, em busca de "patriotas" escondidos, assassinando a madre superiora, irmã Joana Angélica, que tentou impedir a invasão.

Os patriotas retiraram-se para o interior, dominaram todo o Recôncavo Baiano, controlando inclusive a ilha de Itaparica. Segundo o historiador Eurípides Simões de Paula, "durante a guerra da Independência na Bahia, surgiram tropas irregulares recrutadas no interior baiano: os jagunços e os couraças, vestidos de couro como os sertanejos. Essas tropas combateram muito bem contra os portugueses do General Madeira e chamaram a atenção não só pelo traje exótico como também pela prática da guerrilha". Nesses grupos de guerrilheiros voluntários estava Maria Quitéria de Jesus Medeiros, filha de um fazendeiro do interior, que teve atuação importante na luta contra as tropas de Madeira de Melo, recebendo, mais tarde, a medalha Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul.

Em maio de 1823 chegou à Bahia uma esquadra comandada pelo Almirante Lord Cochrane. As tropas de Madeira de Melo não tinham mais condições de resistir. Ameaçadas pela fome, pois com o Recôncavo dominado pelos "patriotas" era cada vez mais difícil conseguir alimentos, deixaram Salvador no dia 2 de julho, data em que, na Bahia, se comemora a Independência.

As províncias do Norte, formadas pelo Maranhão, Piauí e pelo Grão-Pará, estavam mais ligadas a Portugal do que às províncias do Sul. Assim, quando foi proclamada a Independência, preferiram se manter fiéis às Cortes de Lisboa.

Em São Luís, capital do Maranhão, a esquadra de Lord Cochrane ameaçou bombardear a cidade, conseguindo a rendição dos portugueses, em 28 de julho de 1823.

No Piauí, as tropas de João da Cunha Fidié foram derrotadas e a província aderiu à Independência por volta de agosto do mesmo ano.

Na província do Grão-Pará, mesmo antes da Independência já havia lutas entre a população e a junta governativa. O ano de 1823 marcou o auge dos conflitos. Quando o navio Maranhão, comandado por Lord Greenfell, chegou à costa paraense, trazendo a notícia da chegada da esquadra do almirante Cochrane, a população invadiu o palácio do governador, demitiu a junta e entregou o poder provincial aos líderes populares. Greenfell reprimiu violentamente a população e seus líderes. Muitos foram fuzilados, e cerca de 300 prisioneiros foram colocados no porão de uma embarcação com escotilhas fechadas e cal jogada sobre eles. Todos morreram asfixiados.

Na província Cisplatina, as forças da junta estavam divididas. Os favoráveis às Cortes, chefiados por D. Álvaro da Costa, obrigaram os partidários da Independência a retirar-se de Montevidéu. Após a vitória sobre as forças de Madeira de Melo, na Bahia, o almirante Cochrane enviou à Cisplatina cinco navios, que bloquearam Montevidéu. Em fins de 1823, as tropas portuguesas foram expulsas.

Com o término da Guerra da Independência, todas as províncias estavam incorporadas ao Império brasileiro, o que, no entanto, não significou o fim das rivalidades entre as forças favoráveis a Portugal e os patriotas.

Do ponto de vista político, observamos que o processo de independência brasileiro não se desenvolveu por um amplo consenso da população. A natureza elitista da nossa emancipação política ainda foi ponto de partida para que diversas outras crises acontecessem no Primeiro Reinado. Além disso, vemos que a consolidação da independência custou a realização de gastos que já colocavam nossa combalida economia em situação ainda mais delicada.



Cronologia dos principais fatos da História do Brasil Império

- 1822 - No dia 7 de setembro, D. Pedro I, às margens do riacho do Ipiranga em São Paulo, proclama a Independência do Brasil. Início do Brasil Monárquico.
- 1822 - No Rio de Janeiro, em 12 de outubro, D. Pedro I é aclamado imperador do Brasil.
- 1824 - No dia 25 de março, D. Pedro I outorga a Primeira Constituição Brasileira.
- 1824 - o nome oficial do país muda de Brasil para Império do Brasil.
- 1831 - Sofrendo pressões, D. Pedro I abdica do trono do Brasil.
- 1831 a 1840 - Período Regencial: Brasil é governado por regentes.
- 1835 - 1845 - Ocorre a Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos) no sul do país.
- 1834- Morte de D. Pedro I.
- 1835 - Revolta dos Malês no estado da Bahia.
- 1835-1840 - Cabanagem: revolta popular ocorrida na província do Pará.
- 1837-1838 - Sabinada - revolta regencial ocorrida na Bahia.
- 1838-1841 - Balaiada - revolta popular ocorrida no interior da província do Maranhão.
- 1840 - Golpe da Maioridade: D. Pedro II assume o trono do Brasil com apenas 14 anos de idade.
- 1842 - Revolução Liberal nas províncias de Minas Gerais e São Paulo.
- 1847 - É instituído o parlamentarismo no Brasil.
- 1848-1850 - Revolução Praieira, de caráter liberal e federalista, ocorrida na província de Pernambuco.
- 1850 - Lei Eusébio de Queiróz que proíbe o tráfico de escravos.
- 1854 - O empresário Barão de Mauá, em 30 de abril, inaugura a primeira ferrovia brasileira.
- 1865-1870 - Ocorre a Guerra do Paraguai: Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.
- 1870 - Lançamento do Manifesto Republicano.
- 1871 - Promulgada a Lei do Ventre Livre.
- 1872 - Fundação do Partido Republicano.
- 1882 - A borracha ganha importância no mercado internacional e o Brasil torna-se um grande produtor e exportador.
- 1885 - Lei dos Sexagenários: liberdade aos escravos com mais de sessenta anos.
- 1874 - Chegam em São Paulo os primeiros imigrantes italianos (início da fase de imigração).
- 1888 - No dia 13 de maio, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, acabando com a escravidão no país.
- 1889 - Em 15 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, ocorre a Proclamação da República (fim do Brasil Império).

O Primeiro Reinado

Período inicial do Império, estende-se da Independência do Brasil, em 1822, até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831. Aclamado primeiro imperador do país a 12 de outubro de 1822, Dom Pedro I enfrenta a resistência de tropas portuguesas. Ao vencê-las, em meados do ano seguinte, consolida sua liderança.



Dom Pedro I fica irado e promete castigos. Mas não consegue sustentação política e é aconselhado por seus ministros a renunciar ao trono brasileiro. Ele abdica em 7 de abril de 1831 e retorna a Portugal.

Seu primeiro ato político importante é a convocação da Assembleia Constituinte, eleita no início de 1823. De acordo com Francisco Assis da Silva, o anteprojeto da Constituição refletia o caráter classista dos constituintes, pois criava mecanismos como o voto censitário, que marginalizava o povo do processo político. Estabelecia também que as eleições seriam em dois graus, isto é, primeiro os eleitores de primeiro grau elegiam os eleitores privilegiados, e estes elegeriam os deputados e senadores. Para ser eleitor de primeiro grau o cidadão tinha de ter uma renda anual correspondente a 150 alqueires de mandioca. A renda dos eleitores privilegiados seria correspondente a 250 alqueires, a dos deputados 500 e dos senadores 1000. A escolha do produto levou o povo ironicamente a chamar o projeto de lei de Constituição da Mandioca.

Esta discussão na Assembleia Constituinte também significou o primeiro fracasso de D. Pedro I: devido a uma forte divergência entre os deputados brasileiros e o soberano, que exigia um poder pessoal superior ao do Legislativo e do Judiciário, a Assembleia é dissolvida em novembro. A Constituição é outorgada pelo imperador em 1824. Contra essa decisão rebelam-se algumas províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco. A revolta, conhecida pelo nome de Confederação do Equador, é severamente reprimida pelas tropas imperiais.

Embora a Constituição de 1824 determine que o regime vigente no país seja liberal, o governo é autoritário. Frequentemente, Dom Pedro, exercendo seu Poder Moderador, impõe sua vontade aos políticos. Esse impasse constante gera um crescente conflito com os liberais, que passam a vê-lo cada vez mais como um governante autoritário. Preocupa também o seu excessivo envolvimento com a política interna portuguesa. Os problemas de Dom Pedro I agravam-se a partir de 1825, com a entrada e a derrota do Brasil na Guerra da Cisplatina. A perda da província da Cisplatina e a independência do Uruguai, em 1828, além das dificuldades econômicas, levam boa parte da opinião pública a reagir contra as medidas personalistas do imperador.

Sucessão em Portugal – Além disso, após a morte de seu pai Dom João VI, em 1826, Dom Pedro envolve-se cada vez mais na questão sucessória em Portugal. Do ponto de vista português, ele continua herdeiro da Coroa. Para os brasileiros, o imperador não tem mais vínculos com a antiga colônia, porque, ao proclamar a Independência, havia renunciado à herança lusitana. Depois de muita discussão, formaliza essa renúncia e abre mão do trono de Portugal em favor de sua filha Maria da Glória.

Ainda assim, a questão passa a ser uma das grandes bandeiras da oposição liberal brasileira. Nos últimos anos da década de 1820, esta oposição cresce. O governante procura apoio nos setores portugueses instalados na burocracia civil-militar e no comércio das principais cidades do país. Incidentes políticos graves, como o assassinato do jornalista oposicionista Líbero Badaró em São Paulo, em 1830, reforçam esse afastamento: esse crime é cometido a mando de policiais ligados ao governo imperial e Dom Pedro é responsabilizado pela morte.

Sua última tentativa de recuperar prestígio político é frustrada pela má recepção que teve durante uma visita a Minas Gerais na virada de 1830 para 1831. A intenção era costurar um acordo com os políticos da província, mas é recebido com frieza. Alguns setores da elite mineira fazem questão de ligá-lo ao assassinato do jornalista. Revoltados, os portugueses instalados no Rio de Janeiro promovem uma manifestação pública em desagravo ao imperador. Isso desencadeia uma retaliação dos setores antilusitanos. Há tumultos e conflitos de rua na cidade. Na noite de 13 de março de 1831 muitos brasileiros foram atacados a cacetadas e garrafadas, num episódio que ficou conhecido como a Noite das Garrafadas.

O Período Regencial

Toda a agitação política do governo de Dom Pedro I culminou em sua rápida saída do governo durante os primeiros meses de 1831. Surpreendidos com a vacância deixada no poder, os deputados da Assembleia resolveram instituir um governo provisório até que Dom Pedro II, herdeiro legítimo do trono, completasse a sua maioridade. É nesse contexto de transição política que observamos a presença do Período Regencial.

Estendendo-se de 1831 a 1840, o governo regencial abriu espaço para diferentes correntes políticas. Os liberais, subdivididos entre moderados e exaltados, tinham posições políticas diversas que iam desde a manutenção das estruturas monárquicas até a formulação de um novo governo republicano. De outro lado, os restauradores – funcionários públicos, militares conservadores e comerciantes portugueses – acreditavam que a estabilidade deveria ser reavida com o retorno de Dom Pedro I.

Em meio a tantas posições políticas, a falta de unidade entre os integrantes da política nacional em nada melhorou o quadro político brasileiro. As mesmas divergências sobre a delegação de poderes políticos continuaram a fazer da política nacional um sinônimo de disputas e instabilidade. Mesmo a ação reformadora do Ato Adicional, de 1834, não foi capaz de resolver os dilemas do período.

Um das mais claras consequências desses desacordos foram a série de revoltas deflagradas durante a regência. A Sabinada na Bahia, a Balaiada no Maranhão e a Revolução Farroupilha na região Sul foram todas manifestações criadas em consequência da desordem que marcou todo o período regencial.

Correntes políticas

Após a Abdicação de D. Pedro I três correntes políticas vão disputar o controle político do Brasil, sendo elas:

- **Restauradores:** corrente composta em sua maioria por portugueses que queriam a volta de D. Pedro I, mas com sua morte, seus integrantes ingressaram nas outras tendências políticas.
- **Liberais Moderados:** parcela da Aristocracia rural brasileira, defendiam a Constituição de 1824 e um governo centralizado.
- **Liberais Exaltados:** integrantes de várias atividades nos centros urbanos defendiam reformas liberais, e principalmente o federalismo.

Essas correntes darão origem ao **Partido Conservador** e **Partido Liberal**.

As Regências

Regência Trina Provisória (abril/junho de 1831): prevista na Constituição de 1824, caso ocorresse um problema sucessório.

Apesar de seu caráter provisório, a Regência Trina, composta por Carneiro de Campos (moderado), Senador Campos Vergueiro (exaltado) e Francisco Lima e Silva (militar, pai do futuro Duque de Caxias), foi responsável por algumas decisões liberais como:

- Reintegração do Ministério dos Brasileiros deposto por D. Pedro em 5 de abril.
- Concessão de anistia aos processados por questões políticas.
- Suspensão temporária do Poder Moderador e, em consequência, a proibição de os regentes dissolverem a Câmara dos Deputados.

De um modo geral, o trabalho da Regência Trina consistiu na manutenção da ordem e das instituições. Contudo, devemos notar que, por mais liberais que fossem as reformas do governo, o latifúndio e a monarquia escravista permaneciam intocáveis.

Regência Trina Permanente (1831/1835): composta por Bráulio Muniz (exaltado e representante do norte do país), Costa Carvalho (moderado e representante do sul do país) e o Brigadeiro Francisco Lima e Silva ("fiel da balança" e representante do equilíbrio das tendências). Passou a atuar a partir de 17 de Julho de 1831, criando a Guarda Nacional para a proteção das elites do Império. O país ainda vivia um cenário de divergências entre os defensores do absolutismo, com suas ideias centralistas, e os do liberalismo, de ideias federativas.

O jogo político entre essas forças contrárias, já no começo do período regencial, deu origem a três partidos políticos, verdadeiras

facções partidárias que disputavam entre si a supremacia do poder: o Partido Restaurador, o Liberal Moderado e o Liberal Exaltado.

Remanescente do Partido Português, o **Partido Restaurador** ou **Caramuru** representava a "direita conservadora". Seus membros, liderados por José Bonifácio, que voltara do exílio e era tutor do menino Pedro de Alcântara, defendiam a volta de D. Pedro I ao Brasil e, consequentemente, a instalação do absolutismo. O **Partido Liberal Moderado** representava a "direita liberal", sendo a maioria de seus membros pertencentes à aristocracia rural. Defendiam a monarquia escravista e estavam dispostos a permitir reformas políticas que não afetassem seus privilégios e exclusivismo político, constituindo mais uma faceta do liberalismo limitado das elites. O **Partido Liberal Exaltado** era composto por liberais radicais, também chamados de "esquerda liberal". Seus membros defendiam a extinção definitiva do Poder Moderador, a autonomia das províncias, o fim do voto censitário, o fim do Conselho de Estado e do Senado vitalício. No entanto, somente a minoria do membros do partido pretendiam a proclamação da República e a abolição da escravidão.

Nas disputas internas entre liberais e conservadores, ocorreu o chamado "Avanço Liberal" reformando a Constituição de 1824 com a descentralização da justiça nas mãos dos juizes de paz e, através do Ato Adicional de 1834, as reformas atingiram seu ponto máximo. Resultado do acordo entre as três facções políticas, o Ato Adicional simbolizou a conciliação desses grupos porque:

- Extinguiu o Conselho de Estado.
- Concedeu maior autonomia às províncias.
- Criou as Assembleias Legislativas Provinciais.
- Criou o município neutro, independente da Província do Rio de Janeiro.
- Substituiu a Regência Trina pela Regência Um.
- Regência Una de Feijó (1835/1837).
- Regência Una de Araújo Lima (1838/1840).

O Segundo Reinado

Política Interna

O Ministério e as Eleições

Após o "Golpe da Maioridade" (1840) D. Pedro II nomeou o que seria o primeiro Ministério liberal, chamado de "Ministério dos Irmãos".

O Ministério organizou as primeiras eleições do II Reinado, que ficaram conhecidas como "Eleições do Cacete", devido à violência e métodos corruptos utilizados para garantir a vitória liberal no pleito.

A vitória foi dos liberais, porém contestada pelos conservadores, que junto a sua influência veio a requerer de D. Pedro II a anulação dessas eleições.

O Imperador anulou as "Eleições do Cacete", e as maiores províncias liberais - São Paulo e Minas Gerais - se revoltaram.

O "Parlamentarismo às avessas"

O Imperador D. Pedro II adotou a partir de 1847 - com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros - o Parlamentarismo no Brasil. Mas ao contrário do que ocorreu no modelo inglês, no Brasil, a escolha do Primeiro Ministro não se deu pelo Partido Majoritário nas eleições e sim pela nomeação do Imperador antes das eleições (por isso foi chamado de "Parlamentarismo às avessas").

Esta solução conciliou no poder Liberais e Conservadores, o que trouxe a paz política para o segundo reinado, sendo esta inexistente tanto no primeiro reinado quanto no período regencial.

Rebeliões Internas

As razões das Rebeliões: o centralismo político administrativo; manutenção da economia escravista colonial; manutenção do quadro social e político de miséria, opressão e abandono.



• Revolução Farroupilha (1835 - 1840)

Eclosão da revolta no Rio Grande do Sul, devido ao centralismo do Governo Regencial e ausência de proteção do charque nacional em concorrência com o charque platino.

Os líderes Bento Gonçalves, Davi Canabarro receberam o apoio de Giuseppe Garibaldi. Chegaram a proclamar duas Repúblicas: Piratini ou Rio Grandense e República Juliana ou Catarinense. Somente em 1945 o movimento acabou, sendo negociada a paz com Duque de Caxias.

• Cabanagem (1835 - 1836)

De características populares, a Cabanagem ocorreu na província do Grão Pará. A eclosão do movimento deveu-se ao abandono político e a miséria da população (que vivia em cabanas). A massa rebelde chegou a tomar o governo, porém, não havendo consenso entre os cabanos sobre que rumo tomaria o levante e ocorrendo traições internas, essa rebelião acabou sendo massacrada em 1840 com um saldo de 40 mil mortes, numa população que não chegava a 100 mil habitantes.

• Sabinada (1837 - 1838)

Restrita às camadas médias, a Sabinada ocorreu na Bahia, sob a liderança do médico Francisco Sabino Álvares da Costa Vieira (daí o nome Sabinada), foi um movimento cuja especificidade era proclamar uma República provisória até a maioria de D. Pedro. Acabou se desenrolando uma guerra civil sangrenta que foi sufocada por uma intensa repressão militar, apoiada pelos latifundiários em Salvador.

• Balaiada (1838 - 1841)

A Balaiada se iniciou no Maranhão e caracterizou-se por ser popular, e tinha como líderes o vaqueiro Raimundo Gomes, o fabricante de balaios, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, e o chefe de um quilombo, o negro Cosme. O movimento que abalou o Maranhão, apesar das mortes, inclusive de Manuel Francisco, "o Balaio", apenas foi pacificado após ser nomeado o Presidente da Província, o Coronel Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias)

Política Externa

Durante o segundo reinado, a política externa brasileira pautou-se pela busca da afirmação nacional, desenvolvendo uma "política de prestígio" frente aos interesses europeus (notadamente inglês), e intervencionismos na região do Prata, na tentativa de buscar o equilíbrio na região, mas também exercendo uma faceta imperialista como no caso da Guerra do Paraguai. Neste contexto dois eventos de grande importância ocorreram, a Questão Christie e a Guerra do Paraguai.

A Questão Christie

A "Questão" na realidade foi o ponto mais agudo nas relações que já vinham tensas entre Brasil e Inglaterra, devido ao não cumprimento por parte do Brasil do acordo que levaria ao fim o tráfico negreiro; a Tarifa Alves Branco que aumentava o valor dos produtos ingleses na alfândega; e a Bill Aberdeen por parte da Inglaterra que aprisionava os navios negreiros. As relações entre os dois países se deterioraram ainda mais quando houve o naufrágio de dois navios ingleses no Brasil, que tiveram sua carga saqueada pela população e pela prisão de dois oficiais ingleses que acabaram desrespeitando autoridades brasileiras. No caso dos navios, o Embaixador Sir Willian Dougall Christie exigiu indenizações, no caso dos oficiais, exigiu sua soltura e um pedido de desculpas das autoridades brasileiras.

Christie mandou sua marinha aprisionar cinco navios brasileiros. O governo chegou a pagar as indenizações, mas levou o caso para ser arbitrado por Leopoldo II, Rei da Bélgica, que deu causa favorável ao Brasil. A Inglaterra não se retratou, e por isso, as relações diplomáticas foram rompidas em 1863. A retratação inglesa ocorreu em 1865, retomando a diplomacia entre Brasil e Inglaterra necessária para a eclosão da Guerra do Paraguai que ocorreria no mesmo ano.

A Guerra do Paraguai

O motivo para o começo da guerra foi a intervenção do Brasil na política uruguaia entre agosto de 1864 e fevereiro de 1865. Para atender ao pedido do governador dos Blancos de Aguirre, López tentou servir de intermediário entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai, mas, como o governo brasileiro não aceitou sua pretensão, deu início às inimizades. Assim começa o maior conflito armado ocorrido na América do Sul, a guerra do Paraguai (1864-1870), que serve como fim das lutas durante quase dois séculos entre Portugal e Espanha e, depois, entre Brasil e as repúblicas hispano-americanas pela hegemonia na região do Prata.



A guerra do Paraguai surgiu de um complexo encadeamento de rivalidades internacionais, de ambições pessoais e das peculiares condições geográficas da região platina. Na época do conflito, o Império do Brasil emergia provavelmente como a nação mais influente e bem organizada da América do Sul, tendo fortalecido sua posição no continente após o período de lutas contra Rosas (na Argentina) e Oribe (no Uruguai). Desde a independência do Paraguai, em 1813, o Brasil passara a manter relações satisfatórias com esse país, mesmo durante o longo período de isolamento que sofrera a nação paraguaia sob os governos de Francia e de Carlos Antonio López. O marechal paraguaio Francisco Solano López sucedeu ao pai no momento em que arrefecera a rivalidade entre a Argentina e o Brasil, os dois polos de poder do continente. Sua ambição era tornar o Paraguai uma potência platina, capaz de competir com a Argentina e o Brasil pela preeminência na América do Sul. Atribuía o confinamento de seu país, em parte, às maquinações diplomáticas entre o Brasil e os argentinos, que dificultavam ao Paraguai a navegação fluvial e o exercício de um relevante comércio internacional. Em seu avanço para oeste, o Brasil colocaria em risco a nação paraguaia, e a consolidação das províncias argentinas criaria um poderoso rival na fronteira sul do país. López alimentava o plano de uma confederação das populações hispânicas do interior. Reunindo o Paraguai, as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes, o Uruguai e talvez a parte meridional do Rio Grande do Sul, teria condições de fazer frente tanto ao Brasil quanto à Argentina. Com a reviravolta política ocorrida na Argentina, em 1861, após a batalha de Pavón e a instalação posterior dos liberais em Buenos Aires e por toda a Confederação Argentina, López se convenceu da inviabilidade de seu plano da "confederação do interior", que lhe daria o livre acesso ao mar. Descartada essa possibilidade, o ditador paraguaio preparou sua nação para a guerra: já em 1864, o Paraguai, em flagrante contradição com os recursos de que dispunha, surgia como a principal potência militar do Prata. Às vésperas do conflito, o Paraguai dispunha de sessenta mil homens bem treinados e 400 canhões. Os recursos de transporte e abastecimento, porém, não atendiam às exigências de uma movimentação de tropas em campanha. A maioria dos canhões estava fixada na fortaleza de Humaitá, onde também se encontravam grandes efetivos de infantaria. Quanto às forças navais, essenciais para um país cuja única via de comunicação com o exterior era a bacia platina, López só dispunha de 14 pequenas canhoneiras fluviais. O Brasil podia lançar em campo 18.000 homens, dos quais oito mil estavam nas guarnições do sul; contava com uma força naval considerável e bem treinada, com uma esquadra de 42 navios, embora alguns deles, pelo calado, não fossem apropriados à navegação fluvial. A Argentina possuía ape-

nas oito mil homens e não dispunha de uma marinha de guerra quantitativamente apreciável. As forças do Uruguai contavam menos de três mil homens, sem unidades navais. Em 1º de agosto Mitre retornou ao comando e deu ordens para que a esquadra imperial forçasse a passagem em Curupaiti e Humaitá. Em 15 de agosto, duas divisões de cinco encouraçados ultrapassaram, sem perdas, Curupaiti, mas foram obrigadas a deter-se frente aos poderosos canhões da fortaleza de Humaitá. O fato causou novas dissensões no alto comando aliado. Ao contrário de Mitre, os brasileiros consideravam imprudente e inútil prosseguir, enquanto não se concatenassem ataques terrestres para envolver o Quadrilátero, que se iniciaram, finalmente, em 18 de agosto. A partir de Tuiuti-Cuê, os aliados rumaram para o norte e tomaram São Solano, Vila do Pilar e Tayi, às margens do rio Paraguai, onde completaram o cerco da fortaleza por terra e cortaram as comunicações fluviais entre Humaitá e Assunção. Em 3 de novembro de 1867 os paraguaios atacaram a posição aliada de Tuiuti (segunda batalha de Tuiuti), mas foram derrotados. Com o afastamento definitivo de Mitre, que retornou à Argentina, Caxias voltou a assumir o comando geral dos aliados. Em 19 de fevereiro a esquadra imperial forçou a passagem de Humaitá que, totalmente cercada, só caiu em 25 de julho de 1868. O principal objetivo da invasão do Mato Grosso era distrair a atenção do Exército brasileiro para o norte do Paraguai, enquanto a guerra se decidia no sul. Em 18 de março de 1865, com a recusa do presidente argentino Bartolomeu Mitre a conceder autorização para que tropas paraguaias cruzassem seu território, Solano López declarou guerra à Argentina e lançou-se à ofensiva: capturou duas canhoneiras argentinas fundeadas no porto de Corrientes e invadiu a província em 14 de abril. O fato motivou a formação, em 1º de maio de 1865, da Tríplice Aliança, que reunia o Brasil, a Argentina e o Uruguai (governado por Venâncio Flores, chefe dos colorados) e destinava-se a conter os avanços do Paraguai.

Enquanto isso, no Mato Grosso, uma expedição de aproximadamente 2.500 homens, organizada em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, foi enviada para combater os invasores. A coluna percorreu mais de dois mil quilômetros e, com grande número de baixas, causadas por enchentes e doenças, atingiu Coxim em dezembro de 1865, quando a região já havia sido abandonada. O mesmo aconteceu em Miranda, aonde chegaram em setembro de 1866. Essa mesma expedição decidiu em seguida invadir o território paraguaio, onde atingiu Laguna. Perseguida pelos inimigos, a coluna foi obrigada a recuar, ação que ficou conhecida como a retirada da Laguna.

Forças em conflito na Guerra do Paraguai:

- Brasil: aproximadamente 5 milhões de habitantes; empregou no conflito cerca de 38 mil soldados.
- Paraguai: aproximadamente 800 mil habitantes; empregou cerca de 60 mil soldados.

A pretensão de Solano Lopez era garantir uma saída para o mar, anexando regiões do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul (Brasil), as províncias de Corrientes e Entre Rios (Argentina) e regiões do Uruguai.

- **Causa Remota:** Interesse da Inglaterra em arruinar economicamente o Paraguai, destruindo suas indústrias.
- **Causa Imediata:** aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda que navegava pelo rio Uruguai.

Comandantes:

- Argentina – General Miotre
- Uruguai – Venâncio Flores
- Brasil – Manoel Luis Osorio

Principais Episódios da Guerra:

- Novembro de 1864 – aprisionamento do navio Marquês de Olinda.
- Dezembro de 1864 – invasão do Paraguai ao Mato Grosso.
- Março de 1865 – invasão à Argentina (Corrientes e Entre Rios) e ao Rio Grande do Sul.
- 1º de maio de 1865 – Forma-se a Tríplice Aliança: Brasil + Argentina + Uruguai X Paraguai.
- Junho de 1865 – Batalha Naval do Riachuelo: Barroso vence o Brasil.
- 1866 – Batalha do Tuiuti – 10 mil mortos. Comando de Osório.
- Setembro de 1866 – Curupaiti derrota Brasileira – retirada de Laguna.
- 1867 – Caxias assume o Exército Brasileiro e reorganiza as tropas.
- Novembro de 1867 – 2ª batalha do Tuiuti.
- 1868 – Tomada da fortaleza de Humaitá: Caxias
- Dezembro de 1868 – A Dezembrada Itororó, Avaí, Lomas Valentina e Angostura: vitórias brasileiras (Caxias).
- Janeiro de 1869 – ocupação paraguaia pelas tropas brasileiras – Caxias é substituído pelo conde D'Eu – Gastão de Orleans (genro do Imperador D. Pedro II.)
- 1869 – Batalhas de Peribebeu e Campo Grande. Derrota paraguaia.
- 1º de março 1870 – Cerro Corá – morte de Solano Lopez – 300 homens paraguaios contra 3.000 brasileiros.

Consequências da Guerra:

- **Paraguai:** Totalmente arrasado, 80% da população masculina morreu na guerra, sobrando velhos, mulheres e crianças; Destruição de suas indústrias e comércio, o povo passou a viver da lavoura de subsistência; Perdeu parte de seu território para a Argentina e uma grande dívida de guerra com o Brasil.
- **Brasil:** 100 mil combatentes mortos. Foi assegurada livre navegação pelos rios da Prata – Uruguai, Paraguai e Paraná; A economia brasileira ficou fortemente abalada em dívidas com a Inglaterra que custeou o conflito; O Exército brasileiro saiu fortalecido e modernizado; assumiu posições contrárias a escravidão e favorável a causa Republicana no país.

O Movimento Republicano

A partir da segunda metade do século XIX o café transformou-se no principal produto de exportação do Brasil, ao atingir o Vale do Paraíba em 1820 e a região do Oeste Paulista em 1850, trouxe uma mudança significativa em termos sociais e políticos (formando uma elite moderna no Oeste Paulista) resultando em atritos com o Governo Imperial, por querer maior participação política no país. Em 1870 foi lançado o Manifesto Republicano no jornal do Rio de Janeiro "A República". Em 1873, na Convenção de Itu, os republicanos da Província de São Paulo orientariam a formação do Partido Republicano Paulista – PRP.

Os Militares, simpáticos ao republicanismo, e a aliança com os civis representados pelo PRP, derrubaram a Monarquia em fins do século XIX.

A Crise do Império – Desgaste e Fim

O Império paulatinamente, no decorrer da segunda metade do século XIX, vinha se envolvendo numa série de conflitos que acabara lhe desgastando, e ao perder o seu prestígio abriu caminho para que o republicanismo se instalasse no Brasil. Seu desgaste ocorre devido ao enfrentamento de 3 Questões:

Questão Religiosa: Como já é sabido, a Igreja era submetida ao poder Imperial, fato este confirmado na Constituição de 1824 através do Padroado e Beneplácito. Diante do poder do Beneplácito, o Imperador não concedeu o placet (visto de autorização) à Bulla Syllabus, que enviada pelo Papa, queria separar católicos de maçons. Dois Bispos (de Olinda e de Belém) desacatarem a decisão do Imperador e acabaram sendo presos. Apesar da soltura, este episódio levou a Igreja a romper com o Império.

Questão Militar: Ao voltar da Guerra do Paraguai com os ideais Positivista e Abolicionista, o Exército passou a questionar a sua condição de exclusão política, chegando a ter dois de seus oficiais participando de eventos na Imprensa para criticar esta situação. Porém, como esta atitude era proibida e vista como indisciplina, acabou resultando em prisões, o que levou o marechal Deodoro da Fonseca a assinar um violento manifesto que junto ao corpo de militares se colocaram em oposição ao governo de D. Pedro II.

Questão Social: A luta dos negros contra a escravidão ganhava cada vez mais adeptos na sociedade já que neste período, o sentimento abolicionista estava presente em diversos setores como intelectuais e os oficiais do Exército, além da própria opinião partidária completamente favorável ao fim da escravatura.

Em 13 de Maio de 1888, é assinada a Lei Áurea abolindo definitivamente a Escravidão. Ocorreu que, não houve indenizações aos proprietários que insatisfeitos, romperam com o Império entrando no PRP, sendo chamados por isso de Republicanos de última hora.

A Queda do Império

Na manhã do dia 15 de Novembro de 1889, a união entre Civis (cafeicultores articulados em torno do PRP) e Militares, chefiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca depõe o Ministério Imperial e prendem seu Presidente, Visconde de Ouro Preto. Era o golpe da República, que seria proclamada solenemente na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pondo ao fim a Monarquia brasileira que se iniciara em 1822.

Vários seriam os fatores que derrubaram o Império no Brasil, como por exemplo, a própria imobilidade do Império diante das grandes transformações pelas quais passavam a política, economia e a sociedade a partir de meados do século XIX, o constante desgaste a que vinha sendo submetido e a difusão de ideias liberais e positivistas em favor de um governo republicano como era o caso da Argentina e Uruguai, países vizinhos que adoram este modelo para resolverem seus problemas, além dos Estados Unidos que era o exemplo para toda a América Latina. Somou-se a esses fatos a aversão dos cafeicultores de um Terceiro Reinado ser comandado pelo Conde d'EU (Gastão de Orleans), marido da Princesa Isabel.





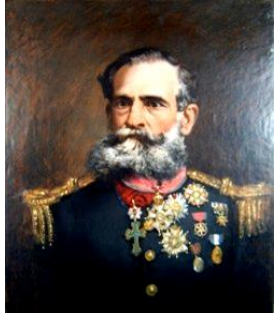
UNIDADE 3 - REPÚBLICA

CAPÍTULO 1 - PRIMEIRA REPÚBLICA (REPÚBLICA VELHA)

Primeira República

Proclamada a República, instituiu-se imediatamente um governo provisório, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. O governo provisório, formada na noite de 15 de novembro de 1889, deveria dirigir o país até que fosse elaborada uma nova constituição.

Chamada de **República Velha**, esse período está subdividido em dois períodos: a **República da Espada** (em virtude da condição militar dos dois primeiros presidentes do Brasil: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que enfrentaram o momento da consolidação das instituições republicanas) e a **República Oligárquica** (onde as instituições republicanas são controladas pelos grandes proprietários de terras).



Em 25 de fevereiro de 1891, **Deodoro da Fonseca** foi eleito pelo congresso para o cargo de presidente da República e Floriano Peixoto para o de vice-presidente. O governo republicano enfrentou pronto reconhecimento interno e externo. A República iniciou-se com um golpe militar que não encontrou reação violenta, mas, pouco depois da instauração do novo regime, ocorreram revoltas que puseram em

perigo sua sobrevivência.

A República da Espada(1891-1894)

Período inicial da história republicana onde o governo foi exercido por dois militares, devido o temor de uma reação monárquica. Momento de consolidação das instituições republicanas. Os militares presidentes foram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

O governo de Deodoro da Fonseca é dividido em dois momentos, o **governo provisório** e o **governo constitucional**.

Governo Provisório (1889-1891)

Período que vai da proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a elaboração da primeira constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

Entre as principais medidas do governo provisório estão a extinção da vitaliciedade do Senado, a dissolução da Câmara dos Deputados, a supressão do Conselho de Estado, extinção do Padroado e do beneplácito, a separação entre Igreja e Estado, a transformação das províncias em estados, o banimento da Família Real.

Além disto, estabeleceu-se a liberdade de culto, a secularização dos cemitérios, criação do Registro Civil - para legalizar nascimentos e casamentos - a grande naturalização, ou seja, todo estrangeiro que vivia no Brasil adquiriu nacionalidade brasileira, e foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da primeira constituição republicana do Brasil.

Compunham o primeiro Ministério da República

- Aristides Lobo (Ministro do Interior)
- Campos Sales (Ministro da Justiça)
- Rui Barbosa (Ministro da Fazenda)
- Quintino Bocaiuva (Ministro das Relações Exteriores)
- Demétrio Ribeiro (Ministro da Agricultura, Comércio e obras Públicas)
- Benjamin Constant (Ministro da Guerra)
- Eduardo Wandenkolk (Ministro da Marinha).

A Constituição de 1891

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte evidenciaram-se as divergências entre os republicanos. Havia o projeto de uma república

liberal - defendido pelos cafeicultores paulistas - grande autonomia aos estados (federalismo); garantia das liberdades individuais; separação dos três poderes e instauração das eleições. Este projeto visava a descentralização administrativa, tomando o poder público um acessório ao poder privado - marcante ao longo da República Velha.

O outro projeto republicano era inspirado nos ideais da Revolução Francesa, o período da Convenção Nacional e a instalação da Primeira República Francesa. Este ideal era conhecido como república jacobina, defendida por intelectuais e pela classe média urbana.

Exaltavam a liberdade pública e o direito do povo discutir os destinos da nação. Por fim, inspirada nas ideias de Augusto Comte, com bastante aceitação dentro do exército brasileiro, o projeto de uma república positivista. O seu ideal era o progresso dentro da ordem, cabendo ao Estado o papel de garantir estes objetivos.

Este Estado teria de ser forte e centralizado. Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a segunda Constituição brasileira, e a primeira republicana. O projeto de uma república liberal foi vencedor.

Foram características da Constituição de 1891:

- Instituição de uma República Federativa, onde os Estados teriam ampla autonomia econômica e administrativa;
- Separação dos poderes em **Poder Executivo**, exercido pelo presidente - eleito para um mandato de quatro anos (sem direito à reeleição), e auxiliado pelos ministros; o **Poder Legislativo**, exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara de Deputados (eleitos para um mandato de três anos, sendo seu número proporcional à população de cada Estado) e pelo Senado Federal, com mandato de 9 anos, a cada três anos um terço dele seria renovado; o **Poder Judiciário**, tendo como principal órgão o Supremo Tribunal Federal.
- O voto era descoberto (não secreto), direto e universal aos maiores de 21 anos. Proibido aos soldados, analfabetos, mendigos e religiosos de ordens monásticas.
- Ficava estabelecida a liberdade religiosa, bem como os direitos e as garantias individuais.

A Constituição de 1891 foi fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, sendo adotado o nome de República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Nas "disposições transitórias" da Constituição ficava estabelecido que o primeiro presidente do Brasil não seria eleito pelo voto universal, mas sim pela Assembleia Constituinte.

Além da elaboração da Constituição de 1891, o governo provisório de Deodoro da Fonseca foi marcado uma política econômica e financeira, conhecida como **Encilhamento**.

Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, procurou estimular a industrialização e a produção agrícola. Para atingir estes objetivos, Rui Barbosa adota a política emissão, ou seja, o aumento da emissão do papel-moeda, com a intenção de aumentar a moeda em circulação.

O ministro facilitou o estabelecimento de sociedades anônimas fazendo com que boa parte do dinheiro em circulação não fosse aplicado na produção, mas sim na especulação de títulos e ações de empresas fantasmas.

A especulação financeira provocou uma desordem nas finanças do país, acarretando uma enorme desvalorização da moeda, forte inflação e grande número de falências.

Deve-se ressaltar que a burguesia cafeeira não via com bons olhos esta tentativa de Rui Barbosa em industrializar o Brasil, algo que não estava em seus planos.

As principais medidas estabelecidas pelo Primeiro Governo:

- Banimento da família imperial, que deixou o Brasil na madrugada do dia 17 de novembro;
- Escolha do regime federativo republicano de governo;
- Transformação das antigas províncias em Estados;
- Subordinação das Forças Armadas ao novo governo;
- Determinação de que o Rio de Janeiro seria provisoriamente a sede do governo federal;
- Abolição da vitaliciedade senatorial;
- Extinção do Conselho de Estado;
- Dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado;
- Reconhecimento dos compromissos assumidos pelo governo imperial;
- Criação da bandeira republicana;
- a grande naturalização, ou seja, a cidadania brasileira para todos os estrangeiros residentes no Brasil, que assim desejassem;
- Convocação de uma Assembleia Constituinte, para elaborar uma nova Constituição;
- Separação entre a Igreja e o Estado e instituição do casamento civil;
- Reforma do Código Penal.

Governo Constitucional (1891-1894)

Após a aprovação da Constituição de 1891, Deodoro da Fonseca eleito pela Assembleia - permaneceu no poder, em parte devido às pressões dos militares aos cafeicultores. A eleição pela Assembleia revelou os choques entre os republicanos positivistas (que postulavam a ideia de golpe militar para garantir o "continuismo") e os republicanos liberais.

O candidato destes era Prudente de Moraes, tendo como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Como o voto na Assembleia não era vinculado, Floriano Peixoto foi eleito vice-presidente de Deodoro da Fonseca. O novo governo, autoritário e centralizador, entrou em choque com o Congresso Nacional, controlado pelos cafeicultores, e com militares ligados a Floriano Peixoto.

Deodoro da Fonseca foi acusado de corrupção e o Congresso votou o projeto da Lei das Responsabilidades, tornando possível o impeachment de Deodoro. Este, por sua vez, vetou o projeto, fechou o Congresso Nacional, prendeu líderes da oposição e decretou estado de sítio.



A reação a este autoritarismo foi imediata e inesperada, ocorrendo uma cisão no interior do Exército. Uma greve de trabalhadores, contrários ao golpe, em 22 de novembro no Rio de Janeiro, e a sublevação da Marinha no dia seguinte liderada pelo almirante Custódio de Melo - onde os navios atracados na baía da Guanabara apontaram os canhões para a cidade, exigindo a reabertura do Congresso - forçaram Deodoro da Fonseca a renunciar à Presidência, sendo substituído pelo seu vice-presidente, **Floriano Peixoto**.

Governo de Floriano Peixoto (1891-1894):

Adepto do republicanismo radical, o "florianismo" virou sinônimo de "jacobinismo". Foi um defensor da força para garantir e manter a ordem republicana, recebendo o apelido de "Marechal de Ferro".

Floriano reabriu o Congresso Nacional, suspendeu o estado de sítio e tomou medidas populares, tais como a redução do valor dos aluguéis das moradias populares e suspendeu a cobrança do imposto sobre a carne vendida no varejo. Estas medidas, porém, estavam restritas à cidade do Rio de Janeiro.

Seu governo também incentivou a indústria, através do estabelecimento de medidas protecionistas -evidenciando o nacionalismo dos republicanos radicais. No entanto, este caráter nacionalista de Floriano Peixoto era mal visto no exterior, o que podia dificultar as exportações de café e os interesses dos cafeicultores.

O início da oposição à Floriano partiu em abril de 1892, quando foi publicado o **Manifesto dos Treze Gerais**, acusando o governo de ilegal e exigindo novas eleições. Pela Constituição de 1891, em seu artigo 42, caso o Presidente não cumprisse a metade do seu mandato, o vice-presidente deveria convocar novas eleições. Floriano não acatou as determinações do artigo, alegando ter sido eleito de forma indireta.

Os oficiais que assinaram o manifesto foram afastados e presos por insubordinação. Paralelamente, o Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil, envolvendo grupos oligárquicos pelo controle do poder político.

Federalistas (maragatos), liderados por Gaspar Silveira Martins, contra os castilhistas (pica-paus), chefiados por Júlio de Castilhos, que controlavam a política do Estado de maneira centralizada. Floriano interveio no conflito, denominado **Revolução Federalista** em favor de Júlio de Castilhos. O apoio de Floriano aos castilhistas fez com que a oposição apoiasse os maragatos.

Em setembro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro, eclode a **Segunda Revolta da Armada**, liderada pelo almirante Custódio de Melo. A revolta da Armada fundiu-se com a Revolução Federalista. A repressão aos dois movimentos foi extremamente violenta.

Após três anos de governo, enfrentando com violência as oposições, Floriano Peixoto passa a presidência à Prudente de Moraes, tendo início a República das Oligarquias.

Coronelismo e voto do cabresto

O sistema político da República Velha estava assentado nas fraudes eleitorais, visto que o voto não era secreto. O exercício da fraude eleitoral ficava à cargo dos "coronéis", grandes latifundiários que controlavam o poder político local (os municípios).

Exercendo um clientelismo político (troca de favores) o grande proprietário controlava toda uma população ("curral eleitoral"), através do voto de cabresto.

Assim, o poder oligárquico era exercido no nível municipal pelo coronel, no nível estadual pelo governador e, através da política do café-com-leite, o presidente controlava o nível federal.

A República Oligárquica(1894-1930)

As oligarquias eram constituídas por grandes proprietários de terra e que exerciam o monopólio do poder local. Este período da história republicana é caracterizado pela defesa dos interesses destes grupos, particularmente da oligarquia cafeeira.

Os grupos oligárquicos vão garantir a dominação política no país, através do coronelismo, do voto do cabresto, da política dos governadores e da política de valorização do café.

A política dos governadores

Um acordo entre os governadores dos Estados e o governo central. Os governadores apoiavam o presidente, concordando com sua política. Em troca, o governo federal só reconheceria a vitória de deputados e senadores que representassem estes governadores. Desta forma, o governador controlaria o poder estadual e o presidente da República não teria oposição no Congresso Nacional.

O instrumento utilizado para impedir a posse dos deputados da oposição foi a Comissão Verificadora de Poderes: caso um deputado da oposição fosse eleito para o Congresso, uma comissão - constituída por membros da Câmara dos Deputados - acusando fraude eleitoral, não entregava o diploma. O candidato da oposição sofria a chamada "degola". No entanto, para manutenção de seu domínio político, no plano estadual, sob o apoio do governo central, as oligarquias estaduais usavam das fraudes eleitorais.

A política dos governadores foi iniciada na presidência de Campos Sales, e responsável pela implantação da chamada **Política do Café-com-Leite**.

A Política do Café-Com-Leite

Revezamento, no executivo federal, entre as oligarquias paulistas e mineiras. O número de deputados federais era proporcional à população dos Estados. Desta forma, os estados mais populosos - São Paulo e Minas Gerais - tinham maior número de representantes no Congresso.

A política de valorização do café

Durante a segunda metade do século XIX, até a década de 30, no século XX, o café foi o principal produto de exportação brasileiro. As divisas provenientes desta exportação contribuíram para o início do processo de industrialização - a partir de 1870.

Por volta de 1895, a economia cafeeira passou a mostrar sinais de crise. As causas desta crise estavam no excesso de produção mundial. A oferta, sendo maior que a procura, acarreta uma queda nos preços prejudicando os fazendeiros de café.

Procurando combater a crise, a burguesia cafeeira - que possuía o controle do aparelho estatal - criou mecanismos econômicos de valorização do café. Em 1906, na cidade de Taubaté, os cafeicultores criaram o Convênio de Taubaté - plano de intervenção do estado na cafeicultura, com o objetivo de promover a elevação dos preços do produto. Os governadores dos estados produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) garantiam a compra de toda a produção cafeeira com o intuito de criar estoques reguladores. O governo provocaria uma falta do produto, favorecendo a alta dos preços, e, em seguida vendia o produto.

Os resultados desta política de valorização do café foram prejudiciais para a economia do país. Para comprar toda a produção de café, os governos estaduais recorriam a empréstimos no exterior, que seriam arcados por toda a população; além disto, caso a demanda internacional não fosse suficiente, os estoques excedentes deveriam ser queimados, causando prejuízos para o governo - que já havia pago pelo produto!

Outro mecanismo da valorização do café, foi a política cambial de desvalorização do dinheiro brasileiro em relação à moeda estrangeira. Para quem dependia da exportação - no caso a burguesia cafeeira semelhante política atendia seus interesses: na hora da conversão da moeda estrangeira em moeda brasileira não havia perdas; porém, para quem dependia das importações - no caso a grande maioria dos brasileiros, visto que se importava quase tudo, principalmente gêneros alimentícios e roupas - esta política tornava os produtos estrangeiros muito mais caros.

A política de valorização do café, de forma geral, provoca o que se chamará de "socialização das perdas". Os lucros econômicos ficariam com a burguesia cafeeira e as perdas seriam distribuídas entre a população.

Semana de Arte Moderna



A década de 1920 foi uma época de intensas indagações e descobertas. Os artistas e intelectuais buscaram um novo jeito de expressar o país por meio da literatura, das artes plásticas, da música e da pintura. Esse movimento ganhou o nome de modernismo. O que é ser moderno? É estar de acordo com a moda? É copiar modelos? Ou será que ser moderno é só se atualizar sem precisar copiar? Eram essas perguntas que estavam na cabeça dos nossos artistas e intelectuais. Eles queriam atualizar a nossa cultura. Mas, para isso, era preciso descobri-la. O marco simbólico do modernismo brasileiro foi a Semana da Arte Moderna, que se realizou em São Paulo em fevereiro de 1922. Mas esse foi só um marco simbólico. O modernismo já vinha acontecendo antes da Semana e iria continuar acontecendo depois dela, como vamos ver adiante.

No Rio da Janeiro, desde o final do século XIX, já se percebia um interesse pela música popular, como o maxixe, o corta-jaca e as modinhas. Alguns artistas compreendiam que a cultura negra devia ser respeitada como expressão do Brasil. Também em São Paulo, Minas e outros Estados essa atitude começava a existir. Mas, afinal de contas, o que aconteceu em São Paulo na Semana de Arte Moderna? Entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal, foram realizados concertos, exposições, palestras. No seu concerto, o maestro e compositor Heitor Villa-Lobos causou grande impacto ao incorporar à orquestra instrumentos de congada, tambores e uma folha vibratória de zinco. Na época, esses instrumentos eram considerados populares e não deviam fazer parte de uma orquestra. A congada e os tambores pertenciam às culturas negra e indígena, vistas como primitivas e bárbaras. Os modernistas mostraram que eram justamente essas culturas que tornavam o nosso país original e diferente. Esse era o espírito do movimento: mostrar uma nova imagem do país, uma nova fisionomia cultural. O que antes era escondido, agora era mostrado. Por que negar as culturas africana e indígena, se elas faziam parte da nossa realidade? Na Semana de Arte Moderna também foram expostas as pinturas de Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Goeldi. Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Ronald de Carvalho apresentaram ao público os seus escritos.



A Semana funcionou como um estopim. A arte buscava refletir as transformações por que passavam o mundo e o país. Em meio a um acelerado processo de industrialização e urbanização, surgiam nas grandes cidades edifícios, letreiros luminosos, viadutos, máquinas e fábricas. O tempo corria mais rápido. A arte precisava acompanhar o "fluxo da vida moderna", diziam os modernistas. Para isso, era necessário mudar a maneira tradicional de se expressar. Mais ousadia criativa, mais rebeldia e menos formalidade. Mas era necessário, também, responder a algumas perguntas. Que país é este? Quem somos nós? Os modernistas contaram uma outra

história do Brasil. Não aceitavam mais a história “balofa” dos heróis, dos grandes feitos, dos monumentos e medalhas, e então usaram o **humor** e a **sátira**. A história que contaram falava da cobiça dos povos, da exploração dos índios e negros, da depredação de nossas riquezas. Vejamos como Oswald de Andrade contou sua “História pátria”:

*Lá vai uma barquinha carregada de aventureiros
Lá vai uma barquinha carregada de bacharéis
Lá vai uma barquinha carregada de cruzeiros de cristo...*

Essas barquinhas eram as caravelas da colonização portuguesa, escrevendo a nossa história. Uma história de altos e baixos, aventura e violência, amor e ódio. Mas repare como essa história era contada agora com humor e criatividade! Esse era o estilo dos modernistas.



Em 1928, **Mário de Andrade** publicou *Macunaíma*, cujo personagem-título era a cara do Brasil. *Macunaíma* nasceu índio, depois virou negro e depois branco. Essa era a imagem do nosso país na sua diversidade de culturas. *Macunaíma* sobrevoou o país num pássaro chamado tuiuiú. Ele viu o país lá do alto. Viu como as regiões são diferentes, mas viu também que são essas diferenças que fazem o Brasil. Mário de Andrade mostrava que nós não somos completamente brancos,

nem completamente negros, nem completamente índios. Somos um povo em formação. Com muito mais perguntas do que respostas... Mas os escritores modernistas não pensavam sempre igual. Dentro do movimento existia um grupo chamado Verde Amarelo, ao qual pertencia o escritor Cassiano Ricardo. Na mesma época em que Mário de Andrade escreveu *Macunaíma*, Cassiano Ricardo escreveu *Martim Cererê*. O personagem-título era agora um herói bem comportado, sério e patriota. Você se lembra do nacionalismo de Olavo Bilac? Pois *Martim Cererê* era uma espécie de soldado sempre defendendo as nossas fronteiras. Ele não olhava do alto, como *Macunaíma*. O que estamos querendo mostrar é como o modernismo iria construir diferentes visões da nacionalidade. Alguns viam o país como uma interrogação, um desafio. Já outros preferiam vê-lo como realidade pronta a ser louvada em versos. Mas, apesar dessas diferenças, o modernismo teve um saldo muito positivo: mostrou como era importante pensar a nossa cultura e ousar novas formas de expressão.

Essa foi uma das propostas do modernismo: acabar com as velhas opiniões sobre o Brasil, sobre a nossa cultura. Ser moderno era estar a par das inovações artísticas e intelectuais. Mas ser moderno era, sobretudo, absorver essas informações de forma criativa e crítica. A cultura exprime o jeito de ser de cada nacionalidade. Ela não está só nos livros, mas nas cirandas, vaquejadas, marujadas; está no vatapá, tacacá, arroz de cuxá; nas histórias de botos encantados, da mula sem cabeça, do Saci Pererê. Também são cultura o casario colonial, as igrejas barrocas e as carrancas do rio São Francisco... O que o modernismo mostrou é que a cultura não está apenas nas grandes cidades, mas nas várias regiões brasileiras. Na década de 1930, o modernismo tomou grande impulso no Nordeste. Foi o movimento do **regionalismo literário**. Os romances de Jorge Amado falam da Bahia, José Lins do Rego descreve os engenhos de açúcar; Graciliano Ramos conta a vida de Alagoas, Érico Veríssimo a do Rio Grande do Sul. Já em Pernambuco é Gilberto Freyre quem busca uma nova interpretação sociológica para a cultura brasileira. Esse movimento deu origem **nova imagem do Brasil**.

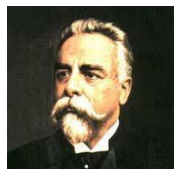
A Sucessão Oligárquica (1894-1930)

Presidente	Características de Governo
 <p>Prudente de Morais (1894-1898)</p>	<p>Seu governo foi marcado pela forte oposição dos florianistas. Adotou uma postura de incentivar a expansão industrial, mediante a adoção de taxas alfandegárias que dificultavam a entrada de produtos estrangeiros. Esta política não agradou a oligarquia cafeeira, reclamando incentivos somente para o setor rural.</p> <p>O principal acontecimento de seu governo foi a eclosão da Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897, no interior da Bahia. As causas deste movimento são encontradas no latifúndio de caráter monocultor voltado para atender os interesses do mercado externo. O predomínio do latifúndio acentua a miséria da população sertaneja e a fome.</p> <p>O movimento de Canudos possui um cunho religioso (messianismo). Antônio Conselheiro, pregando a salvação da alma, fundou o arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris. Canudos possuirá uma população de, aproximadamente, 20 mil habitantes. Dedicavam-se às pequenas plantações e criação de animais para a subsistência.</p> <p>O arraial de Canudos não agradava à Igreja Católica, que perdia fiéis; nem aos latifundiários, que perdiam mão-de-obra. Sob a acusação do movimento ser monarquista, o governo federal iniciou uma intensa campanha militar. A Guerra de Canudos é objeto de análise de Euclides da Cunha, em sua obra "Os Sertões".</p>

A Guerra de Canudos

No governo de Prudente de Morais, eclodiu nos sertões da Bahia uma revolta de caráter diferente daquelas que ocorreram nos governos republicanos anteriores. Movidos pelo misticismo e fugindo à miséria provocada pelas secas, os sertanejos reuniram em torno de Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, que se dizia enviado de Deus. A derrota fragorosa das tropas do governo estadual contra os revoltosos provocou o envio de tropas federais. No entanto, as forças federais eram insuficientes para enfrentar à resistência dos homens de Antônio Conselheiro, que tinham como vantagem um profundo conhecimento da região. O governo federal, resolvido a encerrar de vez o movimento revoltoso, organizou um verdadeiro exército para atacar Canudos. Contra as forças federais, numerosas e bem preparadas, pouco adiantou a tenaz resistência dos sertanejos.

O arraial de Canudos foi destruído casa por casa após o término da resistência. Pouco depois do fim da Guerra de Canudos, um militar de baixa patente, Marcelino Bispo, realizou um atentado contra a vida de Prudente de Morais. O presidente, que fora homenagear as tropas vitoriosas que chegavam da Bahia, conseguiu escapar do atentado, mas o marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da Guerra, foi ferido de morte ao defender o chefe do governo. O episódio aumentou o prestígio popular do presidente, fortalecendo-o no poder.



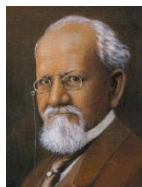
Campos Sales
(1898-1902)

O sucessor de Prudente de Moraes recuperou a situação financeira do Brasil, abalada pelas revoltas e pelas crises econômicas ocorridas nos governos anteriores. Para restabelecer o crédito brasileiro no exterior, Campos Sales negociou com banqueiros de outros países um acordo denominado fundingloan. Por esse acordo, o Brasil deixaria durante um determinado período de pagar juros dos empréstimos anteriores e faria um novo empréstimo. O governo dava como garantia as rendas das alfândegas de alguns portos, da Central do Brasil e do abastecimento de água do Rio de Janeiro. O principal auxiliar do presidente foi o ministro da fazenda, Joaquim Murtinho, que tomou uma série de medidas para restaurar as abaladas finanças do país.

Para garantir o apoio do Congresso à sua política financeira, Campos Sales colocou em prática a política dos governadores, que caracterizava toda a vida política do país até a Revolução de 30.

Como já dissemos, a política dos governadores consistia basicamente num acordo entre o presidente da República e os governadores dos Estados, visando fortalecer ambas as partes. Seriam admitidos no poder Legislativo federal apenas os deputados que representassem a situação em seus respectivos Estados. Após as eleições, a Comissão Verificadora de Poderes, controlada pelo Executivo federal, "diplomava" ou "degolava" os candidatos eleitos, conforme fossem ou não partidários do governo de seu Estado. Em troca, a Câmara dos Deputados eleita e "diplomada" daria todo o apoio às iniciativas do governo federal.

Através desse sistema, as oligarquias estaduais mantiveram-se no poder durante décadas e, ao mesmo tempo, ficou assegurado o predomínio político de São Paulo e Minas Gerais, os dois Estados economicamente mais fortes e com maior representação no Congresso.



Rodrigues Alves
(1902-1906)

No governo de Rodrigues Alves, a cidade do Rio de Janeiro foi saneada graças ao cientista Osvaldo Cruz, que conseguiu eliminar o flagelo da febre amarela. A capital brasileira foi também modernizada pelos trabalhos realizados na administração do prefeito Francisco Pereira Passos, que alargou as ruas e construiu a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. O Acre foi incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, e a cafeicultura iniciou uma fase de apogeu favorecida pelas determinações do Convênio de Taubaté.

Nessa época ocorreu ainda a Revolta da Escola Militar. O fator principal desse movimento foi a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola, decretada pelo governo federal, o que já causara revoltas e motins de rua no Rio de Janeiro (Esses motins e revoltas são designados pelo nome de Revolta da Vacina). O presidente resistiu às pressões dos militares rebeldes, que pretendiam obrigá-lo a abandonar o Palácio do Catete. Depois de alguns conflitos os revoltosos foram vencidos pelas forças do governo.



Afonso Pena
(1906-1909)

Embora abalada por crise políticas, a administração de Afonso Pena fez melhorias na rede ferroviária, como a ligação de São Paulo a Mato Grosso, modernizou as Forças Armadas, estimulou o desenvolvimento da economia do país e incentivou a imigração. O presidente faleceu antes de completar o mandato e foi substituído pelo vice Nilo Peçanha.



Nilo Peçanha
(1909-1910)

Durante seu governo foi criado o Serviço de Proteção dos Índios (SPI), substituído mais tarde (em 1967) pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Outra medida importante foi o saneamento da baixada fluminense.

A campanha eleitoral entre os civilistas, que apoiavam Rui Barbosa, e os hermistas, partidários de Hermes da Fonseca, tumultuou a fase final do governo de Nilo Peçanha.

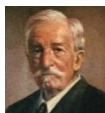
Na disputa pela sucessão, paulistas e mineiros desentenderam-se, abrindo espaço para outras candidaturas: marechal Hermes da Fonseca, do Rio Grande do Sul, apoiado por Minas Gerais; e Rui Barbosa, apoiado por São Paulo e Bahia. Os partidários de Rui procuraram atacar o adversário, criticando sua condição militar; daí a campanha ser conhecida como civilista. Apesar do apoio do poderoso PRP (Partido Republicano Paulista) e do programa de reformas apresentado por Rui Barbosa, os civilistas perderam as eleições para o marechal Hermes.



Hermes da Fonseca
(1910-1914)

Este foi um dos mais convulsionados períodos da República. O presidente pôs em prática a política das salvações, que consistia em intervir nos Estados onde o governo não tinha o apoio das oligarquias locais. Houve intervenções em todo o Nordeste, provocando violentas disputas como as que aconteceram no Ceará.

Durante o mandato de Hermes da Fonseca, ocorreram a Revolta da Chibata, a Questão do Contestado e a Sedição do Juazeiro.



**Venceslau
Brás
(1914-1918)**

Seu mandato coincidiu com a Primeira Guerra Mundial, da qual o Brasil participou, lutando contra a Alemanha. Em seu governo foi promulgado o Código Civil Brasileiro. A gripe espanhola, terrível epidemia que surgiu na Europa em consequência da guerra, fez milhares de vítimas no Brasil.

Nesse governo foi resolvida a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina. Os governos dos dois Estados entraram em acordo sobre a região do Contestado e dividiram entre si as terras em disputa.



**Rodrigues
Alves - Delfim
Moreira
(1918-1919)**

O eleito em 1918 fora Rodrigues Alves que faleceu (gripe espanhola) sem tomar posse. Seu vice-presidente, Delfim Moreira, de acordo com o artigo 42 da Constituição Federal, marcou novas eleições. O vencedor do novo pleito foi Epitácio Pessoa.



**Epitácio
Pessoa
(1919-1922)**

O governo de Epitácio Pessoa realizou obras para combater as secas do Nordeste, fez reformas no Exército e promoveu a construção de ferrovias.

Nessa época cresceram as insatisfações contra a política dos "grandes Estados". A contestação ao sistema do café-com-leite evidenciou-se durante a campanha de sucessão presidencial. São Paulo e Minas Gerais indicaram a candidatura de Artur Bernardes. A oposição articulou a Reação Republicana, movimento organizado pelos chefes políticos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que lançaram a candidatura de Nilo Peçanha para a Presidência. Hermes da Fonseca e parte da jovem oficialidade do Exército apoiaram sem sucesso a Reação Republicana, pois Artur Bernardes venceu as eleições.

Em 5 de julho de 1922, ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana, contra a posse do sucessor de Epitácio Pessoa.

A revolta foi prontamente sufocada pelas forças do governo, que massacraram parte dos jovens oficiais. Estes, em número dezoito, saíram do forte e avançaram, de armas nas mãos, contra as tropas enviadas para combatê-los. Do episódio dos Dezoito do Forte, como ficou conhecido o levante, participou o tenente Eduardo Gomes, que mais tarde se tornaria uma das figuras de maior destaque nas Forças Armadas e na política brasileira.



**Artur
Bernardes
(1922-1926)**

Artur Bernardes governou todo o período em estado de sítio. Seu mandato foi marcado por revoltas como a de 1923, no Rio Grande do Sul, e a de 1924, em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, o político Borges de Medeiros havia sido reeleito governador do Estado pela quinta vez. Inconformados, seus opositores recorreram às armas para impedir sua posse. A revolta gaúcha contra o governo do Estado foi pacificada graças ao ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, que promoveu o chamado Acordo de Pedras Altas. Esse acordo garantiu o cumprimento do mandato de Borges de Medeiros, mas introduziu modificações na Constituição estadual, que impediam sua reeleição e diminuía o poder dos coronéis locais.

Em São Paulo, sob a chefia do governo reformado Isidoro Dias Lopes, os revoltosos contra o governo de Bernardes dominaram a cidade por 23 dias. Pretendiam a deposição do presidente. O governador do Estado, Carlos de Campos, foi obrigado a fugir. As tropas federais conseguiram vencer os revolucionários, obrigando-os a se retirarem em direção a Mato Grosso.

Nas barrancas do rio Paraná, os revolucionários paulistas encontraram-se com oficiais rebeldes do Rio Grande do Sul, formando a Coluna Prestes. Sob o comando de Luís Carlos Prestes, a tropa revolucionária -- que pretendia derrubar as oligarquias--- percorreu mais de 20.000 quilômetros pelo interior do Brasil. Sempre perseguida pelas tropas do governo, a Coluna Prestes acabou se refugiando na Bolívia, em 1927, e se dispersou.



**Washington
Luís
(1926-1930)**

Governo marcado pela eclosão da Revolução de 1930. No ano de 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou, causando sérios efeitos para a economia mundial. A economia norte-americana fica arruinada, com pesadas quedas na produção, além da ampliação do desemprego. A crise econômica nos EUA fez-se sentir em todo o mundo. Os efeitos da crise de 1929, para o Brasil, fizeram-se sentir com a queda brutal nos preços do café. Os fazendeiros de café pediram auxílio ao governo federal, que rejeitou, alegando que a queda nos preços do café seria compensada pelo aumento no volume das exportações, o que, aliás, não ocorreu.

No plano interno, em 1930, ocorriam eleições presidenciais. Washington Luís indicou um candidato paulista -Júlio Prestes, rompendo o pacto estabelecido na política do café-com-leite. Os mineiros não aceitaram (Washington Luís representava os paulistas e, seguindo a regra, o próximo presidente deveria ser um mineiro, aliás o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada). O rompimento da política do café-com-leite vai fortalecer a oposição, organizada na chamada Aliança Liberal. A Aliança Liberal era uma chapa de oposição, tendo Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice-presidente. Esta chapa contava com o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul, Paraíba e de Minas Gerais, além do Partido Democrático, formado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP).

O programa da Aliança Liberal vai de encontro aos interesses das classes dominantes marginalizadas pelo setor cafeeiro e, aumentando sua base de apoio, defendia a regulamentação das leis trabalhistas, a instituição do voto secreto e do voto feminino. Reivindicava a expansão da industrialização e uma maior centralização política. De quebra, propunha a anistia aos tenentes condenados, sensibilizando o setor militar.

Porém, mediante as tradicionais fraudes eleitorais, o candidato da situação, Júlio Prestes, venceu as eleições. A vitória do candidato situacionista provocou insatisfação das oligarquias marginalizadas, dos tenentes e da camada média urbana. Alguns tenentes, como Juarez Távora e João Alberto, iniciaram uma conspiração para evitar a posse de Júlio Prestes. Temendo que a conspiração pudesse contar com a participação popular, os líderes oligárquicos tomaram o comando do processo. "Façamos a revolução antes que o povo a faça", esta fala de Antônio Carlos Andrade, governador de Minas, sintetiza tudo. O estopim do movimento foi o assassinato de João Pessoa. Em 03 de outubro, sob o comando de Góes Monteiro eclode a revolta no Rio Grande do Sul; em 04 de outubro foi a vez de Juarez Távora iniciar a rebelião na Paraíba. Por fim.

Em 24 de outubro de 1930, temendo-se uma guerra civil, o alto-comando das Forças Armadas no Rio de Janeiro desencadeou o golpe, depondo Washington Luís, impedindo a posse de Júlio Prestes e formando uma junta pacificadora, composta pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías Noronha. No dia 03 de novembro Getúlio Vargas era empossado, de forma provisória, como presidente da República.



Era de Vargas (1930 - 1945)



Este período da República conhecido como "Era de Vargas" divide-se em três fases:

- Governo Provisório
- Governo Constitucional
- Estado Novo

Governo Provisório (1930 - 1934)

Os principais fatos foram:

- Revolução Constitucionalista de 1932.
- Criação dos Ministérios da Educação e Saúde; Trabalho, Indústria e Comércio.
- Promulgação da Constituição de 1934.

Revolução Constitucionalista de 1932

Revezamento, no executivo federal, entre as oligarquias paulistas e mineiras. O número de deputados federais era proporcional à população dos Estados. Desta forma, os estados mais populosos - São Paulo e Minas Gerais - tinham maior número de representantes no Congresso.

Governo Constitucional (1934 - 1937)

Este período se caracterizou pelo desenvolvimento de duas políticas de orientação contrárias: Ação Integralista Brasileira e Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A ANL foi colocada na ilegalidade e sua ala mais radical iniciou um movimento armado em novembro de 1935: foi a Revolta Vermelha ou Intentona Comunista, reprimida pelas forças do governo.

O movimento integralista de 1935, a descoberta do Plano Cohen (forjado pelos integralistas, que continha um plano comunista para a tomada do poder), a Intentona Comunista e o apoio dos chefes militares contribuíram decisivamente para que **Getúlio Vargas** desse o Golpe de Estado de 1937, instaurando no Brasil um regime de caráter autoritário ou ditatorial (Estado Novo).

Getúlio decreta o "Estado de Guerra", fecha o Congresso Nacional e outorga, no dia 10 de novembro de 1937, a nova Constituição ("Polaca").

Na noite do mesmo dia 10 de novembro, Getúlio fazia uma proclamação ao povo, justificando a necessidade de um governo autoritário: nascia, assim, o Estado Novo.

Constituição de 1934

Promulgada pela segunda Assembleia Constituinte, diminuiu bastante a autonomia dos Estados, facilitando a Intervenção federal; abria o direito de voto às mulheres e aos maiores de 18 anos.

Incluía capítulos relativos à Ordem Econômica Social, Família, Educação e Cultura, instituindo as bases do que viria a ser legislação trabalhista: repouso remunerado, previdência social e a proteção ao trabalho da mulher e do menor.

A Carta de 1934 conservava os fundamentos republicanos do federalismo e do presidencialismo e marcava também o estabelecimento de um novo tipo de relação do Estado com o conjunto da classe operária.

Continuavam os três poderes independentes e harmônicos, tendo a Câmara, além dos deputados do povo, os que representavam as classes trabalhadoras.

Estabeleceu a justiça eleitoral, a justiça do trabalho e a militar.

Estado Novo (1937 - 1945)

A crise capitalista internacional, a insegurança gerada pela burguesia e a ascensão das forças populares levaram as classes dominantes brasileiras a abdicar das liberdades políticas e a apoiar um regime ditatorial que garantisse seu interesse essencial: a manutenção do lucro. Nesse sentido e com total abolição das garantias individuais, o Estado Novo teve características semelhantes às do fascismo.

Constituição de 1937 (10/11/1937)

O **Presidente Getúlio Vargas**, apoiado pelo **Ministro da Guerra (Gaspar Dutra)** e pelo chefe do **Estado-Maior do Exército (Góis Monteiro)** num Golpe de Estado, dissolveu o **Congresso** e as Assembleias Estaduais e outorgou ao País uma Constituição de caráter totalitário que vigorou durante todo o período do **Estado Novo** (1937-1945).

Esta constituição, quarta do Brasil e terceira da República, ficou conhecida como "Polaca", em virtude de haver sido inspirada nos regimes totalitários da Polônia, Itália, Alemanha e Portugal. Foi elaborada pelo jurista Francisco Campos que havia sido o primeiro a ocupar o cargo de Ministro da Educação do Brasil.

Foram transferidas para a competência do Governo Federal muitas das funções antes exercidas pelos Estados e Municípios.

Ao mesmo tempo, o Estado Novo tratava de patrocinar a organização dos sindicatos, com uma legislação inspirada no Fascismo Italiano. Por meio da criação do imposto sindical, taxa obrigatória paga por todos os operários, sindicalizados ou não, o governo garantia a sustentação financeira dos sindicatos, ao mesmo tempo que os atrelava ao seu controle.

Além da centralização político-administrativa e do intervencionismo econômico o sindicalismo foi uma característica marcante do Estado Novo: os sindicatos, controlados pelo Ministério do Trabalho, tornaram-se instrumentos do governo, surgindo assim o trabalhismo, base política de Vargas. Foi promulgada a CLT e criada a Previdência Social.

Principais características:

- Federalismo altamente centralizado, limitando-se a autonomia dos Estados em favor do poder central. Amplos poderes eram concedidos ao Presidente da República. Assim, Getúlio Vargas tinha o poder de legislar por decretos, nomear funcionários e interventores estaduais sem recorrer ao Legislativo;
- Unificação do poder político: o Presidente passou a ser Chefe do Poder Executivo e supervisor de todos os demais;
- Extinção do cargo de Vice-presidente da República;
- Restrições à Liberal Democracia, tão defendida na Constituição de 1891. A restrição, também, à liberdade do cidadão brasileiro, em nomes de um suposto bem comum;
- Maior intervencionismo do Estado Novo, que passou a tomar medidas de diversificação da agricultura e incentivos à industrialização.

Constitui-se no período mais importante de Getúlio Vargas. Foi marcado pelos seguintes fatos:

- Centralização absoluta do poder nas mãos do Executivo, representado por Getúlio Vargas e seus auxiliares mais próximos, anulando a autonomia federalista dos Estados;
- Ação intervencionista do Estado no campo social e econômico, buscando diminuir as tensões sociais tanto no âmbito das classes dominantes como entre estas e as forças populares;
- Criação do Ministério da Aeronáutica (Clóvis Salgado foi o primeiro titular desta pasta);
- Reuniu-se na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) toda a legislação trabalhista (1943);
- Criação da Companhia Siderúrgica (1941) (Usina de Volta Redonda) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) para extrair minérios;
- Surgimento de diversos territórios federais (Fernando de Noronha, Amapá etc.);
- Outorgou a Constituição de 1937, que instituiu um federalismo centralizado;
- Levante Integralista de 1938;
- Enviou a FEB para os campos da Europa (Itália);
- Nomeou novos interventores para os Estados;
- Proibiu greves;
- Extinguiu todos os partidos políticos;
- Regulamentou a pena de morte no Brasil;
- Criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que funcionava como elemento controlador da imprensa, determinando o que podia ou não ser publicado;
- Promoveu a diversificação agrária incentivando a policultura;
- Criou os Institutos do Açúcar e do Alcool (IAA), do Mate e do Pinho;
- Incrementou um Plano Quinquenal que apresentava os seguintes itens: usina de aço, fábrica de aviões, usina hidrelétrica em Paulo Afonso, estradas-de-ferro e de rodagem;
- Participação do Brasil na Segunda Guerra. Em janeiro de 1942, o governo rompeu relações diplomáticas com os países do "Eixo" e permitiu a instalação de bases navais e aéreas no Nordeste Brasileiro (Fernando de Noronha e Natal); a Marinha de Guerra cooperou no patrulhamento do Atlântico;
- Preocupado em centralizar o poder, o governo criou o DASP - Departamento de Administração do Serviço Público, que se tornou um órgão de consulta de Getúlio e seus ministros;
- Criou também o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, que ao lado da polícia secreta chefiada por Filinto Müller, tornou-se o mais importante órgão de sustentação da ditadura do Estado Novo.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial



O Brasil inicialmente mantinha uma posição de neutralidade, porém, alguns personagens do Governo admitiam que o Brasil deveria apoiar a Alemanha.

O afundamento de navios mercantes brasileiros em pleno litoral, levou nosso país a declarar guerra aos países do "Eixo" (Alemanha, Itália e Japão), em agosto de 1942.

Participaram da guerra a Força Expedicionária Brasileira (FEB) cujo lema era "a cobra está fumando" e a Força Aérea Brasileira (FAB) cujo lema era "senta a pua".

As tropas brasileiras, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes lutaram nos campos de batalha da Itália e obtiveram expressivas vitórias em Montese, Monte Castelo, Castelnuevo e Forno. O ano de 1943 marca

o início das campanhas pela redemocratização do país. Neste ano, homens como Milton Campos, Afonso Arinos e Magalhães Pinto lançaram um documento ("Manifesto dos Mineiros") exigindo a redemocratização do Brasil.

Em 1945 em meio a pressões sociais, promulgou-se um **Ato Adicional**, através do qual concedia-se liberdade para formação de partidos políticos e assegurava-se as eleições. A 2ª Guerra Mundial foi fator de aceleração do processo econômico brasileiro, porque dificultou as importações e ampliou as possibilidades de exportação.

Término da 2ª Guerra trouxe reflexos para o Brasil tais como:

- Início da "decolagem industrial" com a indústria pesada ou de base graças a criação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda;
- O surgimento de vários partidos políticos: PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional. Pela primeira vez o Brasil passou a ter partidos políticos de atuação nacional.
- A reconstitucionalização do país (deposição de Getúlio Vargas pelos chefes militares em 29 de outubro de 1945) após o regresso dos "pracinhas" da FEB da Europa.
- As Forças Armadas entregaram o governo ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que realizou as eleições (O General Eurico Gaspar Dutra saiu vitorioso).



O Monumento aos Mortos ou Monumentos dos "pracinhas" no Rio de Janeiro, abriga os restos mortais dos brasileiros que lutaram na 2ª Guerra Mundial.

Governo Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951)



O primeiro ato do governo de Eurico Dutra foi de tranquilidade e de conciliação, o país estava saindo da ditadura de Getúlio Vargas e falava-se em um novo Brasil.

Os principais fatos do governo Dutra foram:

- Promulgação da Constituição de 18 de outubro de 1946 através da qual o mandato presidencial passou para (05) anos e extinguiu os territórios de Iguaçu e Ponta Porã. Esta Constituição marcou a reconstitucionalização do país.
- Elaboração do PLANO SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Com o fim da 2ª Guerra Mundial, passou a haver, no Brasil, uma preocupação maior com o planejamento visando o desenvolvimento econômico do país;
- Proibição do jogo em todo o território nacional;
- Criação da Companhia Hidrelétrica do rio São Francisco (CHESF) e construção da usina de Paulo Afonso;
- Abertura da Estrada Rio-Bahia (Rodovia da Unidade Nacional) e asfaltamento da nova rodovia Rio-São Paulo ("Via Dutra");
- Inauguração da usina de Volta Redonda (criada por Getúlio Vargas);
- Incrementou a exploração das jazidas de petróleo da Bahia, o que possibilitou o Brasil organizar a sua frota de petroleiros;
- Rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e proibição de funcionamento do Partido Comunista no Brasil;
- Assinatura do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca).

Na sucessão de Dutra, surgiu um importante movimento denominado "Queremismo" (Queremos Getúlio), que levou Getúlio Vargas novamente ao poder.

Constituição de 1946 (18/09/1946)

Com o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, por outro Golpe de Estado, é convocada uma Assembleia Constituinte. Esta Carta, promulgada pelo Presidente Eurico Dutra, unia as tradições da Constituição de 1891 às conquistas sociais da Constituição de 1934. Ela marcou a redemocratização do país, restaurando a independência e a harmonia dos poderes.

Considerada a mais liberal (democrática) de todas as constituições brasileiras, mantinha, contudo, certa centralização de poderes no Executivo.

Principais características:

- Federalismo, com a volta da autonomia de Estados e, principalmente, dos Municípios;
- Eleições diretas para todos os campos eletivos;
- Presidencialismo - Presidente eleito pelo povo, com direito a livre nomeação e demissão de seus ministros;
- Ampliou o mandato presidencial para cinco anos;
- Autonomia e harmonia dos três poderes;
- Sistema representativo com Câmara de Deputados e Senado Federal;
- Social - Democrata: restabelecimento da liberal democracia, mas com a limitação dos direitos em prol do bem público.

Alterações na Constituição de 1946

Em 02 de setembro de 1961, a renúncia do Presidente Jânio Quadros fez surgir uma crise: muitos setores civis e militares julgavam a posse do Vice-presidente João Goulart indesejável, em razão de seu passado político populista-getulista. Para superar o impasse, o Congresso Nacional emendou a Constituição, através de um Ato Adicional, instituindo o sistema parlamentarista em lugar do presidencialismo, o que restringia substancialmente os poderes do Presidente.

Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951 - 1954)

Eleito diretamente pelo povo, Getúlio Vargas governou o Brasil num período de grande agitação política e militar.

- Criação da **PETROBRÁS** (Lei 2.004, de 03 de outubro de 1953), empresa que estabeleceu o monopólio estatal da pesquisa e exploração de petróleo do Brasil;



- Elaboração do Plano Lafer (Plano Nacional de Reparelhamento Econômico) objetivando desenvolver os setores da indústria de base, com o apoio do BNDE;
- Desmembramento do Ministério da Educação e Saúde em:
- Ministério da Educação e Cultura (MEC);
- Ministério da Saúde.
- Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE);
- Surgimento de sucessivas crises políticas devido às acirradas críticas movidas pela oposição.

Grande oposição Getúlio Vargas teve de enfrentar, principalmente do jornal "Tribuna da Imprensa", do jornalista Carlos de Lacerda. O atentado que este último foi vítima, ocasionou a morte do major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do Presidente foi apontado como principal culpado.

Este fato entrou para a história com o nome de "República do Galeão", o que ocasionou uma grande agitação nas Forças Armadas, permitindo o aumento da pressão para que Getúlio renunciasse, ao que ele teria dito "Daqui, só saio morto".

Em 24 de agosto de 1954 Getúlio Vargas suicidou-se, o vice-presidente Café Filho assume o governo. Tendo convocado novas eleições, a chapa Juscelino Kubistchek e João Goulart é eleita. Contudo, novos fatos da crise continuaram.



Por motivo de doença, Café Filho se afasta da Presidência, sendo substituído por Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados), que permaneceu no poder apenas 48 horas.

Sob alegação da preparação de um golpe militar para impedir a posse dos eleitos, o General Teixeira Lott (Ministro da Guerra) afasta Carlos Luz da Presidência, que se refugia a bordo do navio de guerra Tamandaré. O Congresso Nacional declara impedido Carlos Luz e Nomeia Nereu Ramos (Presidente do Senado) como presidente, que depois passará a faixa presidencial para Juscelino Kubistchek.



Juscelino Kubistchek (1956 - 1961)



O governo Juscelino foi marcado por um desenvolvimento acelerado. Esse surto econômico foi denominado nacionalismo desenvolvimentista.

Os principais fatos deste governo foram:

- Surgimento de dois levantes militares na Aeronáutica: (Aragarças e Jacareacanga).
- Execução de uma política desenvolvimentista ("Cinquenta anos em cinco").
- Construção de Brasília, o que possibilitou a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central (21 de abril de 1960).
- Construção de Usinas Hidrelétricas de Furnas e Três Marias.
- Implantação da indústria automobilística (GEIA) e construção naval (GEICON);
- Execução do "Plano de Metas" (transporte, energia e alimentação).
- Construção da rodovia Belém-Brasília (Bernardo Saião), permitindo a integração Norte/ Centro-Oeste;
- Envio do Batalhão Suez, a pedido das Nações Unidas, para atuar no Oriente Médio (Faixa de Gaza, entre Israel e Egito).
- Criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste).
- Envio de Aviadores para o Congo (África).
- Graças a Juscelino Kubistchek os Estados Unidos criaram a Operação Pan-Americana (OPA) visando a promover o desenvolvimento econômico da América Latina.

No governo Juscelino Kubistchek as empresas multinacionais penetraram maciçamente no Brasil e as grandes realizações no setor econômico significaram um agravamento da inflação, aumentando enormemente o custo de vida.

Jânio Quadros (1961) Apenas 7 meses



Eleito com grande número de votos, a maior votação de toda história republicana Jânio Quadros renunciou ao cargo no dia 25 de agosto de 1961. O início de seu governo, ao invés de tomar ações diretas contra os mais graves problemas do país, tratou de moralizar os costumes da época com medidas, como: proibiu a realização de rinhas de galo, aboliu o uso de biquíni em desfiles

de beleza e restringiu as corridas de cavalo somente para os finais de semana. Jânio queria maior liberdade ao presidente e limitar a intervenção política do Congresso. O tom autoritário e conservador adotado no plano interno era o inverso de sua política internacional, que privilegiava ampla autonomia diplomática e buscava aproximar-se do bloco socialista desejando maiores vantagens econômicas (ofereceu homenagem e uma condecoração ao guerrilheiro Che Guevara). Por isso, os EUA, com o mundo no auge da Guerra Fria, observava seu governo com certa cautela.

Sua renúncia ocasionou uma grande agitação interna (grave crise político-militar) que por pouco não levou o país à guerra civil. O Congresso Nacional, nesta emergência, instituiu o Parlamentarismo através do Ato Adicional de 02 de setembro de 1961. Assumiu, então, o Vice-presidente João Goulart, após aceitar presidir sob um regime parlamentarista.

João Goulart (1961 - 1964)



João Goulart assumiu no dia 07 de setembro de 1961, com um sistema Parlamentarista.

Foram escolhidos como Primeiros-ministros, respectivamente: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima.

Contando com o apoio popular, João Goulart convocou um Plebiscito para 6 de janeiro de 1963, para decidir sobre a manutenção ou não do Sistema Parlamentar. O resultado foi a volta do Presidencialismo, que lhe devolvia os poderes retirados em 1961.

O Ministério do Planejamento cujo titular era Celso Furtado, colocou em execução o chamado Plano Trienal, que pretendia combater a inflação e realizar o desenvolvimento econômico, particularmente no setor industrial. Esse plano, entretanto, entraria em contradição com a política de mobilização popular em apoio ao governo, pois exigia grande austeridade.

Apoiando-se em correntes que pregavam a desordem e a agitação, o governo João Goulart provocou uma intranquilidade social e grave crise econômica, política e militar. Por este motivo surgiu, um movimento revolucionário em Minas Gerais, que depois se alastrou por todo o país, tendo o Presidente João Goulart fugido para o Uruguai.

Este movimento, mais conhecido como **Revolução de 31 de março de 1964** governou nosso país por cerca de 20 anos.

O movimento de 31 de março de 1964 terminou com o período populista na História do Brasil. O grande capital rompeu com o populismo e instalou no Brasil uma República autoritária para combater a ameaça comunista que assombrava o mundo no período da Guerra Fria.



Junta Militar

Ao ser declarada a cadeira de presidente vaga, em 2 de abril Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara de Deputados, assume provisoriamente o lugar de João Goulart, porém, o controle político ficou sob a direção geral das Forças Armadas (cada arma indicou um general) com a criação do chamado Comando Supremo da Revolução e tinha como finalidade o caráter de ser provisório para alcançar os seguintes pontos:

- Restabelecer a ordem social.
- Conter o avanço do comunismo e da corrupção.
- Retomar o crescimento econômico.

O governo assumiu uma postura autoritária, porém, com apoio de diversos segmentos da sociedade, como líderes políticos da UDN e do PSD que defendiam o retorno à normalidade constitucional. Aos poucos abandonaram o diálogo com os diversos setores da sociedade e passam a governar com o apoio de Atos Institucionais (AI) que rompia com o Estado de Direito e as Instituições Democráticas.

Em 9 de abril é publicado o AI-1 que confere ao Executivo Federal, decisões como:

- Cassar mandatos.
- Suspender direitos políticos de qualquer cidadão.
- Realizar mudanças na Constituição.
- Decretar estado de sítio sem aprovação do Congresso.

No aspecto econômico, ocorreu uma mudança em seu modelo. Enquanto governos anteriores, como Getúlio Vargas e João Goulart, adotaram como bandeira o Nacionalismo Reformista; os militares, adotaram um Modelo Econômico Desenvolvimentista (favorável aos grandes empresários nacionais e estrangeiros e a burocracia técnica Estatal militar e civil).

Em 11 de abril o Congresso elege o Marechal Castelo Branco presidente, tendo como vice, o político mineiro do PSD, José Maria Alckmim e o governo é imediatamente reconhecido pelos EUA e outras nações.

Marechal Castelo Branco (1964 - 1967)



O governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e ex-combatente na Segunda Guerra Mundial, foi marcado por desenvolver uma política de combate à inflação e rigorosa repressão aos acusados de corrupção e subversão.

Em princípio, a tomada do poder tinha um caráter provisório, porém, em julho do mesmo ano altera o fim de seu mandato de 31 de janeiro de 1966 para 15 de março de 1967, alegando que o prazo de vigência era insuficiente para implementar todas as medidas de reestruturação política e econômica projetadas.

Castelo Branco anulou medidas e leis impostas por João Goulart, tais como:

- Revogação da nacionalização das refinarias.

- Revogação da desapropriação de terras.
- Extinção da Lei de Remessa de Lucros.
- Rompimento diplomático com Cuba.

Em seu governo podemos destacar as seguintes medidas:

- Executou um Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) cujos objetivos principais eram: incentivar as exportações, promover o crescimento econômico, combater a inflação e atrair capitais estrangeiros.
- Editou os Atos Institucionais números I, II, III e IV que concedia amplos poderes ao Presidente da República para cassar mandatos, suspender direitos políticos etc.
- Criou o Banco Central para controlar o Sistema Financeiro do País e o Ministério do Planejamento (atual Secretaria do Planejamento - SEPLAN).
- Enviou tropas (FAIBRÁS) para a República Dominicana (São Domingos), a pedido da OEA.
- Unificou os diversos Institutos e Pensões (IAPs) no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).
- Criou SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia).
- Extinguiu os antigos partidos políticos (UDN, PSD, PTB etc.) através de uma reformulação partidária, o que resultou no bipartidarismo (ARENA e MDB).
- Promulgou a Constituição de 24 de janeiro de 1967.
- O regime militar instaurado e respaldado juridicamente por Atos Institucionais, dissolveu as organizações consideradas "subversivas" como a C.G.T. (Comando Geral dos Trabalhadores) e a U.N.E. (União Nacional dos Estudantes).
- O novo modelo econômico implantado era de tendência anti-inflacionária e industrial, baseando-se no arrocho salarial, na maior abertura ao capital estrangeiro e na participação do Estado na economia o que ampliou consideravelmente a máquina burocrática estatal.

Marechal Costa e Silva (1967 - 1969)



- Criou o Plano Econômico de Desenvolvimento (PED).
- Editou o AI-5 (Ato Institucional nº 5), concedendo ao Presidente da República poderes totais, inclusive de fechar o Congresso Nacional.
- Período de governo marcado por muitas agitações políticas e atos de terrorismo em diversos pontos do país.
- Criou um FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - 1967) e o MOBIL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Devido a enfermidade, foi substituído por uma **Junta Militar** composta pelos Ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, vindo logo a falecer.

A Junta transmitiu o poder a Garrastazu Médici, nome indicado pelo Alto Comando das Forças Armadas e eleito indiretamente pelo "Colégio Eleitoral".



Com a posse de Médici entrou em vigor a Emenda Constitucional de 1967 que ampliou o mandato presidencial para cinco anos.

General Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974)



- Executou um plano global de desenvolvimento "Metas e Bases" para a Ação do Governo (1º PDN).
- Incentivou o transporte rodoviário (Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte).
- Criou o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Integração Social (PIS).
- Ampliou o mar territorial para 200 milhas.
- Criou a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o Programa de Desenvolvimento do Oeste (PRODOESTE).
- Realizou a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/71), estabelecendo o ensino profissionalizante.
- Governo marcado pela criação de "Projetos de Impacto" (Ponte Rio-Niterói), (Transamazônica), eliminação da guerrilha urbana e rural, bem como pelos poderes excepcionais que o Presidente dispunha.

General Ernesto Geisel (1974 - 1979)



O governo do Presidente Geisel conheceu uma crise econômica marcada pelo fim do "milagre brasileiro" e pela crise energética mundial, quando ocorreu a elevação dos preços do petróleo, que repercutiu internamente, baixando a taxa de investimento público.

No Plano econômico o governo Geisel criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIº PND), que era de tendência desenvolvimentista e anti-inflacionária.

Entre os principais fatos do governo Geisel, podemos destacar:

- Criou o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).
- Executou o IIº PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

- Assinou um acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, para o Brasil assimilar tecnologia avançada para fins pacíficos.
- O mandato presidencial passou para seis (06) anos.
- Iniciou a abertura política (revogação dos Atos Institucionais e Complementares).
- Início da Construção da **hidrelétrica de Itaipu**.
- Criação do Proálcool (programa Nacional do Álcool).

O "Milagre" Econômico

Durante o governo do Presidente Médici foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1º PND).

Neste período foram atingidos altos índices de crescimento econômico. Foi a época do chamado "milagre brasileiro".

Internamente o "milagre" resultou num grande desenvolvimento industrial fundamentado na produção de bens de consumo, numa rígida política salarial e nos privilégios aos empresários estrangeiros, o que estimulou uma maior participação do capital externo no Brasil.

Esse "progresso" econômico causou uma euforia consumista, onde a classe média, beneficiada por altos salários, passou a consumir em larga escala.

Mas o grande beneficiado pelo "milagre" foi o capital estrangeiro, que passou a dominar boa parte da economia nacional.

General João Batista Figueiredo (1979 - 1985)



Assumiu o país em crise devido aos seguintes fatos:

- Inflação crescente (200% ao ano).
- Aumento da dívida interna (além de 90 trilhões de cruzeiros).
- Dívida externa atingindo 100 bilhões de dólares.
- Aumento do desemprego.

Seu compromisso político consistiu em "fazer do Brasil uma Democracia" ou seja, dar continuidade ao processo de abertura iniciado pelo governo Geisel.

Como principais fatos do governo João Figueiredo, podemos citar:

- Colocou em prática o III PND (III Plano Nacional de Desenvolvimento).
- Continuou o processo de "abertura política" e concedeu a anistia, visando a democratização do país.
- Estabeleceu uma reforma partidária, que possibilitou o surgimento de novos partidos políticos: PMDB, PT, PFL, PTB, etc.
- O restabelecimento das eleições diretas para governadores de Estados.
- Negociações econômicas com o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.)

Fim da República Militar

Vigoroso movimento em favor das "Diretas Já" eclodiu no país, muito embora a Emenda Dante de Oliveira ter sido derrotada no Congresso Nacional. O PMDB e o PFL, partidos de oposição, lançaram uma chapa com Tancredo Neves e José Sarney, que venceu, em 15 de janeiro de 1985, a disputa presidencial.



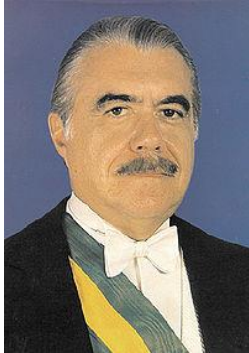
UNIDADE 3 - REPÚBLICA

CAPÍTULO 5 - NOVA REPÚBLICA

Definição

Denominou-se Nova República a fase da história republicana brasileira que coincidiu com o fim dos governos militares, a eleição de um governante civil e a construção de uma nova ordem democrática a partir da Constituição de 1988.

Acometido de doença antes mesmo de tomar posse na Presidência, Tancredo Neves veio logo a falecer, sendo substituído por José Sarney.

Governo José Sarney (1985 - 1990)

Sucessivas crises o país atravessou nesses cinco anos de governo:

- Crise econômica, com altíssimas taxas de inflação;
- Crises ministeriais (tivemos quatro Ministros da Fazenda neste período);
- Crise de credibilidade pois o país requereu a moratória da dívida externa (suspensão temporária do pagamento aos credores estrangeiros).

Alguns planos econômicos foram postos em prática na tentativa de combater a inflação, através de congelamentos de preços e salários:

- Plano Cruzado (1986), quando foi instituído uma nova moeda, "Cruzados".
- Plano Bresser (1987).
- Plano Verão (1989) com a instituição do Cruzado Novo

Por outro lado, o país conheceu alguns avanços políticos importantes, como a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição (05/10/1988).

A Constituição de 1988

Em vigor, estabeleceu:

- Eleições diretas em todos os níveis (federal, estadual, municipal);
- Legalização dos partidos de qualquer tendência, inclusive Comunista e Socialista.
- Concessão do direito de voto aos analfabetos, em caráter optativo, aos menores de 18 e maiores de 16 anos e também de 70 anos.
- Liberalização das atividades sindicais (direito de greve inclusive para os funcionários públicos civis).
- Uso irrestrito dos meios de comunicações nas campanhas eleitorais.

Governo Fernando Collor (1990 - 1992)

Eleito pelo voto direto após 29 anos, Fernando Collor iniciou seu governo com o anúncio do Plano Collor, que consistia em uma série de medidas de grande impacto, como: bloqueio de valores acima de um teto estabelecido por dezoito meses das poupanças e contas correntes; congelamento de preços e salário entre outras.

Outras medidas que marcou seu governo:

- Abertura do país às importações.
- Privatização das empresas estatais.
- Deu continuidade ao combate à inflação ("Plano Cruzado II").



A denúncia de um esquema de corrupção no governo ("Esquema PC") feita pelo seu irmão Pedro Collor mobilizou a opinião pública, inclusive estudantes que culminou com seu afastamento da presidência pelo Congresso Nacional, em 25 de dezembro de 92. Foi substituído pelo Vice-presidente Itamar Franco.

Governo Itamar Franco (1992 - 1994)

- Reforma monetária ("Plano Real") com a instituição de uma nova moeda (Real).
- Estabilização da economia com redução significativa da inflação graças ao Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso.
- Continuidade do plano de privatização (Cia Siderúrgica Nacional, Usiminas etc).

Os planos econômicos do período pós governo militar

Planos durante a presidência de José Sarney

O plano Cruzado visou combater a inflação sem interferir no crescimento econômico, criando uma nova moeda, o Cruzado, e conter a inflação congelando preços e salários.

No começo o plano obteve resultados, levando a inflação a níveis muito baixos, mas acabou não dando certo. As pessoas passaram a comprar mais, mas as empresas não tinham estímulos para produzir mais acompanhando a oferta. Isto provocou a falta de mercadorias e a cobrança de ágio, que disfarçava a inflação.

Quando houve o descongelamento, a inflação voltou a subir sem controle, obrigando o governo a trocar de ministro da economia por várias vezes (Dílson Funaro, Bresser Pereira, Máílson da Nóbrega, etc.), tentando outros planos semelhantes como o plano Bresser e o plano Verão, mas nenhum deles apresentou resultado.

Plano Collor

A equipe econômica do presidente Collor tentou eliminar a inflação com uma paulada só. Congelou preços e salários, sequestrou contas e poupanças, limitando cada pessoa a possuir no máximo 50000 Cruzeiros. Caso tivesse mais dinheiro que isso, o valor seria sequestrado e devolvido pelo governo em parcelas, tudo isso de um dia para o outro sem aviso prévio.

Promoveu-se a abertura comercial para estimular as empresas a produzirem mesmo com preços congelados. Com preços e salários congelados, as pessoas não poderiam comprar, e as empresas teriam que produzir ainda assim para enfrentar a concorrência dos importados. Ainda assim nada disso funcionou e a inflação que caiu momentaneamente voltou a crescer.

Plano Real

Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Economia. Desta vez o plano para reduzir a inflação foi estudado e implantado lentamente para evitar surpresas repentinas que aconteceram em planos anteriores. Primeiramente o Cruzeiro foi substituído pelo Cruzeiro Real. Durante 52 dias as empresas puderam se adequar preparando-se para que em primeiro de julho de 94 entrasse em ação o Real, que substituiu o Cruzeiro Real na proporção de R\$ 1 = CR\$ 2750.

Outras atitudes tomadas foram a restrição de vendas a prazo, redução na emissão de moeda para evitar a emissão de dinheiro inflacionado e a facilitação da entrada das importações com a supervalorização do Real frente ao Dólar. Não houveram congelamentos, mas disfarçadamente ocorreram, pois, os fabricantes eram obrigados a manterem os preços baixos para concorrerem com os produtos facilmente importados, não houve congelamento de salários, mas não havia mais compromisso com o reajuste deles.

Sem reajuste de salários, sem poderem comprar a prazo, ninguém comprava, não havia mais uma grande procura, e os fabricantes não podiam subir os preços, senão não poderiam concorrer com os produtos importados com preços muito baixos. O plano controlou a inflação e serviu para empurrar FHC para vencer as eleições para presidente. No fundo, FHC e o plano Real foram apenas o "tempero" para que o Brasil fosse servido para o mundo neoliberal.

Governo Dilma Rousseff (2011-Atual)

Primeira mulher presidente do Brasil foi eleita sem nunca antes ter disputado uma eleição fato que foi explicado por grande parte dos analistas pela transferência de votos de Lula, que teve, segundo o Datafolha 83% de avaliação de governo boa ou excelente. Assim, Lula tornou-se o primeiro presidente desde Getúlio Vargas a fazer o seu sucessor nas urnas e fez com que o PT se tornasse o primeiro partido desde a democratização a ficar no governo federal por três mandatos consecutivos.

Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Lançado pelo PSDB e apoiado pelos partidos da Frente Liberal (PFL - PTB - PL), foi eleito com mais de 60% dos votos no 1º turno.

Principais fatos do governo:

- Adotou uma política neoliberal segundo a atual tendência da globalização da economia mundial
- Reduziu os gastos públicos/privatizou estatais
- Reformas constitucionais (reeleição)
- Promoveu o ajuste fiscal
- Reformas (administração/judiciário/tributário)
- Política de combate a corrupção...

Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Eleito duas vezes após três derrotas consecutivas à Presidência da República (uma para Fernando Collor e duas para Fernando Henrique Cardoso), popularmente conhecido como Lula, foi um dos fundadores e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT) e foi o trigésimo quinto presidente do Brasil.

Principais fatos do governo:

- Baixa inflação, estabilidade econômica e balança comercial superavitária.
- Queda da taxa de desemprego, aumento real do salário-mínimo e política assistencialista, como Bolsa Família.
- Política econômica e fiscal conservadora que garantiu superávits primários maiores que os do governo anterior.
- A partir de 2004 enfrentou diversas crises políticas com acusações de compra de votos no Congresso e financiamento de campanhas por Caixa 2, conhecido como o Escândalo do Mensalão.
- Crise no setor aéreo brasileiro conhecido como Apagão Aéreo.
- Obteve a maior arrecadação impostos da história do País (segundo a Secretaria da Receita Federal, em 2010 foi arrecadado R\$ 805,7 bilhões).
- Segundo o BIRD, em 2010 o país avançou na redução da pobreza e distribuição de renda, apesar da desigualdade social ser ainda elevada.
- Sua popularidade, ao fim do seu governo, foi maior do que a que possuía ao ser eleito pela primeira vez.